

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANDRÉ RAMOS CARLONI

**PORTA ENTREABERTA: A PROSTITUIÇÃO FEMININA ENQUANTO TRABALHO
E FORMAÇÃO IDENTITÁRIA**

**FRANCA
2016**

ANDRÉ RAMOS CARLONI

**PORTA ENTREABERTA: A PROSTITUIÇÃO FEMININA ENQUANTO TRABALHO
E FORMAÇÃO IDENTITÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social - Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler

FRANCA

2016

Carlioni, André Ramos.

Porta entreaberta: a prostituição feminina enquanto trabalho e formação identitária / André Ramos Carlioni. – Franca : [s.n.], 2016.

159 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientadora: Helen Barbosa Raiz Engler

1. Relações de gênero. 2. Prostituição. 3. Identidade. I. Título.
CDD – 362.83

ANDRÉ RAMOS CARLONI

**PORTA ENTREABERTA: A PROSTITUIÇÃO FEMININA ENQUANTO TRABALHO E
FORMAÇÃO IDENTITÁRIA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais como pré-requisito para obtenção do título de
Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social - Trabalho e
Sociedade.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz Engler

Examinador 1: _____

Prof. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira – UNESP/FCHS

Examinador 2: _____

Profa. Dra. Maria Cristina Piana – UNESP/FCHS

Examinador 3: _____

Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli – UnB

Examinador 4: _____

Profa. Dra. Tais Pereira de Freitas – UFTM

Franca, 1 de novembro de 2016.

A todos a quem meu trabalho se mostre
profícuo no sentido, tanto de ser luz, um
norte, quanto no sentido de ser
esclarecedor a diversas pesquisas e traga
reflexão nos estudos acerca de gênero,
identidade e prostituição.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar sempre a oportunidade certa na hora certa.

Aos membros da minha família, presente no meu cotidiano, sobretudo, a meu pai e minha mãe, que me ensinaram a trilhar caminhos e a chegar cada vez mais longe.

Gostaria de testemunhar aqui meu reconhecimento à Professora Doutora Helen Barbosa Raiz Engler que soube acolher esta pesquisa com espírito aberto. E com inteligência e perspicácia trouxe momentos decisivos para se chegar à redação deste trabalho.

Gostaria também de exprimir minha gratidão a todos os professores e ex-professores desta instituição Unesp-Franca que me auxiliaram no meu caminhar desde a graduação até aqui. Seus suportes preciosos sempre foram estimulantes.

Gostaria de exprimir minha satisfação aos professores da minha qualificação, Profa. Dra. Ana Cristina Nassif Soares e Prof. Dr. Emerson Fernando Rasera, por suas críticas muito pertinentes e pontuais que me incitaram a aprofundar minha reflexão.

Meus mais grandiosos agradecimentos a esta banca de defesa que, creio firmemente, trará contribuições e críticas profícuas, a fim de despertar em mim, cada vez mais o espírito investigativo.

Agradeço a todos aqueles que, cada qual com sua maneira e disponibilidade, contribuíram à realização deste trabalho.

A todos meus amigos que me fizeram o André de hoje em dia, em especial, àqueles que contribuíram diretamente à realização desta tese – Rutinéia pelos dias em que dividíamos a alternância dos momentos, segundo ela mesma, “tripolar: de prostração, melancolia e produção intensa” – Evaldo que em seus desincentivos, dava-me forças para caminhar mais – Jean, Maria, Mateus, Ramon e Talita que do jeito deles me incentivaram em um diálogo descontraído, porém sério...

Nous n'entendons pas les choses telles qu'elles sont, nous les entendons telles que nous sommes [não entendemos as coisas como elas são, mas as entendemos como somos] (autor desconhecido – minha tradução)

A força do direito deve superar o direito da força. (Rui Barbosa)

CARLONI, André Ramos. **Porta entreaberta**: a prostituição feminina enquanto trabalho e formação identitária. 2016. 159 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMO

Neste trabalho foi estudado o tema da prostituição feminina com a transversalidade das Relações Sociais de Gênero e das construções identitárias. Desta forma, tem-se que a prostituição pode ser entendida como o ato de entrega do corpo e do sexo a outrem em troca de dinheiro, e, assim, tornou-se um “trabalho”, mesmo que não reconhecido oficialmente no Brasil, há um esforço de uma parte para que o seja. Pode-se dizer que é algo que instiga a muitos, mas também pode-se afirmar que é objeto de procura de diversas pessoas. Dentro deste cenário, vê-se que a prostituição feminina constitui um grande negócio, tanto no sentido de amplitude, quanto no sentido de movimentação financeira. E é por meio desta “profissão” que se pode perceber algumas representações sociais de mulheres e suas características de identidade, lembrando que, as construções identitárias se fazem em um determinado tempo e espaço, sobretudo, dentro das relações sociais de gênero, nos quais as mulheres ainda não conquistaram efetivamente o patamar de igualdade de direito e de oportunidade ao homem. Desta forma, objetivou-se averiguar como se dá a conformação dos processos de formação da identidade frente à notória desigualdade de gêneros no cenário da prostituição feminina, que como visto, não é legalmente reconhecida como profissão. Esta pesquisa se efetivou com pesquisas no atual momento, isto é, entre os anos 2013 e 2016. Para tanto, além de uma extensa pesquisa bibliográfica que abordou desde livros até artigos recentes e atualizados, houve a participação, por meio de formulário, de 01 prostituta, a qual se dispôs em contribuir com a pesquisa. No entanto, foram enviados 18 formulários às coordenadoras e presidentes de associações e ONGs que representam as prostitutas nos diversos estados brasileiros e 4 pedidos de entrevista da região sudeste do Brasil. Por fim, foram pesquisados dados secundários como páginas da internet, filmes que abordaram o protagonismo da mulher prostituta e entrevistas online de prostitutas. A abordagem desta pesquisa foi qualitativa, visando possibilitar ao pesquisador uma reflexão analítico-crítica frente ao cotidiano das prostitutas. Assim, dentro desta perspectiva, utilizou-se, para análise, o método dialético, visando decodificar o material empírico que subsidiaram ponderações acerca das formatações das identidades de mulheres na prostituição.

Palavras-chave: relações sociais de gênero. prostituição feminina. identidade. trabalho. ética.

CARLONI, André Ramos. **Door ajar**: female prostitution as work and identity formation. 2016. 159 p. Thesis (Doctorate in Social Work) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

ABSTRACT

In this work, we studied the topic of female prostitution with the mainstreaming of social relations of gender and identity constructions. In this way, it has that prostitution can be understood as the act of delivery of the body and sex to others in exchange for money, and thus, it became a "job", even if not officially recognized in Brazil, but that many are fighting for it. We can tell it's something that instigates a lot, but it can also state that is the subject of many. Within this scenario, we can see the female prostitution is a big business, both in the sense of scale, as in the sense of financial movement. And it is through this "job" that we can understand some social representations of women and their identity characteristics, recalling that the identity constructions are in a particular time and space, especially within the social relations of gender, in which the woman hasn't conquered effectively the level of equal right and opportunity to the man. In this way, we aim for find out the processes of identity formation in front of the notorious gender imbalance in the female prostitution, which as seen, it is not legally recognized as a profession. This research was accomplished with researches at the current time, that is, between 2013 and 2016. To this end, in addition to an extensive bibliographical research that addressed since books until recent and updated articles, there was the participation, through form of 01 prostitute, which had to contribute to the research. However, we have sent 18 forms to coordinators and Presidents of associations and NGOs, that represent prostitutes in several Brazilian States and 4 interview requests of the southeast region of Brazil. Finally, we searched secondary data as Web pages, movies, which have tackled the role of prostitute and online surveys of prostitutes. This research approach was qualitative, aiming at enabling the researcher an analytical critical reflection in the face of the daily life of prostitutes. So, in an analysis of the dialectical method, we gather data that subsidized analysis about the formatting of women identities in the prostitution.

Keywords: social relations of gender. female prostitution. identity. work. ethics.

CARLONI, André Ramos. **Porte entrouverte**: la prostitution féminine comme travail et formation identitaire. 2016. 157 f. Thèse (Doctorat en Travail Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, nous avons étudié le sujet de la prostitution féminine avec la prise en compte des rapports sociaux de genre et les constructions de l'identité. De cette façon, on a que la prostitution peut être assimilée comme l'acte de livraison du corps et du sexe à des tiers en échange d'argent et, ainsi, elle est devenu un « emploi », même s'elle n'est pas officiellement reconnu au Brésil, mais que beaucoup de personnes luttent pour elle soit. On peut dire que c'est quelque chose qui incite beaucoup, mais on peut également affirmer qui fait l'objet d'un grand nombre. Dans ce scénario, on constate que la prostitution féminine est une grande entreprise, tous deux dans le sens de l'échelle, comme dans le sens du mouvement financier. Et c'est à travers ce « métier » qu'on peut comprendre des représentations sociales de femmes et leurs caractéristiques d'identité, rappelant que les constructions identitaires arrive à un moment donné dans le temps et l'espace, en particulier dans les rapports sociaux de sexe, dans laquelle la femme n'a pas conquis efficacement le niveau de droit et possibilité égal pour l'homme. De cette façon, on a visé de découvrir les processus de formation de l'identité devant le déséquilibre notoire dans la scène de la prostitution féminine, qui comme on a vu, n'est pas reconnu juridiquement comme une profession. Cette recherche a été réalisée avec des recherches au moment actuel, c'est-à-dire entre 2013 et 2016. À cette fin, en plus d'une recherche bibliographique approfondie qui a utilisé depuis les livres jusqu'au articles récents et mis à jour, il y eu la participation, par l'intermédiaire de formulaire, d'une prostituée qui a dû contribuer à la recherche. Cependant, 18 formulaires ont été envoyés aux coordonnateurs et de présidents d'associations et d'organisations non gouvernementales représentant des prostituées dans plusieurs États brésiliens et 4 demande d'entrevue de la région sud-est du Brésil. Enfin, nous avons recherché des données secondaires sous forme de pages Web, films qui ont abordé le rôle de la prostituée et des sondages en ligne de prostituées. Cette approche de recherche était qualitative, visant à permettre au chercheur une réflexion analytique critique face à la vie quotidienne des prostituées. Ainsi, dans une analyse de la méthode dialectique, on a recueilli des données qui ont pu les analyses des formatages des identités de femmes dans la prostitution.

Mots clés: rapports sociaux de sexe. prostitution féminine. identité. travail. éthique.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: esboço de objeto de estudo real contudo	
oculto.....	10
Percurso Metodológico: os caminhos da pesquisa	14
PARTE 1 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: os processos das (des)igualdades entre os sexos	
	24
PARTE 2 PROSTITUIÇÃO: em seus tempos históricos e espaços.....	
	43
PARTE 3 AS MULHERES FALAM: análise de suas caminhadas como prostitutas.....	
	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS: esquadriando o possível sobre o oculto e real da prostituição feminina.....	
	115
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	141
APÊNDICE B – Formulário para a Pesquisa	146
ANEXO	
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	159

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS: esboço de um objeto de estudo real contudo
oculto**

Ao se pensar as relações sociais entre homens e mulheres, em um primeiro plano, pode-se verificar algo natural e igual, já que fazem parte da estrutura da mesma humanidade. No entanto, ao se aprofundar os olhares, percebe-se que estas relações se dão contraditória e antagonicamente, ou seja, formando tensão de poder nas relações sociais. Sua origem se faz quase ao mesmo tempo que o surgimento da própria espécie humana, mantendo-se, evidentemente, em graus de intensidade menor ou maior, conforme o contexto sociohistórico, político-cultural, o qual se analisa. Se a estas relações forem agregadas a noção do sexo, perspectiva também controversa em diversas época da humanidade, verifica-se que traços de opressão e exclusão, por meio do preconceito e discriminação se intensificam. Mesmo porque “não existem culturas sem repressão sexual e com vida sexual completamente livre” (REICH, 1982, p. 42). Para todo esse entendimento, creu-se necessário o estudo histórico descritivo analítico destas duas grandes estruturas de nossa sociedade hodierna, as Relações Sociais de Gênero e a Prostituição. Para que ao fim se pudesse refutar ou corroborar os pressupostos com as análises por meio das vozes das prostitutas na atualidade.

Neste viés, entender o sistema político-econômico e cultural da atualidade torna-se inquestionável. Assim, tem-se que o Capitalismo representa um sistema econômico, o qual centra-se no modo de produção. Visa-se, cada vez mais, a obtenção de produtos para a venda, com custo de produção baixo e alto lucro. No momento de seu advento, ele traz consigo o Capital, que figura o principal divisor entre outros sistemas anteriores e o atual. Vale lembrar que se entende como capital, o valor monetário circulante (dinheiro) e sua produção (acumulação) que se dá por meio do lucro, isto é, a mais valia, a qual pode ser exemplificada, grosso modo, na seguinte fórmula matemática:

Mais valia = valor da mercadoria – (valor de produção + valor do trabalho)

Isto é, o lucro é obtido agregando valor à mercadoria além do custo para a produção da mercadoria e do custo do trabalhador que produz a mercadoria.

Essa mesma produção de alto lucro gera a sociedade de classes, que é forjada na divisão entre duas classes, sendo aquela que vive do trabalho, que produz o lucro, e aquela que gere, que usufrui deste lucro. Nota-se bem que mediante esta divisão aquele que produz não fica com o lucro, gerando a pobreza, e aquele que obtém o lucro tem o poder de compra e apropriação da riqueza que não

é distribuída de forma igualitária, o que transforma os membros de nossa sociedade em desiguais, ou seja, com classes divididas e antagônicas, cria-se a questão social.

Uma das peculiaridades mais destacadas no capitalismo é a questão social, a qual pode ser definida como um

[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2003, p. 27).

Desta forma, vê-se que essa desigualdade, econômica e financeira que se aprofunda com a questão social no Capitalismo, rebate em diversos âmbitos da vida humana, as quais se denominam expressões da questão social e que podem ser percebidas na cotidianidade, dentre elas as relações polarizadas de gênero. Intensificando-se o que era uno em dois lados opostos, o que era complementar em antagônicos e divergentes.

O Serviço Social, profissão na qual este programa de pós-graduação se assenta, contribui ao trazer essa visão ampliada da realidade, tendo a possibilidade do estudo do ser humano, não somente como parte de um todo, ou como um grupo, mas também como um indivíduo, indivisível, único e, porque não dizer, necessário para a existência da vida na terra, tal qual o próprio corpo humano, com seus diversos órgãos, onde uma parte faltante pode comprometer o todo e o todo depende das partes para sua existência.

Percebe-se também que o homem e a mulher não são meramente seres reprodutores de ações, mas, mesmo que realizem suas obrigações cotidianas de uma forma mecânica, o seu individual permite que suas ações sejam pessoais, no que concerne à maneira de se fazer, ao tempo, à habilidade, à capacidade, enfim, a diversos fatores específicos que distinguem cada um do todo.

Nesta perspectiva, estudar o protagonismo humano, os processos emancipatórios, as conquistas de igualdade de direito e de oportunidade na relação homens e mulheres são fatores importantes, visando à constatação da realidade para as construções identitárias das mulheres que lidam com o sexo como trabalho.

Desta forma, buscou e busca-se construir na reflexão acerca da construção identitária, a ponto de se conseguir por meio da compreensão do passado, trabalhar o presente, dentro dos limites éticos, para edificar um futuro com

igualdade social, o que beneficia a emancipação humana, a qual se faz na pluralidade dos sujeitos coletivos e individuais. Neste viés, refletir também formas de enfrentamento, a fim de verificar o protagonismo destes sujeitos pesquisados.

Verifica-se que esses sujeitos se forjam no cotidiano dentro de cada espaço sociohistórico, o qual encontra-se envolvido em cultura, economia, política, demografia, dentro de diversos outros aspectos que influenciam interativamente o cotidiano individual e coletivo de cada indivíduo, e consequentemente das mulheres prostitutas na gestão das instituições que lutam pela melhoria na condição dos direitos destas profissionais.

Frente às Relações Sociais de Gênero, que criam sujeitos antagônicos, vê-se que a diversidade, em todos os aspectos possíveis imaginados entre os seres humanos, é desprezada e a possibilidade da existência entre homem-mulher como complementaridade não se torna condicional de existência, gerando o estigma, a exclusão e, muitas vezes, a violência contra estes seres humanos.

Deste modo, tem-se que as prostitutas representam esta congruência entre os diversos fatores de preconceito e discriminação de nossa sociedade, a esses fatores, somam-se, muitas vezes, outros marcadores sociais da diferença, tais como: sexo, gênero, classe, cor/raça, idade, estética, religiosidade dentre outros.

Acredita-se que o alcance dos objetivos em uma sociedade pauta-se, sobretudo, por meio de luta e compromisso de toda a população, respaldada por ações do Estado, a fim de contemplar as minorias sociais¹ e reconhecer os valores éticos com base na liberdade, democracia, cidadania, paz, não-violência, justiça e igualdade social (CFESS, 2012), através de políticas sociais e legislações efetivas. Pois estas permitem um sistema de garantias de direitos que contribui para o processo da reflexão crítica acerca da dinâmica societária (FREITAS, 2015).

Esta pesquisa teve o intuito de analisar os diversos prismas de visão que possuem as mulheres prostitutas, em relação ao seu trabalho, a fim de que se possa construir formas de enfrentamento à problemática do estigma e da exclusão destes segmentos de nossa sociedade, pois todo sujeito o é pela formação em que se insere dentro de determinados espaços e tempos. Deve-se apostar no protagonismo

¹ Vale ressaltar que se entende este termo como sendo “[...] um grupo de pessoas que diferem pela raça, pela religião, pela língua ou pela nacionalidade do grupo mais numeroso no meio do qual vive.” Mas é importante ressaltar que, só se constitui minoria aquele grupo que toma consciência desta diferença e são inferiorizados por essa questão, estando, portanto, em “uma dimensão social e política” dentro da sociedade em que vivem (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p. 296).

desses sujeitos – as prostitutas – não excluindo seu lado como objeto de desejo sexual (PATRÍCIA), pois este é o clamor de que elas necessitam para executar seus trabalhos, mas trazendo-lhes a perspectiva também de sujeitos de direitos. Mesmo porque o ser humano é compreendido em uma complexidade que abarca o desejo, a pulsão, o espaço, o tempo, os símbolos, dentre outros.

Verificou-se que a temporalidade dos fatos faz com que as ações perante as prostitutas se deem de formas diversas, e assim, nos dias atuais, a sensualidade da mulher, o sexo, mostram-se como barreiras do cotidiano moral, cultural e científico de nossa sociedade contemporânea.

Desta forma, questiona-se se o não-reconhecimento profissional das prostitutas, submetendo-as a formas precárias no mercado de trabalho, poderia inseri-las em um cenário de desigualdade e submissão.

Vale lembrar que para esta pesquisa, entende-se por igualdade aquela que proporciona a oportunidade equiparável entre todos os sujeitos em seus determinados segmentos sociais, a fim de que todos e cada um possa usufruir das mesmas possibilidades, mesmo porque todos têm habilidades e competências próprias e coletivas.

Isto se deve, pois, a desigualdade limita e até impede o acesso a direitos. A desigualdade se formou desde que o homem é homem (ENGELS, 1990), no entanto, no atual estágio de evolução humana, verifica-se que há a possibilidade da construção de outra ordem societária apoiada na igualdade de direito e oportunidade, visando a integração social dos seres humanos.

Desta forma, acredita-se na importância de estudos que detetem problemáticas cotidianas, nos mais diversos segmentos societários, e possibilitem a análise para um enfrentamento, a fim de proporcionar a qualidade de vida, no sentido do bem-estar de todos os seres humanos que se convivem no planeta Terra.

Percurso Metodológico: os caminhos da pesquisa

A compreensão de um estudo se dá, sobretudo, pela acreditação conquistada por meio do método utilizado na pesquisa, o qual se constitui parte fundamental do trabalho de um pesquisador, pois a metodologia visa esclarecer o problema formulado, perseguindo eficientemente os objetivos do estudo, com o

mínimo possível de interferência da subjetividade do pesquisador (SELLTIZ; WRIGHTMAN; COOK, 1965).

Assim, como busca de conhecimento sobre o assunto proposto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que

Pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda a pesquisa científica [...], a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias [...] trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto. (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 43-44).

Foi a partir do conhecimento adquirido, através da pesquisa bibliográfica inicial que se formulou o projeto desta pesquisa e com seu aprofundamento que se definiu os seguintes passos para a realização da pesquisa de campo, tais como: os componentes do estudo, o local, o número de entrevistados, a seleção da amostra, as técnicas utilizadas, dentre outras.

A presente pesquisa de campo inicialmente pensada, com caráter exploratório que, para Gil (1994, p. 22), “[...] tem por principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”, era exatamente o que se pretendia com este trabalho. Além disso, sua abordagem teria uma parte quantitativa, a fim de subsidiar uma análise qualitativa mais apurada, visto que para Minayo (1995), o conjunto de dados, obtidos por ambas as abordagens, não se opõe. Ao contrário se complementa, dada a interpretação diferenciada que ambos proporcionam para a compreensão da realidade estudada.

A pesquisa qualitativa trabalha com realidades que não podem ser quantificadas. Assim, ela se destina a “[...] aprofundar-se no mundo dos significados das ações e relações humanas.” (MINAYO, 1995, p. 22). Por meio dessa abordagem, visa-se obter material empírico, proveniente da interação com os sujeitos da pesquisa, na busca de compreender o fenômeno pesquisado, a partir da compreensão dos atores estudados.

No tocante aos instrumentos de apreensão de material empírico, vale atentar que apesar de haver um escopo, estes não se encontram totalmente fechados, pelo contrário, ficou planejado, que seriam aprimorados junto aos sujeitos participantes da pesquisa, podendo, desta forma, acrescentar ou retirar perguntas, a fim de centrar melhor o estudo. Mesmo porque, as perguntas, neste caso, seriam

apenas balizamento da pesquisa da história de vida destas mulheres. O critério para escolha das pesquisadas se pautava no maior cargo em gestão junto às associações e Organizações Não Governamentais (ONGs) a serem pesquisadas. Para obtenção desses materiais empíricos, foram buscados, via internet, tais centros nas capitais de todos os Estados brasileiros, totalizando assim 27 sujeitos da pesquisa. Este número poderia ser maior pela possibilidade de encontrar mais de uma associação e ONGs em uma capital, ou menor devido estas associações e ONGs estarem desativadas ou em não funcionamento.

A obtenção do material empírico seria por meio de formulários (Roteiro - Apêndice A) enviados por email a 23 (vinte três) desses sujeitos participantes da referida pesquisa e por meio de roteiro de entrevistas (Formulário - Apêndice B) a 4 (quatro) sujeitos. Isso se deve pela preferência do estudo se realizar na região sudeste, a qual possui 4 Estados. É mister ressaltar que tanto o formulário, quanto o roteiro de entrevistas contêm aspectos sociais, com os quais intentar-se-iam delinear os perfis das construções identitárias das pesquisadas, a fim de verificar se a questão de gênero, que é perpassada por essas condições, influiria verdadeiramente na escolha das áreas da atuação profissional.

Por meio dessa técnica investigativa, buscou-se averiguar a possível presença de discriminações sociais de gênero no “ambiente de trabalho” e familiar das pesquisadas. Além de esquadrihar a múltipla relação da mulher no cotidiano, que se dá de diversas formas e conteúdo, sendo profissional da prostituição, mulher, além de muitas vezes, mãe, esposa, dentre outras. Tudo isso, visando a conformação e construções das identidades de gênero.

Viu-se que os instrumentos da pesquisa que foram utilizados seriam condizentes com a abordagem constituinte do referido estudo, já que, no tocante à pesquisa de campo, foi pensado na utilização da técnica da história oral, que se caracteriza como “[...] um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que visam a formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 64). Vale ressaltar que o principal elemento constituinte da história oral se caracteriza em uma dimensão que abarca a memória coletiva e a identidade social (MEIHY; HOLANDA, 2007; GUIRALDELLI, 2010), cujas ideias são integrantes da análise da atual pesquisa. Essa técnica investigativa permitiria apreender as falas das prostitutas pesquisadas e nelas as construções identitárias de gênero que podem estar veladas em suas vivências.

É importante ressaltar que esta pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca, para apreciação. Somente após sua aprovação, foram iniciados os contatos com as ONGs e Associações e foram enviados os formulários com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo CEP, para os diversos estados fora da região sudeste do Brasil; e feitas as marcações das pesquisas na região sudeste.

Desta forma, contatou-se as diversas Associações e ONGs elencadas e verificou-se, em primeiro instante, aquelas, as quais seriam feitas as entrevistas. Conseguiu-se acesso somente a uma delas, a qual se mostrou totalmente disposta, então marcou-se a entrevista. Em relação àquelas que seriam pesquisadas por formulário, teve-se resposta de três delas, as quais também se mostraram totalmente a favor da pesquisa e dispostas a “ajudar”, termo entre aspas cunhado por elas próprias. Foi-lhes explicado por email o *modus operandi* do preenchimento para a pesquisa e procedeu-se o envio dos formulários com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do Comitê de Ética em Pesquisa. Duas outras disseram que não gostariam de participar da pesquisa, por não realizarem muitas ações como instituição, uma devido a não adesão por parte das prostitutas, ou de outros profissionais, ou até mesmo, por parte da sociedade que não vê a importância destas ações, por exemplo, segundo ela, dentro das escolas. Outra disse que a não promoção de ações se deve, sobretudo, à falta de financiamento, já que “até mesmo para se deslocar tem de ter dinheiro”.

Para aqueles que se dispuseram participar, explicou-se-lhes qual era o objetivo da pesquisa e enfatizou-se a nota do TCLE concernente aos riscos e benefícios e que não era necessário a resposta de todas as perguntas e que a pesquisa poderia ser abortada a qualquer instante que elas julgassem imprópria e sem propósito. Além disso, após a transcrição das entrevista e categorização, inclusive dos formulários, seriam reenviados às Associações e ONGs e, caso elas julgassem inapropriado, haveria a possibilidade de retirada de algo dito para posterior publicização ou não.

No que concerne aos formulários virtuais, como o limite de um mês coincidia com as festas de final de ano (2015), deu-se o prazo de dois meses para o preenchimento e envio dos formulários da pesquisa. Após um mês e meio, foi

enviado um novo e-mail, colocando os pesquisadores à disposição, caso houvesse alguma dúvida ou empecilho.

Ao final do segundo mês, o pesquisador não havia recebido nenhum formulário preenchido. Deste modo, foi enviado outro e-mail dizendo que como havia solicitações de diversas ONGs e Associações e como havia tempo hábil, haveria possibilidade da entrega dos formulários respondidos até o dia 10 de fevereiro, ou seja, mais 15 dias. Três das associações responderam que seria de grande valor esse acréscimo, e que finalmente daria tempo de resposta.

Mesmo desta forma, não houve nenhum envio de formulário preenchido. Foi enviado mais um email solicitando que, aquelas ONGs e Associações que não enviaram suas respostas que o fizessem, já que seria de extrema importância para completar o mapeamento do estudo. Não houve interesse.

Já em relação às entrevistas, tentou-se contato telefônico com quatro Associações, referentes às capitais da região sudeste, no entanto, somente com uma conseguiu-se resposta. Foi-lhe explicado o propósito da pesquisa e, houve interesse e também houve o pedido de uma prévia do que ia ser perguntado, foi-lhe enviado, então, o roteiro de entrevista. Marcou-se a entrevista para duas semanas após o contato, no entanto, essa mesma entrevista foi protelada por mais três vezes e, finalmente, não houve mais contato ao fim de três meses de mediação.

Como mudança de estratégia, buscou-se e foram encontrados outros centros de cidades interioranas dos estados. Entrou-se em contato com eles e, depois de várias insistências, apenas um centro, no interior do estado de São Paulo mostrou interesse, o qual aceitaria responder a pesquisa por, não estando disponível para a entrevista (falada e gravada). A coordenadora solicitou que fosse enviado todos os contatos do pesquisador, inclusive *whatsapp*, já que ela considerava um instrumento ágil caso ela tivesse dúvida sobre alguma pergunta. Foi explicado via telefone e email acerca da pesquisa e enviado o formulário com os contatos.

Após uma semana, entrou-se em contato para saber se havia alguma dúvida e ela pediu reenvio do formulário, pois o havia perdido. Após 20 dias, contactou-se novamente a coordenadora sem resposta. Com 30 dias já do reenvio, houve contato telefônico, sem sucesso e contato via *whatsapp*, que teve a mensagem visualizada, no entanto sem ser respondida. Após 10 dias, tentou-se mais um contato via *whatsapp*, sem sucesso. Após um mês e meio, já no último dia do mês de junho, houve o envio do roteiro de entrevista já preenchido por uma

delas, reforçando que não havia interesse em marcar uma entrevista pessoal. Desta forma, aceitou-se a decisão do sujeito da pesquisa, integrando suas respostas à pesquisa.

Diante da exposta realidade vivenciada, viu-se a dificuldade na realização desta pesquisa, já que não houve retorno da grande maioria dos formulários, nem de entrevistas. Desta forma, buscou-se novas estratégias de realizar a pesquisa de campo sem o comprometimento do estudo e alcance dos objetivos.

Optou-se, então por dados secundários. Houve, inicialmente a busca pelas páginas das associações e ONGs das capitais de cada estado no Brasil, verificou-se se as mesmas são atualizadas e qual essa frequência. Após pesquisou-se documentários, entrevistas da mídia brasileira de 2013 até 2016, sendo um dos critérios prostitutas autônomas, organizadoras de associações ou ex-presidentes de organizações, ativistas, dentre outras que lançam a ideia de gestão.

Vale lembrar que o termo utilizado neste trabalho que designa a pessoa que vende serviços sexuais em troca de pagamento é prostituta, devido seu uso ser mais difundido e amplo, no entanto, viu-se por bem respeitar e reproduzir tal e qual as diversas outras terminologias utilizadas em textos, sites, entrevistas, já que demonstra as nuances de como a profissão é reconhecida ou não e o grau de luta que se tem por esta mudança. E também como era prevista na pergunta de número 10 do roteiro de entrevista e questão 08 do formulário, admitia-se todas as terminologias possíveis, para se referir às prostitutas.

Acreditou-se que desta forma, contemplou-se o objetivo geral da pesquisa que era o de averiguar como se dão as construções identitárias das prostitutas frente às relações sociais de gênero. Para tanto, estudou-se aspectos do ordenamento sociojurídico sobre gênero enquanto desafio ético para a sociedade hodierna, tendo como norte as prostitutas. Examinou-se o contexto da não regulamentação da profissão de prostituta, a fim de corroborar ou refutar a regulação da profissão como direito, igualdade e como incremento na qualidade de vida destas profissionais. Analisou-se se as relações sociais de sexo são uma categoria exclusiva do sistema capitalista vigente. Refletiu-se se o perfil socioeconômico e cultural das prostitutas e seus desdobramentos são condições para a formação de suas identidades. Ponderou-se se o processo de construções identitárias e de gênero são categorias condicionantes ou de escolha à profissionalização como prostituta.

Vale atentar que, o pesquisado tentou se manter fiel ao *modus operandi*, ao qual o objeto de pesquisa foi submetido a ser olhado e refletido, mesmo devido ao insucesso da primeira proposta metodológica da referida tese. Todas as mudanças que ocorreram foram impostas pela realidade do objeto em questão, demonstrando-o por si só como oculto.

Deste modo, acreditou-se na necessidade de demonstrar os sujeitos da pesquisa por meio de um quadro, somente a título de facilitar a leitura das análises, sem, portanto, significar uma qualificação ou quantificação dessas mulheres:

Quadro 1 – Local de pesquisa dos sujeitos

Sujeitos	Local de Pesquisa
Paulinha	Resposta no formulário enviado por email
Monique Prada	Visita ao Blog e entrevista no Youtube
Patrícia	Filme-documentário: “Patrícia”
Soninha Catatau	Documentário CQC sobre a maior região de Prostituição a céu aberto da América Latina
Cristina	Documentário CQC sobre a maior região de Prostituição a céu aberto da América Latina

Fonte: Elaborado por André Ramos Carloni (2016).

A análise do material empírico, a fim de se ratificar ou refutar os pressupostos norteadores da pesquisa, foi empreendido mediante análise de discurso, a qual possui dupla finalidade. A primeira consistiu em verificar as hipóteses de pesquisa. A segunda foi descobrir o que está imbuído, velado, oculto, nos conteúdos manifestos, o que permite ao pesquisador ir além das aparências, apreender o real sentido do que foi exposto pelos sujeitos pesquisados. O que é manifestado traduz aspectos presentes na consciência coletiva (GOMES, 1995). Desta forma, essa foi adequada ao objetivo da pesquisa, pois permitiu compreender as gestões dos contextos social, político, econômico e cultural que influem nas determinações de gênero que podem estar presentes na percepção do que foi pesquisado.

A análise dos referidos documentários e entrevistas abrange o caráter de um estudo qualitativo, visto que,

[...] as pesquisas qualitativas fundamentam-se em dados coligidos nas interações interpessoais, na co-participação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende, interpreta. (CHIZZOTTI, 2001, p. 52).

Ainda é importante destacar que a pesquisa qualitativa,

Preocupa[-se], nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, [...] valores e atitude, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1995, p. 21-22).

Tanto o formulário enviado por email, quanto o roteiro da entrevista têm conteúdo igual conforme os apêndices A e B. A entrevista individual foi pensada na forma semiestruturada, que contém perguntas previamente formuladas, para que guiasse todo o processo, a fim de que fosse atingido o objetivo desta pesquisa, constituindo-se, assim, em um momento, no qual o sujeito da pesquisa explicitaria, através do depoimento oral e de expressões observadas no decorrer de toda a entrevista, a representação identitária da profissional como prostituta. Pois,

[...] na entrevista com roteiro, o conhecimento anterior sobre os problemas a serem resolvidos podem ser menor, ou então o pesquisador deseja ao mesmo tempo ter certo conhecimento de como o informante conduz seu discurso. Deixa-lhe por isso certo grau de liberdade, trazendo-o novamente aos problemas todas às vezes que percebe uma divagação para rumos totalmente diversos; trata-se, pois, de dosar as intervenções. Por outro lado, também neste caso o pesquisador segue um caminho pré-determinado, e suas intervenções são no sentido de impor este caminho ao informante. Atualmente, este tipo de entrevista tem sido preferido ao diálogo, por se reconhecer a vantagem de, ao mesmo tempo, colher os dados desejados com, ao que se acredita, maior espontaneidade por parte do informante [...]. (QUEIROZ, 1991, p. 58-59).

No entanto, é de suma importância ressaltar que a entrevista, com o roteiro semiestruturado, embora

[...] baseadas no uso de guia de entrevistas, que consta de uma lista de perguntas ou temas que necessitam ser abordados durante as mesmas. A ordem exata e a redação das perguntas podem variar para cada entrevistado. O pesquisador pode encontrar e seguir pistas e novos temas,

que surgem no curso da entrevista, mas o guia é um conjunto de instruções claras relativas às principais perguntas a serem feitas ou aos temas a serem explorados. (TOBAR; YALOUR, 2001, p. 101).

Para tanto, buscou-se, sobretudo, uma aproximação, pautada no respeito, pois “[...] um relacionamento impregnado de simpatia e amizade constitui condição importante para uma boa coleta de dados.” (QUEIROZ, 1991, p. 76).

Para apreensão do depoimento da pessoa investigada, utilizou-se ainda a técnica de gravador, que constitui o meio, no qual toda a fala do informante é captada com grande fidelidade, possibilitando uma aproximação maior das riquezas de detalhes da entrevista.

As transcrições das pesquisas foram feitas pelo próprio pesquisador, pois, ainda de acordo com Queiroz (1991) este pode enriquecer o documento e suas informações, relembrando uma pausa do informante, uma risada, uma emoção etc. As falas serão transcritas conforme a fala dos pesquisados, contendo pausas, silêncios e dúvidas.

A fase final, ou seja, a análise dos dados constituiu-se do momento, em que foram interpretados os resultados obtidos e verificadas a veracidade dos pressupostos deste trabalho.

Todos os procedimentos que seriam realizados durante a pesquisa foram informados à pesquisada antes de dar início à pesquisa. Assim, foi lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Pesquisa do CEP, no qual consta o conteúdo, o objetivo, a metodologia, a justificativa, os benefícios, riscos, danos e a confidencialidade das informações utilizados nesta pesquisa. Além disso, sendo os pesquisadores assistentes sociais e o programa desta pós-graduação ser também em Serviço Social, vale destacar que o Código de Ética do Assistente Social, Lei nº. 8.662/93, reza em seu artigo 5º, alínea e, que é dever deste profissional em suas relações com os usuários “[...] informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referente e a forma de sistematização dos dados obtidos.” (CFESS, 2012, p. 29).

Foram ainda tomados todos os cuidados de forma a não causar constrangimento nenhum à entrevistada, assim como preservada sua identidade, desde que esta quisesse se manter anônima, portanto, foi-lhe perguntado o nome que ela gostaria que aparecesse no relatório da pesquisa. O item mais importante

era a disponibilização dos dados qualitativos após análise. Os resultados obtidos foram destinados especificamente para a referida tese, e seus prolongamentos como apresentações em seminários, palestras dentre outros.

O contato com a narradora foi conduzido com respeito à pessoa e à profissional, despindo-se de todo e qualquer preconceito, e encerrada, caso houve determinação da mesma, ou seja, fosse relatado esse desejo por parte da entrevistada. Houve a preocupação com aspectos éticos, visto que se adentrou no universo de significados e vivências do sujeito desta pesquisa.

Após sua aprovação da transcrição da entrevista, deu-se início ao processo de análise e escrita da referida pesquisa. Posteriormente, depois da defesa, a tese em sua íntegra foi encaminhada como devolutiva do trabalho realizado.

Vale atentar que este trabalho visou a compreensão da construção identitária das prostitutas, concernente às influências postas pela própria trajetória pessoal que influi na profissão, quanto vice-versa, a trajetória profissional influenciando na vida cotidiana e pessoal, sobretudo, as relações sociais de gênero, cujo estudo se deu a seguir.

**PARTE 1 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: os processos das (des)igualdades
entre os sexos**

Amplamente estudadas na área das ciências sociais, tanto quanto a questão social, aparecem as relações de gênero, ou igualmente conhecida como relações social de gênero e até por relações sociais de sexo. São termos que possuem o cerne de estudo idêntico, no entanto, acredita-se que este último, traz uma noção de refinamento acerca do processo de surgimento da dualidade de gênero, masculino e feminino (DUNEZAT, 2010), no entanto, optou-se pela utilização do termo relações sociais de gênero por este trabalho representar, além das oposições entre os sexos, um outro aspecto que é a prostituição. Já que para diversos autores, dentre eles Butler (2003), gênero abrange, sexos, sexualidade, orientação sexual, dentre outros. Para outros autores, apesar do uso indiscriminado dos dois termos como sinônimos, gênero se refere, muito mais, às diferenças entre mulheres e homens, sobretudo, no aspecto não biológico do processo, e sim do processo social, cultural, dentre outros, enquanto sexo, alude, inclusive, às diferenças biológicas entre estes seres. Este é um conceito desenvolvido por Claude Lévi-Strauss (TEIXIDO; LHÉRÉTÉ; FOURNIER, 2014).

Vale reafirmar que a escolha pelo termo “relações sociais de gênero” se deu somente por questão de convicção de sua amplitude, já que sua utilização permite o emprego de ambos os termos, pois a partir das diferenças biológicas, criaram-se diferenças culturais e sociais e vice-versa, definindo a desigualdade entre os dois gêneros (homens e mulheres). Mas como isto se processa na realidade?

A sociedade ocidental se encontra constantemente dividida, sobretudo em dois polos, logicamente, podendo haver mais subdivisões. Essa binaridade se faz presente o tempo todo e, muitas vezes, desloca a diferença e riqueza de escolha para a desigualdade, isto é, à medida que se escolhe um elemento, exclui-se o outro, deixando-os não mais com as características de complementaridade, de dicotomia, mas sim de contraditoriedade, de rechaço.

Desta forma, percebe-se que não há mais espaço para dois elementos distintos ocuparem o mesmo lugar, a ideia é de que um exclui o outro, mesmo que estes sejam complementares. Segundo Hérítier (2012), a binaridade se encontra presente desde o primórdio do ser humano, já que, muitas vezes, facilita a compreensão comum, rápida e imediata, ampliando a noção do objeto ou sujeito do qual se fala ou imagina. A binaridade se constitui, principalmente, no que concerne ao binômio, confirmando esta repartição: quente/frio, rico/pobre, pesado/leve, velho/novo, duro/mole, bom/ruim, ativo/passivo, rápido/lento, forte/fraco,

corajoso/medroso, feio/bonito, homem/mulher, heterossexual/homossexual, branco/preto, sério/frívolo, chique/brega, móvel/imóvel, abstrato/concreto, teórico/empírico, racional/irracional, transcendente/imanente ou mesmo cultural/natural, dentre infinitamente outros.

Estes binômios, muitas vezes, extrapolam a conceituação e o mundo das ideias e se insere no âmbito da realidade dos seres humanos, trazendo ao cotidiano a marginalização de sujeitos, não permitindo, tampouco, valorizar a individualidade e subjetividade de cada um. Neste viés, vários foram e são os momentos em que se criaram impedimentos para a igualdade entre homens e mulheres, ou seja, o conceito de relações sociais de gênero é algo relacional, só se entende o papel das mulheres, quando se lê o papel dos homens. Em nossa sociedade, é percebido que a sujeição é algo aprendido e apreendido, e na maioria das vezes, é executado pelas mulheres, enquanto a autoridade, muitas vezes, austera, é considerada algo natural do homem, do macho.

Um destes períodos, o qual polariza o poder, foi a patriarcalismo, embora tenha sido uma teoria política que surgiu na Inglaterra no século XVII, que defendia o conceito de poder absoluto para a monarquia, foi através da linguagem que se enfatizou o poder “paterno” do rei sobre o estado e seus súditos, com isso, há um reflexo até hoje dentro de diversas monarquias, as quais não aceitam a sucessão do poder pela mulher; e conseqüentemente, extrapola-se para as diversas sociedades do mundo.

O patriarcalismo está representado pela tradição sagrada, crença, carisma, relações de autoridade tradicionais. A dominação patriarcal fundamenta-se na “tradição”, na crença, na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre. Deste modo, a submissão é pessoal ao senhor, não-estatuídas, apenas sagradas pela tradição, outorgando-lhe poderes de forma ilimitada e arbitrária, dentro da convivência especificamente íntima, pessoal e duradoura. Ela se dá, sobretudo, pela superioridade normal da energia física e psíquica do homem. Vale lembrar que o poder paterno não se baseia em vínculos de sangue reais, porém, tem o poder doméstico sob o aspecto de propriedade (WEBER, 2004)².

Desta forma, entende-se que a dominação é um dos elementos mais importantes da ação social, isto é, a estrutura de dominação e seu desenvolvimento

² Capítulo IX – Sociologia da Dominação. p. 187-408.

moldam a ação social, sendo considerado um tipo de poder, que pode agregar ou separar, ocorrendo em várias instâncias. Seus detentores não têm interesses puramente econômicos, mas, isto é uma consequência frequente. Ela ocorre devido à virtude de uma constelação de interesses, de autoridade, ou seja, uma vontade manifesta do “dominador” em influenciar as ações de outras pessoas.

A cultura da dominação, sobretudo machista, tem de ser analisada nas mais diversas nuances, pois senão pode-se pensar de modo frequente acerca do que está em análise, como cita Prada (TVCARTA, 2015),

Sempre que penso no modo como a nudez feminina é vista em épocas diversas da história da humanidade, e em culturas diferentes, me vem à mente aquela chargezinha que tanto rodou por aí, em que uma mulher muçulmana, de burka, olha para uma mulher ocidental, só de biquíni, e ambas têm o mesmo pensamento, uma sobre a outra: “que brutal e machista é a cultura em que vive esta pobre mulher”. E assim é: embora as nuances sejam distintas, a opressão é similar.

O mandado, geralmente, pode ser cumprido por convicção de sua conformidade, por um sentimento de obrigação, por medo, por “mero costume” ou por causa de vantagens pessoais, sem que a diferença tenha necessariamente importância sociológica. A obediência pode ser tanto às regras formais quanto pelo poder de mando em autoridade pessoal.

Frente a esta sociedade de desigualdade entre os sexos, houve e há várias conquistas femininas, principalmente pelo movimento feminista, com a luta contra o “poder do macho”, o qual exclui as mulheres, creditando-lhes a incapacidade e impossibilidade de realizar as mesmas tarefas que os homens. Como exemplos, pode-se citar, a maior participação com igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho e no mundo político, além da ampliação da liberdade de escolha com quem e como querem estabelecer as relações conjugais. Assim, pode-se dizer que esses fatores contribuíram para que as mulheres conquistassem certa emancipação social.

Neste momento, acredita-se ser pertinente esclarecer que se entende emancipação pela ideia da condição humana potencializada como liberdade e autonomia, voltada a outra sociabilidade, divergente da atual, a qual possa construir uma sociedade baseada na igualdade de oportunidade e na equidade dos direitos, proporcionando uma constituição humana com consciência, responsabilidade e respeito entre seus indivíduos, ou seja, imbuída da dialogia, do individual para o

todo. Desta forma, a emancipação ganha a dimensão ética, da realização da integralidade do ser humano.

Vale ressaltar que a emancipação social se encontra dentro da noção de emancipação humana que é uma autorrealização humana, ou seja, é a conquista da igualdade política, humana e social entre os seres, chegando aos patamares de cidadania, para tanto, há a necessidade de se eliminar a desigualdade social existente nos dias atuais (LUIZ, 2013).

Torna-se, relevante destacar o termo “conquista”, já que emancipar é

[...] ‘retirar a mão que agarra’ [...]. Remete a um processo de liberdade que não é dada, mas é construção. [...] essa é tarefa mais complexa e que só é possível na relação entre quem está com a mão sobre e quem está debaixo dela. [...] sem o horizonte ético da humanidade em integralidade, não existe liberdade, e consequentemente emancipação. (FREITAS, 2015, p. 115).

Percebe-se que emancipação não é apenas deixar livre, mas sim, haver um processo, onde todos os envolvidos, tanto o que “oprima”, quanto o “oprimido”³ devem participar em busca da liberdade de escolha, motivado pelo direito equitativo e por uma vontade interna. Neste sentido, tem-se a conquista, pois a partir do momento em que há a naturalização da opressão, do domínio, mesmo com liberdade, o “oprimido” não percebe seu horizonte, e o oposto também se torna real, a partir do momento em que há a consciência e busca por parte do “oprimido”, mas não há o conhecimento do “opressor”, este usará da força para coibir estas ações. Conforme Soares (2003), a rotina do cotidiano torna as pessoas habituadas às regras da vida diária, proporcionando sua naturalização e diminuindo a possibilidade de mudança.

Deste modo, vê-se que há um caminho longo a prosseguir, que uma das soluções, segundo Demo (2006), é a política social, que precisa de ações redistributivas de renda e poder, equalizando oportunidades, a fim de se conquistar a emancipação humana (direitos civis), política (direitos políticos) e social (direitos sociais). Torna-se pertinente lembrar que a conquista de cidadania não se resume à posse desses direitos, mas também à igualdade de direitos (COIMBRA, 1987).

É mister também saber que a regulação dos Estados contemporâneos se dá às custas do ethos econômico dominante, reduzindo as demais esferas da

³ No caso da sociedade brasileira atual, e dentro da análise desta pesquisa, entende-se que há dois polos, onde de um lado encontra-se a opressão como algo exercida pelo homem e de outro, a mulher, sendo o sujeito oprimido.

sociabilidade humana, produzindo na pós-modernidade o efêmero, fragmentando o ser humano, privilegiando o individualismo e não a individualidade, retirando-lhes a possibilidade do dicotômico e promovendo a contraditoriedade, escurecendo a complementariedade e realçando a exclusão.

Neste mesmo prisma, Santos (2007) mostra que a emancipação opõe-se ao individualismo, já que aquela é um processo que ocorre dentro das relações sociais e é caracterizada como relacional das tensões dos benefícios na sociedade, ampliando e aprofundando as lutas democráticas nos espaços da prática social.

Assim, pode-se considerar que emancipação e relações sociais de gênero possuem características comuns, sobretudo, no aspecto do processo endógeno, ou seja, o fato ocorrer dentro das relações sociais e se resolver, ou não, nelas mesmas. Seus tensionamentos são solucionados, a partir da capacitação, sensibilização e entendimento do outro, da possibilidade de existir o outro e permiti-lo desfrutar das mesmas possibilidades e limites existente no cotidiano.

Os avanços pelos quais se passou a sociedade humana durante todo o processo de sua existência, e também, intensificado com o advento do capitalismo, muitas vezes, opõe-se à realidade, visto que várias categorias demarcam diferenças entre si, que podem gerar desigualdade, e uma destas categorias é a de gênero. Vê-se que isto se confirma, já que

As pesquisas entre subjetividade e trabalho mostraram, em primeiro lugar, que os estereótipos sexuais, as identidades sexuais e as representações sociais da virilidade e da feminilidade são amplamente utilizados na gestão da mão de obra no mundo industrial. (HIRATA, 2002b, p. 19).

Isto porque, desde a entrada da mulher no mercado de trabalho tornou-se inegável esta concepção social, uma vez que historicamente o locus destinado a esta era apenas o mundo privado. Assim,

Pesquisas mostraram que era necessário atentar não apenas para o continuum trabalho assalariado formal/remunerado/ informal/doméstico, mas também para as descontinuidades (alternativas e rupturas entre o assalariamento industrial, o trabalho ocasional, o trabalho informal, ou mesmo a saída do mercado do trabalho e a responsabilidade exclusiva pelo trabalho doméstico). (HIRATA, 2002b, p. 19).

Neste mesmo viés, vê-se que o trabalho das profissionais do sexo mostra ligação com estes dois vieses principais, quais sejam, a saída da mulher do lar, para o mercado de trabalho de âmbito público e também de um trabalho acobertado pela

moral societária, para seu desvelamento e exposição pública, impondo, muitas vezes, o poder do feminino.

Com sua inserção no mercado de trabalho, homem e mulher passaram a integrar o mundo público, desta forma, indaga-se se as atribuições e conceitos pertinentes ao âmbito privado e ao público permanecem dentre as “antigas” concepções, a fim de confirmar se a interação e dedicação do trabalhador ao mundo do trabalho têm seu avesso, na gestão da vida cotidiana, ratificando a divisão sexual do trabalho profissional. Mesmo porque, acredita-se que quase não há no interior do lar uma partilha igualitária das obrigações domésticas, até nos dias atuais, homens destinam sua atenção à manutenção dos requisitos materiais de subsistência da família, e, a mulher além de ser “complementar” nesse aspecto, também é responsável por um percentual maior de cuidados com a prole, a casa e o próprio marido.

Frente a isto, a partir do conceito de gênero, torna-se interessante analisar se o processo de construção identitária e de gênero são determinadas e exclusivas do sistema capitalista vigente. Deseja-se com isso, comprovar que na sociedade contemporânea ainda que se tenha avançado na percepção de vários aspectos da igualdade entre os sexos, há muito para se conquistar, para que haja uma sociedade mais igualitária.

Crê-se que se trata de pensar a dimensão cultural na gestão do trabalho, avaliando os respectivos pesos da tecnologia, da cultura individual/coletiva e laboral/cotidiana, visando um entendimento dos fatores de ordem institucional e histórica de configurações da organização do trabalho, e do dia a dia doméstico, sobretudo, nos quesitos educação e socialização, percepção de valorização do trabalho e discriminação de gênero.

Conforme diversas leituras de pesquisa, inclusive mundial, muitas delas citadas por Hirata (2002b), pode-se considerar que a realidade sócio-histórica brasileira é marcada pelo estigma da desigualdade social, que é fruto da questão social, a qual se configura como uma mediação que perpassa todas as relações sociais. Assim, é neste contexto histórico que se circunscreve as relações de gênero, onde o homem se configura como o gênero superior, detentor da razão e de toda moral e a mulher, por sua vez, encontra-se relegada a um papel secundário, inferior, subalterno ao gênero masculino.

A forma como são erigidas as relações sociais no âmbito da constituição familiar e do mercado de trabalho se parecem e ratificam a concepção da supremacia do homem, tendo a mulher um trabalho menos reconhecido social e financeiramente. Mesmo porque,

Uma condição para que o crescimento econômico dos países se traduza em menos pobreza e maior bem-estar e justiça social é melhorar a situação relativa das mulheres, negros e outros grupos discriminados da sociedade e aumentar sua possibilidade e acesso a empregos capazes de garantir uma vida digna para si próprios e suas famílias. A pobreza está diretamente relacionada aos níveis e padrões de emprego, assim como às desigualdades e à discriminação existente na sociedade. [...] Gênero e raça/cor são fatores muito importantes para determinar as diferentes possibilidades dos indivíduos de terem acesso a um emprego e nas suas condições de trabalho: remunerações, benefícios e possibilidades de proteção social. (OIT, 2015).

Percebe-se que a desigualdade entre gênero no mundo do trabalho é uma realidade. Deste modo, mesmo que as relações sociais de gênero sejam um fenômeno existente desde os primórdios da humanidade, gerando a divisão sexual e social da vida e do trabalho, estas relações perpassam por toda a sociedade, onde homens e mulheres vivenciam situações divergentes em todos os âmbitos, familiar, político, econômico e social.

Todavia, as adversidades são mais arbitrárias para as mulheres, pois culturalmente foram constituídas como o sexo frágil, o sexo destinado à reprodução da espécie e da cultura informal, que tal como é concebida consiste em um forte instrumento de opressão feminina. A sociedade historicamente é marcada por um caráter androcêntrico, que subjuga a mulher a uma posição socialmente inferior. Ao pautar-se nessa categoria socialmente construída, o sexo feminino torna-se o “segundo sexo”, instaura uma oposição entre as duas categorias representantes da espécie humana, permeada de poder, submissão, exploração e inferioridade. Essas relações antagônicas são objeto de estudo das relações sociais de gênero.

Vale reforçar que o termo gênero é utilizado para se compreender as tramas sociais que são desenvolvidas em todos os contextos que perpassam a vida do homem e da mulher. Designa-se as concepções e representações que são socialmente criadas acerca da dicotomia homem/mulher. Essas relações são permeadas de dominação, subordinação, ou seja, são relações de poder, nas quais o homem busca ratificar sua posição de superioridade em uma sociedade sexista. Cabe mencionar que o sexismo é a combinação do preconceito com o poder, ou seja,

[...] o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. [...] os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo. (SAFFIOTI, 2004, p. 123).

As relações sociais de gênero fazem parte de uma construção cultural, “[...] é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações.” (ORTNER, 1979, p. 15). Nessa perspectiva, “[...] gênero não se resume a uma categoria analítica, mas também é histórica e ontológica, por representar a construção social do masculino e do feminino, não necessariamente pautada em uma relação desigual e hierarquizada.” (SAFFIOTI, 2004, p. 64).

No momento em que há as relações de trabalho e gênero, tem-se que

[...] indicaram a imbricação entre produção e reprodução, entre trabalho profissional e trabalho doméstico [...] a problemática da divisão sexual do trabalho reside na confirmação de que os movimentos complexos da mão de obra feminina não estão ligados exclusivamente à conjuntura do mercado de trabalho, nem unilateralmente às mudanças no processo e na organização do trabalho, e tampouco unicamente à subjetividades das trabalhadoras. (HIRATA, 2002b, p. 18).

As relações de gênero se expressam através da linguagem e de atitudes que são disseminadas cotidianamente nos mais diversificados espaços sócio-institucionais, tais como família, escola, mercado de trabalho, igrejas, entre outros. Nesta ótica,

[...] gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, ou melhor, é um campo primário no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado [...]. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas; conceitos normativos que colocam em evidência o significado de masculino e feminino; instituições e organizações sociais que exerçam este poder, isto é, uma visão mais ampla que inclua não só relações de parentesco, mas também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político; e finalmente a identidade subjetiva. Nenhum destes elementos opera sozinho; eles operam simultaneamente como se fosse simples reflexo um do outro. (SCOTT, 1995, p. 74).

Tem-se que a questão de gênero se reflete também na divisão do trabalho – sexual e social. Com o advento do capitalismo, o homem submete ainda mais a natureza a seus desígnios, instaura a propriedade privada que é expressão

máxima desse sistema. Contudo instaura a questão social, a qual perpassa toda a existência em sociedade.

A dualidade existente entre homem e mulher não é uma causalidade natural. Circunscreve-se no interior de um processo sócio-histórico, no qual o homem conseguiu se impor em relação à mulher, consagrando-se como ser superior da espécie humana, relegou assim, a esta o papel de outro, de “segundo sexo” (BEAUVOIR, 1955). Deste modo, o sujeito só se põe se opondo,

[...] êle pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto [...]. Nenhum sujeito se coloca imediata e frequentemente como inessencial; não é o Outro que se definindo como Outro define o Um, êle é frequentemente como Outro pelo Um se definindo como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. De onde vem essa submissão da mulher? (BEAUVOIR, 1955, p. 12).

Com intuito de se adotar a condição subalterna da mulher como um dado natural, os postulantes do determinismo biológico, alegam que o sexo masculino da espécie humana é naturalmente superior ao sexo oposto, isto é, há algo geneticamente inerente a este que ao faltar na mulher, tornando-o superior e, com efeito, ela é naturalmente subordinada e também comumente satisfeita com sua posição, desde que lhe seja proporcionada proteção e a possibilidade de valorizar os prazeres maternos, que para elas, são as experiências mais satisfatórias da vida (ORTNER, 1979).

Diversas autoras, dentre elas, Rosaldo e Lamphere (1979) e Beauvoir (1955), afirmam que as mulheres são definidas socialmente, a partir de suas funções sexuais e reprodutoras. O aspecto biológico do corpo feminino é iminentemente preparado para a reprodução, e, isso tende a ser uma das alegações para a enfática afirmação dela ser mais próxima à natureza do que o homem. Em decorrência disso, seu movimento nas diversas instâncias sociais se encontra mais restrito, sendo definido para a mesma o contexto familiar doméstico como o primado de sua existência.

É inegável a diferença fisiológico-anatômica do corpo masculino e do feminino, entretanto, esta por si mesma não possui viabilidade para explicar a preponderância de um sexo sobre o outro, “[...] certos dados e diferenças somente adquirem significado de superior/inferior dentro da estrutura de valores culturalmente definidos.” (ORTNER, 1979, p. 99).

Em oposição à mulher, o homem é associado ao mundo da cultura, do público. O macho da espécie humana não tendo as funções habituais de criação da espécie, a qual se acha, sobretudo destinada à mulher, encontra-se em posição privilegiada para externar sua capacidade criativa ao contexto familiar. Nesse sentido,

[...] os homens são identificados não somente com a cultura, no sentido de toda criatividade humana, mas como opondo-se à natureza; eles são identificados em particular com a cultura no sentido antigo da manifestação mais elevada do pensamento humano – arte, religião, leis e etc. (ORTNER, 1979, p. 109).

Destarte, ocupam os espaços privilegiados em todas as esferas institucionais, as quais utilizam para propagar a ideologia pertinentes à manutenção de seu *status quo*.

Neste sentido, tem-se o entendimento de como as relações sociais de gênero influenciam a construção da identidade e do trabalho, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, das profissionais de sexo.

Para melhor compreensão deste contexto, Chauí (2000) relata que há uma diversidade de conceitos acerca da terminologia natureza, alguns se encontram no aspecto comum, outro na visão científica, o que estabelece entre eles um paradoxo. Na conceituação comum, natureza se refere àquilo que é inato, isto é, que é universalmente constituído sem interferência humana. Entretanto, cientificamente é compreendida como um campo objetivo produzido por meio do conhecimento científico, visto que o próprio conceito de natureza foi produzido pelos homens. Nesse sentido, a autora argumenta que a própria concepção de natureza se tornou objetivamente cultural. Mais uma prova conceitual de que, as mulheres são mais dadas à maternidade que o homem, é uma construção social.

No tocante à conceituação de cultura, a autora supracitada ainda afirma que, é proveniente do verbo latino colere, cultivar, criar, tomar conta e cuidar. Assim, cultura significava o cuidado do homem com a natureza, a qual em um primeiro sentido era percebida como uma forma de aprimorar a natureza humana, por meio da educação, que perpassa todos os segmentos da vida. Posteriormente, após o século XVIII, passa a ser vista como o resultado da educação concedida aos seres humanos, a qual se externa nas ações e instituições sociais, como as artes, a religião, a ciência e o Estado. Com efeito, “[...] cultura é uma segunda natureza, que a educação e os costumes acrescentam à primeira natureza, isto é, uma natureza

adquirida, que melhora, aperfeiçoa e desenvolve a natureza inata de cada um.” (CHAUI, 2000, p. 372).

Destarte, por estar socialmente vinculadas ao contexto do lar, as mulheres são frequentemente responsáveis pelos cuidados com os filhos pequenos e, por seu processo de socialização, a elas é designada a função de ensinar às crianças a forma correta de se portar socialmente. Nesse sentido, “[...] por conveniência e não por causa da necessidade biológica, usualmente pensa-se que as mães e as mulheres em geral, tendem a cuidar dos bebês.” (CHODOROW, 1979, p. 68). As questões pertinentes ao gênero são perpetradas pela educação diferenciada que é fornecida a meninos e meninas durante a vida, a mesma educação que os treina para desempenhar as funções correlativas a cada um de seu sexo, cuja reprodução se estenderá na vida adulta.

Ao se discutir acerca da identidade de gênero na teoria psicanalítica tradicional, o desenvolvimento sexual feminino é divergente do masculino. Enquanto a menina se desenvolve nesse âmbito, a partir da identificação com a mãe e as demais mulheres, o menino se estabelece nesse segmento, por meio de uma ruptura com a identificação feminina, por meio da qual ele tende a rejeitar e menosprezar tudo que é culturalmente posto como pertinente ao universo feminino, “[...] a socialização dos meninos tende a ser orientada em direção da realização e autoconfiança e das meninas em direção à criação, educação e responsabilidade.” (CHODOROW, 1979, p. 77-78).

Ao corroborar esses aspectos da educação, até agora estudados, Saffioti (1987) esclarece que os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É por meio da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. Sendo assim, a identidade social é socialmente construída, erigida através da atribuição de distintos papéis às categorias de cada sexo. Nesse sentido, ao homem é outorgado o papel de provedor das necessidades materiais da família, chefe e autoridade suprema no interior do lar, em detrimento da mulher, a qual é atribuída a responsabilidade pela ordem doméstica e criação dos filhos. Assim, de forma direta ou indireta, a mulher, é responsabilizada pelo bem-estar do homem.

Percebe-se então que ao se privilegiar a análise societária voltada à tendência de naturalização dos processos socioculturais no cotidiano, retira-se o caráter sociohistórico dos mesmos, e assim, permite-se que a desigualdade e a injustiça social sejam também naturalizadas.

Engels (2000) afirma que a derrocada da mulher e sua consequente submissão é proveniente do surgimento da propriedade privada. Com efeito, ao ser transformada a forma de produção de consumo para mercado, a família se converteu em uma unidade produtiva, modificou-se o status livre da mulher e de seu trabalho, que anteriormente era realizado com cunho social, isto é, para a comuna. Posteriormente, com a instauração da propriedade privada, foi-lhe demandado trabalhar para o marido e a família. Efetivamente, essa modificação na estrutura social, possibilitou a derrocada do direito materno, com isso, “[...] o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução.” (ENGELS, 2000, p. 60).

Deste modo, observa-se que a desigualdade no interior da família é fruto das transformações político-econômicas, que teve seus rebatimentos em diversos âmbitos societários como o social e o cultural ao longo da história, os quais foram formal e reconhecidamente escritos pelos “machos” da espécie humana, que usando de todos os recursos possíveis, buscaram submeter as mulheres aos seus domínios. Para Engels (2000, p. 67-68), a primeira opressão de classes foi a escravidão do sexo feminino pelo masculino. Por conseguinte, “[...] a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.”

Decerto, essa superioridade do homem se expressa de forma aguda em diversos âmbitos do cotidiano que permeia a sociedade. Bom exemplo, é o político, o qual é um reduto importante, no que concerne à concretização de legislações que poderiam promover a igualdade entre os sexos no cotidiano societário, passa a ser quase que fechado às mulheres, ou seja, dificilmente ocupam postos de chefia no espaço legislativo e nos partidos políticos. A participação delas se concentra mais fora da política institucional, isto é, nos movimentos sociais, através dos quais reivindicam a concretização de determinados direitos sociais. Não menos, o segmento econômico também, por ser considerado um paralelo ao político e se desenvolvem atrelados um ao outro, constitui-se como locus privilegiado de dominação masculina.

No entanto, a entrada da mulher no mercado de trabalho a partir da década de 1970, propiciou certa modificação no âmbito familiar. Porém, ainda não se constata uma partilha de igualdade de responsabilidade nos afazeres do lar.

Verifica-se, ainda uma maior atribuição de responsabilidade nos lares às mulheres, visto que, passou a exercer uma dupla jornada de trabalho – extra lar e doméstica.

Na concepção do materialismo histórico, o trabalho é a categoria fundante do ser social, o qual ocorre por meio da capacidade teleológica que se expressa no trabalho, que por sua vez é imanente ao ser humano. É por meio dessa categoria, que é composta por ideação e objetivação, que o homem ultrapassa a sua condição de irracionalidade, de epifenômeno e passa a dominar a natureza e a se associar com os demais indivíduos. Nasce dessa interação a linguagem articulada e, demais instituições como a arte, a religião, o Estado, etc. Assim, o trabalho é a categoria ontológica, fundante do ser social (FORTES, 2001).

Todavia, o trabalho no sistema capitalista foi expropriado de sua função primeira. Reina a separação das duas categorias constitutivas do trabalho. A primeira se encontra com os detentores dos meios de produção e a segunda com a classe que vive do trabalho. Deste modo, o trabalho tal como é expresso pelo capital é um importante meio de dominação social, onde a classe dominante subjuga a classe subalterna por meio de ideologias que são introjetadas no cotidiano social.

Uma importante ideologia do capital consiste na postulada supremacia do homem sobre a mulher. Esta é benéfica somente aos detentores do poder político e econômico. Enquanto, os dois sexos travam embates entre si, não há possibilidade de se perceberem manipulados pelo capitalismo, através dessa ideologia.

A preeminência masculina é um entrave para a luta da classe trabalhadora, pois, em suas querelas, os sexos não se unem contra seu verdadeiro opressor. Sob o signo da inferioridade feminina ampliam-se os lucros dos capitalistas, em detrimento da situação financeira da classe trabalhadora. Vê-se que,

[...] a classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários. (SAFFIOTI, 1987, p. 23).

Com isso, sob o símbolo da superioridade masculina, a classe trabalhadora se vê ainda mais degradada em suas condições financeiras.

Além do mais, em decorrência desse aspecto, convencionou-se uma segmentação nas categorias profissionais onde, há campos profissionais, por exemplo, destinados, exclusivamente ou quase, aos homens. A mulher pode estudar Engenharia Civil, por exemplo, mas no momento de procura do emprego, ela

enfrentará a discriminação, “Não fica bem para uma mulher frequentar uma obra e lidar com peões da construção civil.” (SAFFIOTI, 1987, p. 71).

Do mesmo modo, os poderes que são conferidos aos homens em todas as relações sociais, em muitos casos acabam por ser utilizados para violar direitos humanos. Tal afirmativa é ratificada por meio do número de assédio sexual, estupros que ocorrem e comumente, conforme dados do IPEA (2014) 89% das vítimas de estupro são do sexo feminino e possuem, em geral, baixa escolaridade. Conforme dados atualizados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2014, no Brasil ocorria um caso de estupro notificado a cada 11 minutos (BUENO, 2015, p. 116). O Relatório ainda alerta que este montante representa de 30% a 35% dos casos, pois nem todos são registrados, e acredita-se que a relação seja de um estupro a cada minuto. Este estudo destaca que se entende por estupro, segundo a Lei Federal 12.015/2009, conjunção carnal, atos libidinosos e atentados violentos ao pudor (CANO, 2015, p. 36).

No interior dos lares, a dominação masculina, algumas vezes, expressa-se no direito que o homem julga ter para manter relações sexuais com sua companheira, mesmo que contra sua vontade, o que segundo o código penal brasileiro caracteriza como estupro.

Não obstante, não é somente a mulher que é oprimida pela ideologia machista, pois através desta, o homem também é tolhido em sua essência, visto que ao ser atribuído o papel de forte, corajoso, racional e provedor do sustento familiar, outorgou-lhe também a responsabilidade pelo seu êxito ou insucesso, quando na verdade, o sistema se configura como um jogo, onde os detentores do poder econômico e político subjugam os desprovidos desses potenciais, principalmente em tempos do neoliberalismo.

Todavia, o sexo feminino é afetado de uma forma mais contundente, pois

[...] ora, mulher sempre foi, senão a escrava do homem, sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontre nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situação mais vantajosa, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc., um maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que

possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança matem: o presente envolve o passado e no passado toda história foi feita pelos homens. (BEAUVOIR, 1955, p. 14-15).

Toda esta questão supracitada se coaduna com os estudos acerca dos Direitos Humanos. Verifica-se uma ruptura dos princípios dos Direitos Humanos, que são aqueles inerentes a todo e qualquer ser humano.

Categoria de direitos que se relacionam diretamente com “[...] o conjunto de tratados, convenções e legislações, cujo objeto é a definição e regulação dos mecanismos, internacionais e nacionais, garantidores dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (PINHEIRO, 2009, [p. 3]).

De uma maneira mais atualizada, pode-se dizer que há quatro gerações, épocas históricas, de direitos fundamentais, sem hierarquia entre elas. Desta forma, tem-se que, os direitos da primeira geração, sendo eles os civis e os políticos, foram conquistados nos séculos XVIII e XIX. São direitos de natureza individual e se pautam, sobretudo, na autonomia e proteção do indivíduo, além da idéia de liberdade (liberdade, propriedade, vida e segurança) e oposição ao poder ilimitado e opressor do Estado. No que tange aos direitos da segunda geração, que datam do final do século XIX e início do século XX, constituem-se como direitos sociais, econômicos e culturais, cujo foco é a igualdade de acesso aos bens produzidos e as lutas contra a desigualdade social e a exploração capitalista, visando à justiça social. Já a terceira geração é compreendida como os direitos coletivos, de solidariedade e fraternidade, como meio ambiente, qualidade de vida, paz, defesa do consumidor, da criança, do idoso. E por fim, os direitos de quarta geração que envolvem questões relacionadas à informática, biociência, clonagem, eutanásia, estudo de células tronco. Relacionam-se à democracia, à informação e ao pluralismo (IURCONVITE, 2007; DIÓGENES JÚNIOR, 2012).

Os direitos são também processos sociohistóricos, ou seja, eles nascem ou se aprimoram conforme necessidade de cada sociedade, na qual se inserem. Podem ser desde conquistas de geração de igualdade de oportunidades e cidadania, visando à inclusão social e superação de desigualdades, até mesmo a manutenção do *status quo*, quando o direito se torna apenas mecanismo de amenizar as expressões da questão social, mas não de extingui-las.

Neste viés, o órgão responsável por garantir esses direitos, na perspectiva de alcance da cidadania, é o Estado. Esta é a instância de mediação

entre o mercado e a sociedade civil, a fim de proporcionar a igualdade de direitos e de oportunidade de acesso aos diversos segmentos historicamente excluídos.

A configuração dos direitos humanos, que se apresenta nas sociedades capitalistas, visa não a uma superação da segmentação societária, mas sim à confirmação de que os processos binários e complementares naturais da vida cotidiana se transformem em elementos contraditórios, opostos, reafirmando a existência de um grupo dominante, dentro de padrões pré-estabelecidos. Desta forma, nossa sociedade se mostra persistindo na cultura machista, sexista, classista, racista, heteronormativa e patriarcal, que delega ao homem o papel “central” na e da história, desclassificando e desmerecendo o gênero feminino como protagonista e com capacidades análogas a do homem.

Em suma, as determinações de gênero perpassam e condicionam a vida em sociedade. Atribui-se à mulher através dessas determinações, maiores atribuições e menos reconhecimento. Todavia, houve avanços, como as conquistas já citadas no início deste texto, mas, esses ainda parecem ínfimos ante a batalha que ainda precisa ser travada para um maior reconhecimento da mulher, do seu trabalho, bem como da necessidade premente da partilha dos afazeres do lar e da educação dos filhos. Nesse sentido, o movimento feminista é de suma importância, pois, ao contrário do que é pensado pelo senso comum, esse movimento diz respeito não somente às mulheres, mas, a todo o gênero humano.

Ao se tratar do feminismo, vê-se crescer um amplo âmbito de disputa, onde se coloca em jogo os direitos das mulheres, visando a igualdade. Algo que parece ser óbvio, torna-se uma reivindicação, já que muitas pessoas, homens e mulheres, naturalizam a diferenciação entre si, independentemente de qualquer conceito, como o de qualificação. Não há a quem recorrer, mesmo que, muitos procuram sanar esta “naturalização” da desigualdade, onde as mulheres, e principalmente, as prostitutas não gozam dos mesmos direitos que os homens, inclusive, no âmbito dos direitos trabalhista. Vê-se que, às mulheres é exigido o comportamento “recatado” e submisso, que como visto, é algo, muitas vezes, essencial à sobrevivência do sistema econômico/financeiro capitalista, o qual se beneficia da diferenciação para excluir/incluir pessoas, a fim de manter controle sobre os seres humanos.

Desta forma, cabe indagar o porquê da aceitação nas relações dos gêneros masculino/feminino da persistência na desigualdade de gênero nos espaços sócio-ocupacionais, tanto no âmbito público, quanto no privado.

Pensar as mulheres como grupo social tem estimulado debates dentro dos mais diversos círculos como os feministas, marxistas, já que esses movimentos das mulheres, por muitas vezes, assumem um conjunto comum de interesses que perpassa por toda a raça, etnia e classe e que podem desafiar a dominação masculina (FERGUSON; HENNESSY, 2010).

Apesar de diversas leituras que demonstram que o Brasil é um país livre de preconceitos e discriminações, na prática não é isto que se vê, mostrando que a identidade brasileira se constitui de uma forma, onde nem o preconceito nem a discriminação tenha espaço de revelação explícita, no entanto, há espaço para sua ação velada, onde se constata por pesquisa, que o salário da mulher representa 77% do homem, e que isso se deve, ao capital humano, devido à educação com menor oportunidade, e também pela discriminação pelo fato de ser mulher, além disso suas ocupações ainda se concentram no sexismo (ATAL; ÑOPO; WINDER, 2009)⁴ e que os homens tem seu salário mais frequentemente reajustado, em oposição às mulheres, por exemplo (CATHO, 2015).

No âmbito do mercado de trabalho, a dominação do sexo feminino pelo masculino pode assumir maiores proporções. São díspares as possibilidades de inserção no mercado de trabalho para mulheres com nível educacional mais baixo do que homens em mesma situação. Requer-se maior nível de escolaridade destas. Entretanto, “[...] apesar dos maiores níveis educacionais, os salários das mulheres continuam sendo significativamente inferiores aos dos homens, e essa diferença aumenta quanto maior é o nível de escolaridade.” (DELGADO; CAPPELLIN; SOARES, 2000, p. 14). É ínfima a possibilidade de ascensão feminina a altos postos de chefia, uma vez que, há uma inferiorização do trabalho feminino.

Tudo isso contribui para o aumento da desigualdade de gênero, formando um círculo vicioso, pois os fatores que determinam a desigualdade da mulher na sociedade são balizados por discriminação e esta mesma determina as condições de conquista da mulher nos diversos espaços públicos e privados. A discriminação

⁴ Este documento é o mais recente em relação ao estudo de Gênero, pois os outros relatórios da série tratam de outras perspectivas.

velada e a forma de ver a realidade dissimulada sem conflitos sociais, torna mais difícil o enfrentamento dessa desigualdade de gênero.

Vale lembrar que o estudo do BID⁵ (ATAL; ÑOPO; WINDER, 2009) revela ligações entre raça, respaldo familiar, educação e lacunas salariais entre os brancos e os afrodescendentes no Brasil. Os resultados mostraram que a diferença no capital humano, incluindo a educação parental e a qualidade do ensino formal contam também, mas não para todas as diferenças salariais, inclui-se aí, ainda, a cor de pele, a performance do mercado de trabalho, que também determinam um importante papel em relação aos ganhos. E segundo Freitas (2015), o próprio capitalismo tem em sua dinamicidade a desigualdade tanto financeira, quanto a social.

Os “[...] estereótipos sexuais, as identidades sexuais e as representações sociais da virilidade e da feminilidade” devem ser largamente considerados quando se trata de entender o mundo do trabalho (HIRATA, 2002b, p. 19). Neste caso, há a manutenção da ideologia de que o homem é superior à mulher, ou seja, o masculino torna-se o lado certo, contemplado e o feminino é rejeitado, menosprezado, em diversos aspectos, inclusive, estendendo-se do âmbito do trabalho ao cotidiano da sociedade.

Deste modo, se se liga o trabalho como categoria fundante do ser social, pela capacidade teleológica, que é inerente ao ser humano, é essa mesma categoria que marginaliza as mulheres, e sobretudo, neste caso, as prostitutas. Nesta direção, o capitalismo contemporâneo busca manter a desigualdade financeira e social, a qual se aprofunda com a questão social

Além disso, vale ressaltar que

[...] a luta feminista está implicada na luta anticapitalista e antirracista em defesa de uma sociabilidade sem exploração, dominação e opressão, pois a emancipação das mulheres é a emancipação dos homens e vice-versa, ou seja, a emancipação do gênero humano. (GUIRALDELLI, 2016, p. 116).

Essa desigualdade das mulheres afeta a todos e todas as famílias, pois as mulheres fazem parte do cotidiano societário tanto quanto os homens o fazem. E nesse ciclo de marginalização, encontram-se as prostitutas, as quais sofrem a discriminação por ser mulher e o preconceito por sua profissão.

⁵ Sigla que significa Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É um órgão de financiamento da América Latina, visando o desenvolvimento regional e diminuindo a pobreza e desigualdade social (BID, 2016).

PARTE 2 PROSTITUIÇÃO: em seus tempos históricos e espaços

Acredita-se ser de relevância, primeiramente, ressaltar, neste momento, que em todo o contexto do estudo apresentado, entende-se, prostituição, como a existência, como é o caso específico da pesquisa atual, de mulheres reservadas a este propósito, que é a realização do sexo à satisfação da outra pessoa; e recebendo um pagamento por isso, proporcionando a este ato, uma característica mercadológica. A prostituição requer a venda do ato sexual em troca de pagamento, que não necessariamente seja dinheiro.

A partir deste momento, o processo escolhido pelos pesquisadores para narrar a cronologia histórica da prostituição foram os acontecimentos de mais destaque em relação ao estudo da prostituição. Ressalta-se que não houve a priorização do locus da pesquisa nessa narrativa, mas sim, foi tratado como parte integrante da realidade planetária.

Ao analisar os primórdios da humanidade, pode-se dizer que a prostituição nem sempre existiu. Na Pré-História, a sexualidade dos seres humanos poderia, muito bem, dar-se de forma livre, não importando o momento, nem sequer o lugar. Importava o desejo do sexo da mulher pelo companheiro masculino e vice-versa, desde que este fosse um ato lícito. A exemplo disso, tem-se que todos os grupos de caçadores e coletores que foram estudados (A GUERRA..., 1981; HÉRITIER, 2012). Desta forma, pode-se afirmar que, nessas sociedades, a prostituição não existia.

No estudo sobre a Antiguidade, Hérítier (2012) detectou que, entre os agricultores africanos, como os Samo, haviam mulheres selvagens, ou seja, termo que designa, neste sentido, mulheres que não têm maridos para “domesticá-las”, as quais viviam de maneira independente como os homens e podiam ter parceiros sexuais esporádicos, mesmo não sendo consideradas prostitutas, pois elas não aceitavam pagamento por esses serviços.

Isto não quer dizer que elas jamais tiveram maridos. Entre os Samo, todas as jovens se casavam, sem exceção, mesmo que fossem desfavorecidas pela natureza ou por doença. Quando se tornavam viúvas, ou após uma separação acordada, amigável, algumas se recusavam a retornar sob o controle do pai ou do irmão. Assim, elas se tornavam livres e então selvagens. Elas ganhavam sua vida e estavam livres inclusive em sua sexualidade. Se elas concebessem filhos, estes eram atribuídos a um amante e não a um marido que teria direitos sobre elas.

Pode-se dizer então que, em diversas sociedades humanas primitivas de nossos ancestrais, encontram-se exemplos de liberdade sexual, no entanto, não se pode afirmar que havia a prostituição. Diante desta elucidação, surgem questionamentos acerca da prostituição ser considerada trabalho ou não. A simples troca do ato sexual por dinheiro ou outras mercadorias não poderia predizer que a prostituição é trabalho?

Já nas sociedades dos caçadores e coletores, constituídas em pequenos grupos que viviam da natureza, Hérítier (2012) analisa que não havia tampouco a possibilidade de existência da prostituição.

Haviam ainda, nesta época, mulheres marabutos que viviam em moradias com as filhas espirituais de um santo, as quais se davam à prostituição sagrada. Às vezes, todas as mulheres da tribo eram destinadas a esta prática, que aparecia como manutenção dos ritos da iniciação sexual (FERROUL, 2005).

Para Lerner (1990, p. 125), a ideia mais difundida e aceita da origem da prostituição liga a templos, onde eram oferecidos os serviços sexuais aos deuses, sobretudo, concernente a rituais de fertilidade. Esta prática em nome de deuses e deusas era considerada sagrada e benéfica às pessoas.

Vale lembrar que, essas práticas aconteciam de formas, em lugares e períodos diferentes, e, principalmente, para vários deuses. Até que se chegou à prostituição comercial, que também floresceu perto ou até mesmo, dentro destes templos (SHRAGE, 2015).

Lerner (1990, p. 124) confirma essa ideia ao citar que a evolução histórica da prostituição, que data do início do período arcaico, relaciona-se à regulação sexual – das mulheres abastadas, cuja virgindade era considerada, ao mesmo tempo, “um ativo financeiro” e a “escravidão das mulheres”, as quais foram responsáveis por consolidar a prostituição, fazendo emergir a formação de classes na sociedade. Entretanto, a prostituição foi sendo vista como uma necessidade social para a satisfação das necessidades sexuais dos homens.

Essa prática da prostituição sagrada era proibida pelos hebreus, os quais instituíram um monoteísmo, que proibiu os ritos específicos aos diferentes deuses. Desta forma, a prostituição ordinária, ou seja, aquela que se opunha à sagrada, também era proibida às suas mulheres, mas autorizada às estrangeiras. De fato, esta interdição funcionava graças a um golpe, pois não eram chamadas de prostitutas as mulheres que eram emprestadas por seus pais em troca de dinheiro,

isto é, estivessem sob a autoridade de um homem para vender e dar seus encantos, mesmo que sem a aprovação das mulheres. Próximo à esta região, no Oriente-Médio, um pai pode pegar os serviços de sua filha desde que esta tenha mais de 3 anos (FERROUL, 2005).

Frente a esta preliminar de conhecimento sobre o sexo e a prostituição, é válido atentar que um dos focos para se entender a prostituição hoje, é visualizá-la no passado, principalmente na Antiguidade, momento de seu surgimento, mais precisamente, por volta dos anos 2400 a.C. (ROBERTS, 1998). E seu início se deu em um nebuloso espaço isocronamente entre religião e família. Nos ritos religiosos eram reproduzidos a ação divina, onde os cultos da deusa-amante tinham como essência a união dos homens com a prostituta sagrada, que eram homens ou mulheres, geralmente castrados (FERROUL, 2005). Acreditava-se que essa união trazia rejuvenescimento à genitália masculina e seus efeitos se estenderiam à fertilidade do rebanho e do solo.

Dentro das famílias também, o hábito dos povos do oriente comum era o de oferecer as mulheres da casa aos hóspedes de passagem em prova da hospitalidade. Em épocas históricas, as quais conservou-se os escritos, esses comportamentos acabavam sendo pagos, e os santuários iam se enriquecendo com somas pagas por seus fiéis que desejavam completar o rito, e os chefes de família também, mediante os préstimos das mulheres de sua propriedade. A prostituição torna-se um negócio de dinheiro. Os responsáveis dos estados, na Babilônia como em todo o Oriente-Médio, não deixavam escapar esta fonte de recursos e se puseram a criar suas próprias casas de prostituição. As prostitutas se multiplicavam ao redor dos templos, nas ruas e nas tavernas (FERROUL, 2005).

No entanto, em papiros egípcios, nos campos de construções das pirâmides, detectaram-se traços verdadeiros de prostituição, tavernas, onde operários encontravam “moças públicas”, já que o reconforto dado aos homens eram feitos mediante pagamento a estas mulheres.

No período Helenístico, as conquistas militares fizeram expandir o escravagismo e as mulheres cativas eram abusadas sexualmente, o que permitia que os seus proprietários as explorassem como prostitutas “autônomas” ou em bordeis. Neste momento, as prostitutas e concubinas passam a significar símbolo de poder e riqueza (LERNER, 1990, p. 133).

No Egito, quando as prostitutas sagradas passaram a trabalhar fora dos templos, pode-se dizer que surgiram as primeiras prostitutas de rua (ROBERTS, 1998), já que exigiam pagamento pelo serviço. O motivo talvez é que, o Egito era uma sociedade muito hierarquizada, com operários a serviço do faraó, distantes de suas famílias, e de suas esposas. E a partir do momento que diversos setores passavam a existir, como o Estado, o comércio, as formas de artesanato e de indústrias, as coletividades mais amplas, o início de vida urbana, formava-se então, o cenário para o desenvolvimento da prostituição (HÉRITIER, 2012).

É de se ressaltar que a prostituição não era vista como algo degradante, Roberts (1998) mostra que, ainda no Egito, mesmo quando as prostitutas sagradas passam a trabalhar e receber pelo trabalho, o sexo ainda era visto como sagrado, não havendo moralidade puritana, que pudessem estigmatizar essas mulheres.

A prostituição começa com o pagamento, já que, o ato sexual não aconteceria se não houvesse pagamento. O pagamento desse tipo de serviço, segundo Hérítier (2012), corresponde a uma degeneração de um uso muito antigo: o dolo. Quando havia abuso ou estupro de uma moça, o pagamento era feito aos homens de sua família. O prejuízo não era à moça, mas sim, de sua família, seguindo regras bem precisas, pois a moça tinha perdido uma parte importante de seu valor, enquanto objeto de troca. Tratava-se, geralmente, de compensação em dinheiro, igualmente estabelecidas por outros tipos de prejuízo: furar o olho, cortar um dedo, dentre outros.

Daí o sinal da dominação masculina, as moças eram consideradas um objeto de troca, um valor, que os homens trocavam, a fim de poder se reproduzir e terem filhos.

A título de esclarecimento e aprofundamento, concernente ao dolo, vale lembrar também que o crime doloso ocorre quando o sujeito tem a intenção de produzir aquele resultado ou assume fazê-lo com risco. É um dos fundamentos do direito – o ressarcimento cessa a reclamação, impede a vingança, ou seja, ocorre visando pacificar os conflitos, como princípio civilizatório (BRASIL, 1940, art. 18).

Hérítier (2012) acredita que, em épocas de guerra, quando os homens encontravam uma garota perdida no mato havia o estupro e o pagamento era dado à própria moça. O que significava que ela não podia mais reclamar, e assim, instituiu-se o hábito – violava-se uma moça, pagava-se. Frente a esses ataques sexuais que eram deferidos contra as mulheres, e que o pagamento cessava todo o

constrangimento, ficaria fácil de entender que as mulheres passam a se prostituírem, isto é, as mulheres entendem que em vez de sofrerem o estupro e receberem a quantia que os homens determinavam, elas negociariam o preço do ato sexual e se submeteriam por vontade própria.

Mesmo porque, no direito alemão, o estupro era considerado crime contra a honra da mulher, no entanto, se as mulheres fossem viajantes, deviam aceitar as carícias mesmo mediante violência (LISZT, 1899 apud SOUZA, 2012). Vale dizer que essa noção de estupro como violência é construto social, sobretudo na vida urbana, quando se culpabiliza a mulher, a qual deveria se manter em seu âmbito de tradição, o ambiente privado, familiar.

Na Grécia, os serviços sexuais eram disseminados e também não traziam estigma social a quem os utilizava, pelo contrário, traziam-lhe notoriedade e respeito, já que,

[...] os homens gregos ricos tinham acesso a uma variedade fenomenal de serviços sexuais, de modo totalmente aberto e sem medo da vergonha ou do estigma social. Havia prostitutas do templo, cortesãs da classe alta, dançarina-prostitutas, meretrizes, escravas de bordel... e, se a escolha se mostrasse muito limitada, eles sempre podiam ter disponível os serviços dos meninos adolescentes, concubinas, escravas domésticas, e até mesmo um pouquinho da própria esposa. Foi na verdade uma época de ouro do sexo – para os homens que possuíam ouro. Mas para as mulheres da antiga Atenas foi, é claro, uma outra história; elas eram as servidoras, provedoras e trabalhadoras neste grande florescimento da sexualidade humana. (ROBERTS, 1998, p. 32).

No entanto, às prostitutas, o estigma pesava-lhes. A história se processa, neste caso, quase que da mesma forma até nos dias atuais. Hoje, quem utiliza os serviços sexuais de uma prostituta não é visto com tanto rechaço, no entanto, para as próprias mulheres que oferecem seus trabalhos sexuais há um estigma social, tornando-a, muitas vezes, marginalizada, talvez não financeiramente, mas socialmente. O que faz com que elas levem essa marca da discriminação, muitas vezes por toda a vida, dificultando seus ingressos em outros âmbitos da sociedade brasileira.

Em confirmação, verifica-se que a prostituta é personagem largamente difundida nas literaturas, até mesmo nas histórias bíblicas há passagens com as prostitutas, inclusive há citações, que dizem que a entrada das prostitutas no reino de Deus será preferencial, ou seja, há possibilidade legal de se passar à frente dos outros, de terem prioridade de acesso a este reino. Os homens, por sua vez, que

usufruem de seus serviços não sofrem sanções de nenhuma instância, nem sequer sendo condenados, sequer julgados por seus atos, nem mesmo dentro das religiões. Há somente recomendações sob a prudência de não depor de seus bens, por exemplo. Já a mulher que se prostituiu é amplamente rechaçada e condenada, recebendo suplícios. Esperava-se também que, após certo tempo em serviço, elas se arrependessem e salvassem suas almas, entregando-se à Deus, sobretudo, como freira (FERROUL, 2005).

Foi Sólon, governador da Grécia no século VI a.C., que estabeleceu e institucionalizou legislações que comportavam os papéis das mulheres na sociedade da época. Reprimiu-se também várias práticas sexuais, o que fez surgir os primeiros bordeis e cafetinas da história. Já na Roma antiga, a prostituição era algo aceito e aberto e o Estado tirava proveito deste comércio. Os homens não tinham vergonha de usufruir da prostituição (ROBERTS, 1998).

Em Roma, desde o início do século II a.C., muitas vezes, as mulheres não encontravam outro caminho, senão o de se prostituírem. Já que, mesmo sendo mulheres livres, se elas perdessem os pais e não possuísem tutores, elas se deparavam sem amparo, sem proventos. E desta forma, podiam se tornar escravas, mesmo que fossem crianças e adolescentes. Elas eram submetidas à prostituição pelo tráfico de pessoas, devido às guerras e piratarias. Poderiam se tornar também cortesãs de luxo, as quais, quando não tinham casa, buscavam sua clientela nos mais diversos lugares, como os portos, local comum para a época. Além disso, a prostituição feminina se mostrava nos mais diversos lugares, desde que munidas de uma licença do exercício, concedida após inscrição em órgão público (FERROUL, 2005).

As funções sexuais faziam parte de obrigações dos serviços que as escravas possuíam, excluindo-as completamente de direitos sobre o adultério. No entanto, seus “donos” podiam ser condenados de submeterem suas próprias escravas à prostituição, mas essas leis se mostravam ineficazes, o que obrigava que fossem constantemente lembradas, reafirmadas por mais de quatro séculos, ou seja, do século I ao IV, sem muito efeito pelas instâncias que faziam que as leis fossem efetivadas (FERROUL, 2005).

Na Europa da Idade Média, os homens públicos responsáveis pelo gerenciamento das cidades foram, pouco a pouco, organizando a prostituição. Isto se deu, sobretudo, já na Baixa Idade Média, ou seja, nos últimos séculos deste

período, e mais intensamente no final deste período. Vale lembrar que essa certa aceitação da prostituição acontecia com proveito financeiro, inclusive haviam bordeis, cujos donos eram mosteiros ou cônegos. Nesta época, a prostituição era considerada algo natural, e apoiada com casas municipais oficiais ou até mesmo bairros das cidades específicos para tal atividade, pois acreditava-se que a prostituição afastava os homens da homossexualidade (SOUSA, [20--]).

A prostituta tinha uma vida regulada, com restrição à liberdade, às viagens e aos deslocamentos, a lugares que frequentavam, a vestuários, pois estes deveriam diferir das outras mulheres “de família”, a fim de que estas não fossem importunadas na rua indevidamente, dentre outros. Além disso, as casas tinham de seguir o controle rígido com dias e horários específicos de funcionamento, a gerência da casa e de seus funcionários, as relações financeiras, etc. Deveria inclusive haver uma listagem dos clientes que a frequentavam. Algumas proibiam homens casados, sacerdotes e judeus de frequentá-las (FERROUL, 2005).

Percebe-se, então, que a ideia da regulamentação não era a de proteger as mulheres prostitutas contra a violência ou exploração e sim, por interesses societários maiores, para se proteger a moral pública daquela época. Outra ideia era a de canalizar a agressividade sexual dos homens, evitando os estupros a jovens mulheres.

Desta forma, pode-se arriscar em dizer que as prostitutas da época eram integradas à sociedade, pois tinham sua função e eram apoiadas pelos homens públicos, mesmo que houvesse uma grande regulação sobre seus comportamentos. Há registros de que muitas prostitutas eram cúmplices de outras mulheres e até se vingavam dos sedutores destas.

Segundo as pesquisas de Ferroul (2005), as mulheres na Europa, desta época, tornavam-se prostitutas devido, sobretudo, a razões financeiras, por falta de trabalho, por serem estrangeiras, imigrantes do campo, empregadas grávidas e expulsas das casas onde trabalhavam, viúvas ou abandonadas e até mesmo, meninas excluídas do sistema matrimonial devido ao estupro.

No entanto, o próprio autor ainda cita a prostituição com mulheres menos miseráveis, que aconteciam discretamente em suas próprias casas e tolerada pela vizinhança. Essas mulheres recebiam homens de boa condição financeira.

No Brasil, por sua vez, da época da colonização, viu-se a necessidade de povoar a região com mulheres brancas europeias, devido ao grande medo da

miscigenação, como cita Gärtner (2006, p. 85) com uma carta de Manuel da Nóbrega ao Rei Dom João.

A' El – Rei D. João

(1552)

Jesus

Já escrevi a Vossa Alteza a falta que há de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura delas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem à terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do pecado” Manoel da Nóbrega.

Apesar de, como pode-se constatar, mediante o estudo realizado, certa dose de aceitação frente às prostitutas na Baixa Idade Média, a partir do século XV, com o renascimento, há um retrocesso que faz com que as mulheres sejam cada vez mais restringidas ao âmbito do lar.

Neste sentido, ainda no início do Renascimento, a partir do meio do século XVI, a prostituição na Europa passa a não ser mais aceita, e o papel societário se inverte, fechando as casas de prostituição. Esta ação se dá de forma abrangente, independentemente se são países reformados, ou seja, são aqueles que seguem a Reforma Protestante do século XVI, ou católicos, transformando este trabalho em clandestinidade. Há ações radicalizadas e generalizadas, vendo a prostituição como algo maléfico.

Nos séculos seguintes, já no período moderno, isto é, do século XVII ao XIX, a ideia da prostituição como algo ruim que persiste e a luta contra este tipo de profissão marca este período. Entretanto, tudo se torna difícil e há também quem fazia vista grossa às medidas a serem aplicadas. Porém no geral, eram vários os atos, visando erradicar a prostituição, como prisão, onde quem as julgava eram padres, responsáveis em dizer se elas estavam arrependidas e, portanto, prontas para uma nova vida, ou se deveriam ser banidas, devido ao mau comportamento, isto é, continuavam a usufruir da prostituição. Há o surgimento de asilos para essas mulheres convertidas, que conviviam com aquelas com risco à prostituição, como pobres e solteiras (FERROUL, 2005). Segundo este autor, essas instituições de acolhimento admitiam somente moças bonitas, pois acreditava-se, na época, que as moças feias não precisavam temer pela própria honra, já que ninguém as queria.

Em outros países, o mesmo autor cita que haviam diferentes atitudes em relação às prostitutas, no entanto, todos iam contra os interesses das prostitutas. Na Inglaterra, houve a deportação de prostitutas às Antilhas, depois do fechamento das casas, onde trabalhavam.

Nesta época, era notável a violência sexual entre os aristocratas europeus, opondo-se ao seu comportamento da sexualidade na Idade Média. Eram constatadas diariamente violências nas casas de prostituição como, orgias, flagelações, espancamentos de crianças. Mesmo porque, a própria sociedade, como um todo, caracterizava-se também pela violência sexual, tanto no campo, quanto na zona urbana. Havia grupos que cometiam estupros coletivos e outros abusos sempre com as mulheres desacompanhadas.

No Brasil, verificou-se que as casas de prostituição em São Paulo passaram a surgir da metade do século XVIII em diante, devido a descoberta de ouro em Cuiabá, já que São Paulo era passagem para todos que lá foram explorar as minas. E assim, durante o governo do capitão-geral Martim Lopes Lobo Saldanha (1775-1782), havia diversas casas de prostituição que realizavam festas com a presença de prostitutas.

No período da Revolução Francesa, em Paris, contava-se por volta de 30 mil prostitutas simples e 10 mil de luxo. Já em Londres, eram cerca de 50 mil (FERROUL, 2005). O que mostra a não solução por parte das legislações restritivas. Tudo isso, obrigou Napoleão a reestabelecer normas aos bordeaux.

O século XIX trouxe à sociedade uma divisão importante, pois de um lado, destacava-se a prostituição como algo aceito, porém, de um outro lado, via-se intensificar a escravidão.

Para Ferroul (2005), os bordeaux dessa época eram lugares de relaxamento muito comuns e naturais. Ou seja, constituía-se como parte integrante da vida social cotidiana. Praticamente, todos os homens de negócio e até mesmo os jovens se encontravam lá habitualmente e sem serem mal vistos pela sociedade. Entre os jovens, encontravam-se os universitários, que por hábito, reuniam-se, sobretudo, às quintas-feiras à tarde e durante as férias. Inclusive “[...] há uma carta de Proust adolescente pedindo a seu avô dinheiro para ir em um deles.” (FERROUL, 2005, tradução nossa).

Os universitários combinavam culto e prostituição comercial, ignorando as distintas estruturas organizacionais e sociais (LERNER, 1990).

Muitos desses estabelecimentos eram oficiais e se mantinham sob o controle da polícia e dos médicos, só que devido à sua proliferação, foram aos poucos fechados, já que o bordéis clandestinos empregavam cerca de 15 mil prostitutas. Em Paris, entre 1870 a 1900, havia por volta de 155 mil mulheres oficialmente declaradas como prostitutas, no entanto, neste mesmo período a polícia prendeu cerca de 725 mil outras prostitutas clandestinas. A ponto que em 1911, o delegado de polícia autorizou a existência de casas de encontro, onde as prostitutas não viviam lá, mas onde elas iam somente para trabalhar (FERROUL, 2005).

No Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, devido à crescente falta de emprego, sobretudo às mulheres, já que estas eram pouco requisitadas devido ao preconceito, surgiu a prostituição como opção com maior expressividade de ganhos (ENGEL, 2004). Havia três categorias de prostitutas no Rio de Janeiro, a saber, as aristocratas ou de sobrado, que se instalavam em casas com espelhos e um piano, o que significava o símbolo burguês, já que eram mantidas por políticos e fazendeiros. Tinham também as de sobradinho ou de rótula, que trabalhavam em hotéis ou casas de costureiras. Elas ficavam em lugares públicos ou em vias de trânsito importantes à espera de clientes. Por fim, existiam as prostitutas de escória, que se habitavam em cortiços, casebres ou mocambos, também chamados de casas de passes (DEL PRIORE, 2005).

As casas de prostituição passam a ter outros nomes e serviços agregados, como é o caso de cervejarias, cafés, institutos de banhos e massagens, saunas dentre outros. A grande maioria das pessoas que frequentavam esses lugares tinham relações com as prostitutas.

Ferroul (2005) relata que os bordéis começaram a se rivalizarem e passaram a oferecer outros tipos de atrações como diversos tipos de jogos sexuais, tornando-se em lugares de prazer e de refinamento erótico. No entanto, por trás disso, havia o caráter inumano e escravagista. Muitas estrangeiras, desempregadas ou grávidas eram recrutadas para serem prostitutas. Com o advento da civilização industrial, cresce exorbitantemente também a dificuldade econômica, criando a miséria. No final do século XIX, as meninas de rua só tinham como sobrevivência, a prostituição. Fora isso, muitas mulheres foram recrutadas voluntariamente ou à força como prostitutas para a exploração.

Na Europa, tinha-se conhecimento do tráfico de mulheres, conhecido como “mercado de brancas” com paralelismo ao “mercado de negros”. Chegava-se a oferecer meninas virgens a quem pagasse um bom preço pela mercadoria. Na Inglaterra, várias pessoas ganhavam a vida, recrutando meninas entre 11 e 15 anos. Eles atuavam em diversos lugares como em campos de jogos, nas saídas das escolas, em quermesses, ou até mesmo disfarçando-se de pastor, simulando amor, a fim de namoro, prometendo casamento e atraindo-as para a cidade. Os que angariavam as mulheres para a prostituição, levavam-nas a espetáculos, davam-lhes bebidas alcóolicas e, por fim, conduziam-nas aos clientes. No dia seguinte, desapontada e envergonhada, as meninas tinham poucas chances de serem capazes de se revoltar ou de fugir. Aí, mantinham-se na prostituição (FERROUL, 2005).

No Brasil, este tráfico também se fazia presente. Era algo que se produziu em nível internacional. Havia um contingente de imigrantes vindo da Europa, que desembarcava nas Américas e oferecia uma fonte abundante de moças. No porto do Rio de Janeiro, desembarcavam diversificadas nacionalidades, com o intuito à prostituição. Devido a isso, francesas e polacas tornaram-se sinônimos de prazer. Dormir com uma francesa fazia os homens brasileiros se sentirem o mais legítimo dos europeus (KUSHNIR, 1996).

Em diversas partes do mundo havia bordeis que ofereciam meninas entre 10 e 20 anos. Vale lembrar que tais deslocamentos da população não poderiam ter existido se não tivessem sido toleradas e até mesmo protegidas pelas autoridades dos diferentes países.

Desta forma, questiona-se a prostituição é realmente uma forma de exploração que deve ser abolida, ou ela é uma atividade como outra qualquer que necessita ser regulamentada? Entende-se que a prostituição é algo que existe em nossa sociedade, e que, apesar de tantas intervenções, a fim de extingui-la, ainda se mantém, necessitando uma regulamentação, para que haja qualidade de vida das mulheres prostitutas e ao mesmo tempo, possa permitir-lhes os mesmos direitos trabalhistas de um trabalhador brasileiro.

No mundo de hoje, e neste momento ressalta-se o Brasil, vê-se que tem três concepções da prostituição, a saber – Abolicionismo, onde se enquadra o Brasil, entende-se que a prostituição é “livre”, no entanto, devem-se punidos aqueles que exploram a prostituição. Regulamentarismo que trata a prostituição como profissão,

possibilitando contrato de trabalho e usufruindo de garantias legais como qualquer outra profissão. Proibicionismo, legislação de um inexpressível número de países que proíbe a prostituição, tornando-a ilegal e clandestina, o que, por exemplo, desobriga o cliente a pagar pelos serviços sexuais.

Percebe-se que, na Europa, a regularização foi cronologicamente acontecendo, após os primeiros tempos históricos, até que a ascensão do cristianismo, influenciando os imperadores cristãos a adotar as legislações abolicionistas, as quais se mantiveram até Idade Média, quando as regulamentações renasceram e se generalizaram. No século XVI, já no Renascimento, as medidas abolicionistas reapareceram em todo o mundo cristão, no entanto, foram novamente substituídas pela regulamentação do século XIX.

O abolicionismo moderno nasceu na Grã-Bretanha vitoriana do final do século XIX, com as lutas de Josephine Elizabeth Butler⁶, a qual teve importante influência no estabelecimento de um conselho para promoção da educação superior de mulheres. No entanto, ela também esteve sempre intimamente envolvida com o “bem-estar” das prostitutas. Como uma cristã devotada, ela abominava o “pecado” da prostituição, mas também considerou a mulher como sendo vítima de exploração pela opressão masculina (BBC). Desta forma, ela trabalhou nestas duas frentes da moralidade sexual, sobretudo, quando ela em visita à Suíça teve contato com legislações que escravizavam a mulher por se prostituírem (MEMORIAL TRUST, 2011). Ao pensar nos dias atuais, pode-se dizer que o abolicionismo conquistou a maioria dos países do mundo.

A França foi o país de origem do regulamentarismo, e data de 1804, a legalização das casas de prostituição (LE MONDE, 2009), no entanto, ela trocou de posição em 1946 com a lei “Marthe Richard” e tornou-se o país mais engajado contra esse tipo de procedimento, inclusive, nas instâncias internacionais (FERROUL, 2005).

Vale ressaltar que Marthe Richard⁷, vinda de uma família modesta, fugiu de casa aos 14 anos, retornando pouco tempo depois e fugindo novamente aos 16

⁶ Josephine Elizabeth Butler nasceu no norte da Grã Bretanha em 1828 e faleceu em 1906 na mesma região. Vivenciando a Era Vitoriana, essa inglesa era feminista e reformista. Teve grande influência ao fazer campanhas em favor do sufrágio feminino, de melhor acesso à educação para mulheres, ao lutar pela igualdade entre homens e mulheres perante a lei, ao reivindicar o fim da prostituição infantil e do tráfico de mulheres (JOSEPHINE BUTLER, 2016).

⁷ Marthe Richard era francesa e viveu entre 1889 e 1982. Foi prostituta, aviadora, espiã e política. Como política era considerada controversa (MARTHE RICHARD, 2016).

anos. Nesta segunda vez, encontrou um italiano, pelo qual se apaixonou, no entanto, ele era proxeneta, que a lançou nos diversos meios de prostituição. Ao fugir para Paris, começou sua vida fora da prostituição, até que em 1945, como conselheira política em Paris, ela propôs o fechamento de todas as casas de prostituição, acreditando que sua regulamentação beneficiaria o combate à máfia e a outros órgãos de má influência ao país. Desta forma, a prostituição se tornava livre, sendo não permitida sua organização e exploração (HENRY, 2006).

Isto tudo influenciaria, para que em 1949, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotasse a convenção internacional, para a repressão do tráfico dos seres humanos e a exploração da prostituição de outrem, o que proíbe teoricamente toda legalização da prostituição.

Aqui, tratou-se das Conferências e Convenções Internacionais sobre as mulheres promovidas pela ONU, como principalmente, vale destacar a 4ª Conferência, devido esta ser a mais recente e atualizada, ou seja, as falhas e os equívocos das Conferências anteriores foram sendo retomados e analisados, a fim de sanar esses esgotamentos, e seus sucessos, reiterados, para que fossem intensificados os esforços pelas conquistas dos direitos e igualdade de oportunidade entre homens e mulheres. Acerca das quatro Conferências realizadas pela ONU sobre a Mulher, são (SCHWARTZ, 2003, p. 1):

1. 1ª Conferência ocorrida na capital do Irã, Teerã em 1968, quando se discutiu a liberdade de escolha do número de filhos que os casais gostariam de ter;
2. 2ª Conferência que ocorreu em 1974 na cidade de Bucareste na Romênia, quando se debateu acerca da livre orientação sexual;
3. 3ª Conferência que aconteceu em 1975 na capital do México, quando se aventaram acerca da necessidade de participação da mulher na política, economia, cultura e sociedade.
4. A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, na China, em 1995, quando se aprovou uma Plataforma de Ação, visando a eliminação do tráfico de mulheres e ressaltando a prestação de assistência às vítimas da violência derivada da prostituição e do tráfico. Neste mesmo documento, faz-se a diferenciação entre prostituição forçada daquela que é livremente exercida, e que, não

representa violação aos direitos humanos. O que altera o paradigma da Convenção de 1949 anteriormente citada (BRASIL, 2007, p. 13).

Além das Conferências, houve também Convenções Internacionais, que foram (SCHWARTZ, 2003, p. 1):

1. Em 1979, visando à eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, destacando a igualdade de condições entre homens e mulheres e também colocando a pauta de integração e desenvolvimento da mulher como parte dos Direitos Humanos;
2. De Copenhagem, na Dinamarca, em 1980, quando se propôs medidas, apontando a mudanças sociais e econômicas, para a eliminação das desigualdades, definindo o eixo de Igualdade, Desenvolvimento e Paz aos temas da Educação, Trabalho e Saúde;
3. Em 1985 a Nairobi, no Quênia, quando se defendeu a eliminação do analfabetismo;
4. do Cairo, no Egito, 1994, momento no qual aprofundou a discussão sobre a igualdade e equidade de gênero, o fortalecimento da mulher, colocou-se em pauta os direitos reprodutivos e as políticas sociais para a diminuição da exclusão social e da pobreza, o combate à violência e aos estereótipos femininos.

Como já abordado, destaca-se a 4ª Conferência devido à preocupação em diferenciar a prostituição criminosa daquela prostituição voluntária, exercida pela vontade própria das mulheres. Neste sentido, há divergências entre os entendimentos e cria-se forças nos campos em presença, trazendo três grandes segmentos de entendimento do que é a prostituição – o abolicionismo, o regulamentarismo e o Proibicionismo.

Para os abolicionistas, a prostituição é um atentado à dignidade humana e a pessoa prostituída é uma vítima. Já para os regulamentaristas, as prostitutas são trabalhadoras sexuais e a prostituição é uma atividade que o estado deve regular como todas as outras, isto é, protege os direitos dos trabalhadores da mesma maneira, o que previne e limita os abusos dos empregados. Neste mesmo prisma e a fim de justificar seus pontos de vista apoiados na Conferência de Beijing/China de 1995, ainda no século XX, os regulamentaristas chamam a atenção da ideia de que

é preciso distinguir uma prostituição livre, daquela forçada. A fim de respeitar a livre escolha dos cidadãos e cidadãs pelos meios de adquirir seus ganhos financeiros, o Estado não tem que intervir, já que deve respeitar as liberdades individuais. No entanto, para que essa escolha seja livre, o Estado deve estabelecer leis que punem a coerção, a violência, o tráfico de pessoas, já que forçar a pessoa a se prostituir é um delito, mas organizar os meios necessários para que uma pessoa possa se prostituir, nas condições de segurança e higiene iguais às de outros trabalhadores do país, é um dever (FERROUL, 2005). No entanto, para os proibicionistas, tanto a prostituição, quanto a prostituta é algo não aceito na sociedade, ignorando-as em todos os aspectos (REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS, 2016).

O que se pode rechaçar nestas teorias, é que sua implantação não cessou a prostituição clandestina, pois há as prostitutas imigrantes sem permissão de trabalho. Além disso, ela não permitiu gerar a coerção imposta, já que os proxenetas afirmam que as pessoas são livres para a prostituição, não impedindo que haja o tráfico de mulheres. Para Ferroul (2005), as prostitutas muito pouco podiam fazer contra as coerções, elas apanhavam, eram, muitas vezes, mutiladas ou até mortas, não tinham como se revoltarem ao serem forçadas a se drogar, pois os angariadores e os proxenetas utilizavam de chantagens, ameaçavam de morte os membros de suas famílias.

Frente a essas três realidades das legislações sobre a prostituição, vale refletir, qual seria a melhor. Tanto uma quanto as outras não combatem o desenvolvimento do tráfico de mulheres. Ferroul (2005) cita que os cinco continentes abasteceram o mercado da prostituição na Europa no final do século XX.

Ao se perceber que as mulheres estavam à mercê da sociedade que lhes recusava o respeito como ser humano, não lhes oportunizando o tratamento de igualdade dos homens, Joséphine Elizabeth Butler no final do século XIX, notou que ao se encontrarem em uma questão difícil da vida financeira, não lhes restando outra opção, essas mulheres tinham que vender seus corpos. Ela via que era extremamente raro quem escolhesse exercer a prostituição como vontade. No entanto, hoje, pesquisadores constataram que na prostituição haviam também aquelas que consentiam ou, até mesmo, ao entrarem na prostituição à força, não mudaram sua condição. Qual seria essa causa?

Em outros tempos históricos, havia uma divisão hierárquica entre as mulheres. No topo estavam as mulheres casadas e suas filhas virgens elegíveis

para o casamento, no meio, as concubinas, e na base estavam as prostitutas dos templos, as não casadas e as escravas. Apesar da escravidão feminina, a concubinação e a prostituição dos templos serem menos comum hoje, a prostituição e os costumes de mensurar o status social da mulher em termos de sua “virgindade e monogamia” foram trazidos para as sociedades modernas (LERNER, 1990, p. 137).

Por outro lado, ao invés de atribuir o aumento da prostituição à escravidão e à formação de classe capitalista, Shrage (2015) traça as origens da prostituição como sistemas de parentesco, nos quais mulheres eram trocadas como presentes entre famílias para cimentar os laços sociais, sendo os homens os parceiros da troca, o que lhes conferia um poder quase místico de ligação social. No entanto, para Shrage (2015), neste caso, as mulheres eram as responsáveis por criar laços de parentesco entre os homens como fundamento da ordem social.

Porque, nestes casos, o ponto focal das trocas eram as mulheres, já que os homens também estavam sendo trocados?

Deste modo, pode-se dizer que há uma conexão entre as formas modernas de prostituição e as práticas sociais de opressão. A escravatura de mulheres e o tratamento das mulheres não escravas como propriedade sexual eram ambas para serem intercambiadas dentro e fora do casamento (LERNER, 1990).

Para Shrage (2015), ao se analisar a opressão da mulher, deve-se olhar de dentro do tráfico da mulher em si, e não como tráfico de mercadorias, ou seja, as origens da prostituição feminina ocorreram dentro da família heterossexual e em sistemas de reprodução social.

Muitos atos de trocas que eram realizados outrora com o advento do capitalismo passam a ser considerados trabalhos. Praticamente, grosso modo, ao se trocar mercadorias e serviços por dinheiro ou bens, pode-se considerar trabalho. Desta forma, pensou-se que seria premente o estudo analítico-crítico da história da prostituição, a fim de se ter um campo fértil para a afirmação ou refutação de que a prostituição pode ser considerada trabalho.

Tanto Lerner (1990), quanto Shrage (2015) ligam a prostituição à subordinação da mulher, no entanto, a autora acredita que ao tentar explicar o comércio de sexo contemporâneo em termos da subordinação das mulheres, estas teorias negligenciam importantes discontinuidades históricas e culturais. Além disso, a autora cita que os consumidores de serviços sexuais por profissionais têm

sido predominantemente homens, pois ao longo da história, alguns contextos de classe, raça, etnia e nacionalidade influenciaram como o trabalho sexual era trocado ou vendido Shrage (2015).

Pateman (1993) argumenta que o contrato social, o qual estabelece os direitos e liberdades do homem na ordem política liberal, também estabelece os termos de sujeição da mulher. Na ordem social patriarcal, há uma concordância implícita entre os homens, que concedem a eles próprios o acesso sexual às mulheres. A prostituição, desta forma, advém da assimilação do conceito de masculinidade nas estruturas política e social modernas.

Vê-se que os homens adquirem direitos às mulheres por meio de contratos ou pelo casamento, ou pela prostituição. Isto é, os homens têm um direito a mais, já que podem ter o alívio sexual pelas mulheres, tanto como marido, quanto como cliente. Ambos dão acesso e controle à capacidade sexual da mulher.

A prostituição feminina pode ter se originado de várias circunstâncias, por exploração, por meio de dispositivos legais, por redes criminosas da máfia, pelo tráfico de pessoas com refugiados e minorias étnicas. No entanto, há também a prostituição ocasional, ligada à miséria econômica e aquela prostituição como vontade e opção como meio profissional, da qual trata-se esta pesquisa.

Neste caso, a harmonização das legislações vigentes no país deve ser correlata com a realidade da prostituição, a fim de beneficiar a vida humana e eliminar aqueles que aproveitam para a exploração, opressão e subjugação das mulheres.

Frente ao exposto até agora mencionado, vale uma análise, no sentido de verificar que em diversas sociedades, inclusive na sociedade brasileira atual, onde se pratica a prostituição feminina, a lascívia masculina não é posta em questão de sua legalidade, ou seja, não há crítica, tampouco rechaço à utilização de serviço sexuais pelo homem, o que não aconteceria à mulher, se fosse esta, aquela que procurasse pelos serviços fora do lar, com outrem desconhecido. Em menor grau, mas não menos importante, também não se discute o não-direito do homem em dispor do corpo de mulheres, para seu regozijo sexual, até mesmo nas relações conjugais, onde a satisfação sexual do homem é levada em conta com maior grau de importância, em detrimento da mesma satisfação em relação à mulher, que, na maioria das vezes, não se pode comentar, ou mesmo, esse tipo de citação torna-se vulgar.

Em contraposição a estas atitudes da época, a igreja católica considera a prostituição como pecado, violando um dos maiores tabus religiosos, a fornicção. No entanto, para vários filósofos da própria igreja, como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, a prostituição é como uma “peça” importante para que não houvesse nenhuma sedução ardilosa tampouco estupro, “[...] no fim das contas, seria menos grave violar os limites do corpo de uma mulher que já havia caído em pecado do que desgraçar uma casta seguidora dos princípios morais da Igreja.” (SOUSA, [20--]).

Isto mostra o quanto a mulher prostituta era e ainda é desvalorizada. A sociedade, mesmo que religiosa aceitava a profanação do corpo da mulher, a fim de preservar a idoneidade da mulher “pura”, já que para a sociedade os homens têm o direito e a necessidade de se aliviarem sexualmente, na hora que eles quiserem.

A libido feminina não é reconhecida como lícita. Mesmo hoje, uma mulher que procura mais os homens é vista como se tivesse distúrbios comportamentais, com um certo tipo de transtorno ou desvio doentio e é tratada com desprezo, já que apresenta um nível elevado de desejos e fantasias sexuais. Ensina-se sempre que as moças têm de canalizar seus desejos e mascará-los. Enquanto que entre os moços, são vangloriados, valorizados se o demonstrarem em público. Mesmo a ciência ainda não provou que a libido feminina é mais fácil de controlar que a do homem, ou de que a libido do homem é maior ou coisa e tal. Isso faz com que, no senso comum, acredita-se que a natureza fez as mulheres mais controladas, comportadas, maternais, reprimidas, enquanto que os homens seriam racionais, violentos, difíceis de serem controlados, mais viris, tornando-se o sentido sexual algo próprio do homem. Chega-se a aceitar que os homens, mesmo os viúvos, idosos ou outros, deveriam ter mulheres, prostitutas para aliviar sua tensão sexual, sua libido. Já nas mulheres, sua libido é ignorada, se forem viúvas, idosas chegam a ser ridicularizadas.

Mesmo assim, há uma luta dentro da sociedade de ser contra este tipo de profissão, excluindo essas mulheres de uma vida em sociedade como qualquer outra trabalhadora.

Mesmo porque como afirma diversos autores, principalmente Hérítier et al. (2011), nenhuma mulher sonha em ser prostituta a vida toda, sem poder se aposentar, sem poder viver outra vida fora do trabalho. E isto não tem nada de

inevitável, pois a prostituição torna-se uma profissão como qualquer outra, que merece respeito, direitos e deveres.

E talvez, mais correto ainda, seria dizer que se há a autorização da sociedade brasileira a homens que necessitem aliviar suas tensões sexuais com profissionais, menos porque muitos são casados e não querem outros compromissos, nada mais coerente do que aceitar e proporcionar a estas prostitutas a possibilidade de regulamentar sua profissão, sobretudo, em questão dos direitos trabalhistas.

É notório que mesmo depois de vários anos, a prostituição feminina ainda continua intrigando muitos, já que ela é ao mesmo tempo, rechaçada por grande parte da sociedade pós-moderna, mas também grande parte da sociedade masculina usufrui de seus serviços.

Atualmente, no Brasil, a prostituição ainda é alvo de desaprovação pela grande maioria da sociedade, havendo grande discriminação contra as prostitutas. No entanto, vale notar que, se há prostitutas é que seus serviços ainda são largamente solicitados, o que era uma contradição, onde uma parte da sociedade luta contra as prostitutas, mas não luta contra aqueles que usufruem de seus serviços, seus clientes. E ao mesmo tempo, estigmatiza-se as prostitutas mulheres, mas não seus clientes. Mostrando, desta forma, um possível resquício dos tempos da cultura machista e sexista que domina a sociedade brasileira.

Mediante isso, a regulamentação da profissão traria um fôlego e sossego para uma possível vivência com menores danos, sobretudo, na velhice das prostitutas. Já que, elas poder-se-iam, por exemplo, afastar-se por motivos de doença sem prejuízo físico nem psíquico, aposentar-se com dignidade, como a maioria dos trabalhadores no Brasil, sem serem “banidas” socialmente. Para corroborar ou refutar este pensamento, pensou-se em uma pesquisa de campo, que passou, sobretudo, por análise de entrevista concedida por prostituta e de documentários com participação de prostitutas em âmbito nacional com destaque para aquelas que estão na gestão de ONGs e associações.

**PARTE 3 AS MULHERES FALAM: análise de suas caminhadas como
prostitutas**

Ao se pensar em prostitutas que estão na gestão de associações e ONGs, pensou-se em mulheres que fossem protagonistas e que influenciassem seu meio, a fim de buscar igualdade de direitos e de oportunidades em uma sociedade ainda machista e patriarcal. Desta forma, entendeu-se que é mister compreender o que são estas instituições.

As associações são pessoas jurídicas de direito privado (BRASIL, 2002a, art. 44) e se constituem pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, não havendo direitos e obrigações recíprocos entre seus associados (art. 53)⁸. Isto é, as associações são órgãos responsáveis por aglutinar diversos membros com nuances particulares e individuais com um propósito comum, visando o coletivo. Entre as prostitutas, há uma associação nacional com endereço eletrônico, que, segundo este sítio, esta rede é formada por “grupos e associações de prostitutas e entidade colaborados comprometidos com a promoção e defesa da cidadania e dos direitos humanos da categoria. Convivemos unidas em diversidade”.

Já as ONGs são organizações que integram o chamado terceiro setor, o qual tem seu nome devido a não compor nem o primeiro setor, que é público e representado pelo Estado, tampouco pelo segundo setor, que é o privado, representado pelo mercado, ou seja, empresas e comércio. Desta forma, o terceiro setor, é constituído por um misto entre os dois, ou seja, é uma organização privada, que realiza serviço de cunho público, que abrange o coletivo.

Deste modo, há lei que qualifica as entidades em organizações sociais, neste caso, inclui-se as Organizações Não-Governamentais, notoriamente conhecida por seu acrônimo ONGs, as quais são organizações sociais de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos (BRASIL, 1998), ou seja, possuem finalidade pública em diversas áreas, já que trabalha em parceria com o Estado.

As ONGs obtêm recursos através de financiamento dos governos, empresas privadas, venda de produtos, telemarketing e doações da população em geral, dentre outras formas. Grande parte da mão-de-obra que atua nas ONGs é formada, em sua maioria, por voluntários.

Isto mostra que há uma intenção que se coaduna com a verdadeira definição de associações e ONGs e além disso, consegue verificar a necessidade da

⁸ Vale lembrar que quando se diz pessoa jurídica privada, entende-se que esta não integra o aparelho do Estado; e que não tem fins lucrativos ou econômicos, compreende-se que não distribuem lucros entre seus administradores ou dirigentes.

proteção dos elos de cidadania e direitos humanos, isto tudo dentro de uma perspectiva que abrange várias regiões e situações diferenciadas.

Desta forma, a Rede Brasileira de Prostitutas (2016) traz como missão

[...] promover a articulação política do movimento organizado de prostitutas e o fortalecimento da identidade profissional da categoria, visando o pleno exercício da cidadania, a redução do estigma e da discriminação e a melhoria da qualidade de vida na sociedade.

Verifica-se que seria um serviço bem articulado, já que visa dar suporte ao movimento das prostitutas, fortalecendo sua identidade profissional, a fim de reduzir o estigma e a discriminação contra a profissão.

No entanto, o sítio parece estar desatualizado desde 2005, além disso, não tem fácil acesso, pois o botão para entrar no elenco de opções se situa do lado direito do monitor abaixo, mas quase que completamente encoberto pela margem da página. Ao entrar, encontra-se onze (11) abas com seus respectivos funcionamentos, sendo:

- História: descreve que sua criação se deu em 1987, durante o I Encontro Nacional de Prostitutas no Rio de Janeiro – RJ. Mostra que a rede assessora a formação e capacitação de associações de prostitutas, apoia e promove eventos e encontros da categoria, formula políticas públicas em parceria com órgãos governamentais e luta para obter o reconhecimento legal da profissão.
- Dia Internacional: comenta os principais momentos para o Dia Internacional da Prostituta. Sendo comemorado dia 2 de junho, já neste dia no ano de 1975, houve um ato contra a discriminação, onde 150 prostitutas ocuparam a Igreja de Saint-Nizier, em Lyon, na França, devido a multas e detenções contra o rufianismo, inclusive maridos e filhos de prostitutas eram processados como rufiões, por seus benefícios dos rendimentos da mulher. Além disso, havia assassinatos de prostitutas que não eram investigados. Tabernas não mais alugavam quartos às prostitutas com medo da repressão policial. Houve total apoio à manifestação tanto pela igreja, quanto pela população da cidade. O protesto foi televisionado em nível internacional e uma carta enviada ao

presidente da França, várias outras cidades francesas se agregaram ao movimento. Oito (8) dias após o evento, as prostitutas de Lyon foram expulsas da Igreja pela polícia. Mas dia 02 de junho se manteve como dia Internacional da Prostituta, pela luta ao denunciar preconceito, discriminação e arbitrariedades.

- Legislação: faz uma rápida apresentação do projeto de lei 98/2003, há mais de 13 anos, dispondo sobre a exigibilidade do pagamento à pessoa e somente a ela, quando dos serviços sexuais prestados devido ao tempo de solicitação da pessoa; e a revogação dos artigos 228, 229 e 231 do Código Penal. Tenta-se também mostrar os três tipos de sistema de leis sobre a prostituição no mundo, sendo:
 - Abolicionismo – onde acredita-se que só há a prostituição, devido à coação, a exploração e o agenciamento da mulher, recebendo somente parte do dinheiro do trabalho. Assim, pune-se o dono e gerentes de casas de prostituição e não a prostituta. Neste caso, abarca-se a maioria dos países, inclui-se o Brasil desde 1942 pelo Código Penal. O próprio sítio faz uma reflexão acerca de que, como em todo trabalho, o patrão fica com parte do lucro.
 - Regulamentarismo – neste, a profissão é reconhecida e regulamentada. O sítio reflete que há regulamentações descabidas, pois algumas exigem exames periódicos, ou que se possa exercer a profissão somente em determinados lugares, o que não acontece a outras profissões. No entanto, traz a possibilidade de um contrato de trabalho e de seguridade social com aposentadorias e garantias legais. Legislação, a qual a rede atualmente defende.
 - Proibicionismo – poucos países a adota, pois proíbe a prostituição, tanto as casas de prostituição (donos e gerentes) quanto as próprias prostitutas. O sítio faz a reflexão de que os próprios Estados Unidos da América possuem esta legislação e devido sua expansão cultural,

sobretudo, pelos filmes, acredita-se ser algo errado. Acredita-se que neste caso, o estado tutele as pessoas, pois dita-se o que elas podem ou não fazer. Além disso, esta legislação não obriga o pagamento pelos serviços sexuais.

- Filosofia e valores centrais: elenca-se em “assumir a identidade profissional e buscar o reconhecimento de nossa atividade; manter o movimento social de prostitutas organizado; igualdade social; liberdade, dignidade, solidariedade e respeito às diferenças; protagonismo e autonomia; valorização de nossa vida e de nosso trabalho: autoestima; rejeição do abolicionismo e da vitimização; direito à cidadania e recusa do gueto”
- Principais apoiadores e interlocutores: cita-se que são as profissionais do sexo; programas governamentais de Direitos Humanos, de Saúde, de Segurança Pública, de Trabalho; Ministério Público; Organizações da Sociedade Civil e outros movimentos sociais; agências nacionais e internacionais de cooperação técnica e financeira; empresários; artista; organizações privadas. Ainda, ao sítio, há o apoio do Programa Nacional de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Aids, Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, Governo Federal, Brasil e Unesco.
- Principais conquistas: conseguiu-se incluir a categoria “profissional do sexo” na classificação brasileira de ocupações do Ministério do trabalho e emprego; apresentar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 98/2003, acima citado; conclusão da primeira pesquisa nacional sobre qualidade de vida das profissionais do sexo, realizada pela Universidade de Brasília (UnB) e Programa Nacional de DST/Aids; campanha nacional “Sem vergonha, garota. Você tem profissão” com recomendações a ações de prevenção, assistência e direitos Humanos com profissionais do sexo, também pelo Programa Nacional de DST/Aids; cartilha para prostitutas; adesivos; broches e spots para rádio; disseminação do conceito e da prática da organização da categoria; desenvolvimento de

estratégias de promoção da cidadania e de prevenção das DST/HIV/Aids por associações de prostitutas. Vale comentar, mais uma vez, que se utiliza o termo “prostituta” nesta pesquisa, por ser o mais difundido encontrado nas bibliografias estudadas, mesmo porque apesar do Ministério do Trabalho e Emprego citar o termo “profissional do sexo”, este próprio sítio da rede nacional das prostitutas usa o termo “prostituta” repetidamente.

- Comunicados: esta parte se apresenta textos incompletos e, muitas vezes, confusos. Em linhas gerais, trata-se de uma crítica que se faz ao pensar que a DST/Aids se transmite simplesmente por se fazer sexo, e a rede diz que esta lógica é estadunidense e é errada em diversas situações, pois o que dissemina a DST/Aids é o sexo sem proteção, para melhor se perceber isso, cita-se um exemplo que a Aids se espalha, atualmente, sobretudo, entre as mulheres ditas monogâmicas. Acredita-se que o Brasil esteja superando esta lógica conservadora e atrasada com o trabalho de fortalecimento da autonomia da prostituta frente às suas próprias vulnerabilidades. A rede acredita que os EUA começaram a aceitar a dialogar, a fim de mudar seu posicionamento, e um deles que coaduna com a perspectiva brasileira é a luta contra o tráfico de seres humano para fins sexuais. Há um diálogo entre a rede e o governo brasileiro, a fim de propor relações formais de trabalho para um ambiente de trabalho digno, seguro e com cidadania.
- Com a cara e a coragem: faz-se uma cronologia de fatos mais importantes desde 1979 até 2005, quando pelo que parece o sítio parou de ser atualizado. Foram conquistas da categoria das prostitutas, a fim de consolidar o reconhecimento desta profissão, mesmo de forma parceladas.
- Novidades da rede: esta aba não existe
- Links: possui nove (9) sítios de associações e organizações nacionais e estrangeiras, governamentais brasileiros e jornal específico da categoria, que não mais circula e o sítio está fora do ar.

A – CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Toda a caracterização da pesquisa foi realizada na página 13, quando da descrição do percurso metodológico.

Além disso, vale notar que, foi-se fiel a todas as falas, sendo estas descritas *sic*. Expressão latina largamente utilizada para designar que os termos, palavras e expressões foram escritas e reproduzidas exatamente como faladas pelas narradoras da pesquisa, mesmo que com os mais diversos erros do português formal e por mais estranhas que possam parecer as frases. Outra nota é que as reticências foram amplamente utilizadas fora dos parênteses para designar período de silêncio ou longo período de reflexão do próprio sujeito da pesquisa.

O roteiro de entrevista está como apêndice no final deste trabalho. Desta forma, pode-se ver que houveram perguntas que não foram trabalhadas, tais como idade, escolaridade/formação, dentre outras, devido à falta de quantidade de respostas que permitisse uma análise coerente.

É mister também citar que para a entrevista optou-se em categorizar as perguntas, no entanto, para analisá-las, elegeu-se o modo direto, a fim de dar fluidez ao texto escrito.

B – CONHECENDO AS MULHERES DA PESQUISA

O programa Custe O Que Custar (CQC), um programa apresentado pela Rede Bandeirantes de Televisão, produziu um documentário no dia 30 de junho de 2014, sobre a prostituição, mais especificamente sobre o bairro periférico de Campinas Itatinga, onde encontram-se, em sua maioria, casas de prostituição.

Vale lembrar que o bairro Itatinga, considerado a maior zona de prostituição a céu aberto da América Latina, é planejado e se encontra na periferia de Campinas, que é a 3ª maior cidade do Estado de São Paulo com 3ª maior cidade do Estado de SP, com 1.164.098 de habitantes (IBGE, 2015) e conta com aproximadamente 2000 prostitutas. O bairro foi idealizado e iniciado nos anos 1960, época da ditadura militar no Brasil, por um programa governamental chamado operação limpeza, à beira de duas importantes rodovias que cortam a cidade – Santos Dumont e Bandeirantes – e funciona 24 horas por dia.

Segundo Soninha Catatau, que chegou no bairro em 1969:

[...] de lá prá cá, o bairro mudou bastante, a gente tem asfalto, a gente tem água e esgoto, oh, daquele jeito, né?, mas tem. Quando veio prá cá só tinha umas 4 ou 5 cafetinas que vieram prá cá. Hoje, a gente tá aí, em torno de 1000 casas e construindo mais. 13 ruas de Zona, vai, tá bom.

Nele, foram entrevistadas duas prostitutas do local, Soninha Catatau e Cristina. As duas trabalham por conta, ou seja, administram seus próprios negócios. Soninha Catatau é extrovertida, tem bom humor, possui dois filhos Elber e Natália. Elber revela que

[...] desde o começo, a gente soube qual era o propósito dela nessa profissão, eu entrei na reunião de família, ela começou a expor porque tava trabalhando, a profissão dela e aceitamos de boa.”

E Natália diz que

[...] uns 8 anos, eu comecei, ela já começou a falar com que trabalhava e eu, e eu entendi né, afinal ela sustentou a gente sozinha e eu tenho orgulho.”

Já Cristina é mais tímida, séria e de poucas palavras ou atitudes.

Neste bairro, há um pequeno comércio, com loja de roupas, tatuaria, dentre outras. Segundo uma das proprietárias de loja de roupas,

[...] com certeza [a venda aqui é excelente], lá fora a concorrência é muito grande, e aqui são poucas lojas pra atender um tanto de meninas que temos aqui.

O proprietário de uma tatuaria explica que

[...] tá quase um ano já, [o movimento é] ótimo

Para seu funcionário tatuador Marcos

[os pedidos mais comuns são] borboleta, fada, fênix, é variado assim os desenho [...] já fiz vários assim, que nem é bom ficar falando [sobre os lugares a tatuar], todo dia tem uma pra fazer. Ah, a gente vê, mas tem que concentrar no desenho, né?

Além das casas de prostituição, há casas chamadas de “residência familiar”, as quais mantêm placa na frente com tal escrito, a fim de se diferenciar. Uma de suas moradoras, Jacqueline diz que

[morar aqui] pra gente é normal, entendeu?, a gente já acostumamos já com aqui, porque a gente vê as menina como profissionais apenas, né?

Ela também explica que mora com sua família sem o menor problema, e

Tenho dois filhos, uma de 11 [anos] e um menino de 5, eu ensino a ele que é uma coisa normal, entendeu? E a gente tem que colocar eles com mais clareza no mundo de hoje, né? Pra não ter amanhã ou depois um certo preconceito

Além disso, a moradora esclarece que apesar de ser um bairro com muitas casas de prostituição ela não tem problema com isso, pois os clientes também respeitam, pois

[...] bater [a campainha da casa] não bate, mas às vezes quando a gente tá aqui na frente e passa um carro, mas é só a gente mostrar a plaquinha, né? Ó, residência familiar, o pessoal já sabe, que aqui não é nenhum campo de prostituição”.

Outro vídeo pesquisado foi produzido pela TvCarta e que constitui um documentário com Monique Prada, que se autodenomina trabalhadora sexual. Ela é prostituta e ativista. Mostra com muita clareza e calma durante a entrevista. Possui vários sítios de internet onde propõe seu trabalho e também discute questões polêmicas do dia a dia. Dentre eles estão dois *twitters*, sendo um intitulado: Monique Prada em POA, o qual não está atualizado, e o outro: La Prada, atualizado e movimentado cotidianamente, onde há um indicativo de que ela é coeditora do projeto Mundo Invisível, página, a qual possui diversos textos que discutem questões atuais e pertinentes, sobretudo, no que concerne à prostituição. Diversos outros sites que a oferecem, como ela mesma escreve, acompanhante de alto nível para homens de bom gosto. Há um sítio, intitulado a cortesã moderna, que há muito não é atualizado e que contém vários textos do cotidiano. Na própria página, lê-se: o mundo através dos olhos de uma cortesã do século XXI, onde se tem, como um dos altos pontos de discussão, o Dia Internacional de Luta por Direitos das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais.

Ela mesma escreve em seu blog que: Monique Prada, 29, além de ser garota de programa em Porto Alegre (RS), também administra dois sites de anúncios de prostitutas. Para ela,

[...] o Twitter é importante pela instantaneidade da comunicação, [mas], sozinho, é bastante limitado como meio de marketing.

Ela utilizou o *microblog* para seu site Miss Delícia por alguns meses de 2009 – lá, avisava sobre novos anúncios de garotas e chegou a fazer até uma promoção, como um valor inferior para os 3 primeiros encontros agendados com Duda, uma das garotas de programa anunciadas. Mas depois acabou mantendo somente seu próprio perfil, o @moniqueprada, onde avisa sobre suas próprias novas fotos e horários disponíveis.

Prada possui também um *Tumblr*, dentro do qual se oferece a atividade de acompanhante e há diversos links para diversas garotas de programa.

Monique Prada mantém, além disso, um sítio com seu próprio nome, o qual possui várias abas, dentre as quais são:

- Ativismo: possui um texto denominado: “Regulamentar pra quê? (ou: ‘mas já estão na CBO⁹, que mais essas putas querem?’)” escrito por ela mesma. Em linhas gerais, o texto faz uma análise do Projeto de Lei 4211/2012, o qual trata da regulamentação da atividade dos profissionais do sexo, em 6 tópicos, estilo pergunta e resposta. É um texto esclarecedor, com grande conteúdo nas discussões. Faz o leitor, aberto ao conhecimento, repensar diversos posicionamentos que a política faz em nossa sociedade nos dias atuais.
- Blog: há um pequeno texto explicando as nuances do português em relação à internet e suas confusões de entendimento.
- Cobrando por Sexo: a autora do site, nesta aba, relata e tece críticas a acontecimentos da imprensa e passagens cotidianas ocorridas protagonizadas por seus clientes ou supostos clientes; dá dicas de aplicativos de celulares, inclusive um aplicativo próprio; comenta e sugere filmes com a temática prostituição; há também reproduções de textos que a autora acha interessante em compartilhar com seus leitores.
- Comportamento: nesta aba, Prada comenta acerca da diferenciação que marca o homem e a mulher, sobretudo, em

⁹ Iniciais de Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil.

relação ao corpo, já que a mulher se torna escrava dos ditames societários da magreza e beleza. Ela põe em pauta o assunto sobre os pelos no corpo. Aproveitando a exposição de Nanda Costa, que posou nua para uma revista masculina e não pratica a depilação completa, a autora comenta que acerca da ditadura que a mulher sobre a obrigação da retirada dos pelos, tornando-a “descuidada” e “desleixada” caso não pratique a depilação.

- Erótica – essa aba denominada “as 10 coisas que eu adoro na cama”, Monique Prada dedica a contar sobre ela mesma; ela publica fotos sensuais dela; relata acontecimentos marcantes com seus “patrocinadores”, é assim que ela chama seus clientes; a autora publica filmes de si e republica textos e charges de interesse próprio; vale ressaltar que ela publica textos em inglês de outrem e escreve textos próprios em francês, mostrando seu conhecimento e talvez domínio nas outras duas línguas.
- Estados de Espírito – essa aba traz, mais uma vez, publicações repetidas; fotos de si mesma; de novo somente dois comentários sobre lugares visitados.
- InstaMô – momento para fotos dela e de frases que ela gostou.
- Monique Prada – Fotos – aba com fotos de si, muitas vezes repetidas, outras vezes originais e algumas com comentários.
- São Paulo – temporadas – publica momentos de visita a São Paulo capital; comenta e sugere sobre lugares visitados; lança a oportunidade de agendar encontros; alguns *posts* repetidos; indicação de amiga para o serviço de acompanhante.
- TDs – Relatos – relata alguns de seus diversos encontros, muitas vezes, reproduzindo as falas de seus “patrocinadores”.

Monique Prada se mostra no papel de ativista com destreza em seus textos de fácil leitura e português correto. Comenta acerca de leis e tramitações, ajudando a elucidar as questões sobre prostituição, que estão em pauta. Percebe-se também que seu blog é marketing para sua profissão, já que conta suas peripécias com seus “patrocinadores” de uma maneira divertida e tentadora.

Além destes, estudou-se um filme produzido independentemente, por meio de patrocinadores locais na cidade de Ribeirão Preto. Neste, conta-se sobre alguns aspectos da vida de Patrícia, uma prostituta de Londrina/PR, que ganha a vida exercendo a prostituição nesta cidade do interior paulista. Profissão da qual, vale constatar, que sua mãe também ganhava seu sustento. Todas as cenas se passam dentro de sua casa, com apenas algumas tomadas de sua vida nas ruas, atendendo carros e caminhando pelas calçadas. Durante toda a entrevista, Patrícia se apresenta fumando ou enrolando um cigarro para fumar. Verificou-se que Patrícia é uma pessoa extrovertida, com grande expressividade.

Por fim, acrescentou-se a esta pesquisa a entrevista de Paulinha, uma profissional que contribuiu de forma direta e, portanto, mais direcionada à proposição deste trabalho científico. Apesar de sucinta e lacônica em suas respostas, enriqueceu a pesquisa grandiosamente, pelo prestativo valor, como pode ser constatado abaixo.

C – DANDO VOZES AOS SUJEITOS DA PESQUISA

Neste momento, foram apresentadas as respostas, as vozes dos sujeitos, com suas devidas análises, frente à teoria já abordada até aqui.

A – Caracterização do Sujeito

Ao se pensar porque as prostitutas utilizam outros nomes, pode-se refletir acerca dos artistas. No trabalho artístico, é comum, as pessoas utilizarem cognomes para encarnar uma personagem e mesmo um/a artista. Serve também para diferenciação, por haver mais de um nome igual, trazendo um complemento, como a Soninha Catatau, onde o apelido passa a fazer parte do nome como um diferencial e caracterização específica. Além disso, acredita-se que o nome possa dar um ar de ocultação da identidade verdadeira, como explica Monique Prada, devido ao forte preconceito contra as prostitutas na sociedade brasileira e leis que ainda as punem. Percebeu-se também que o nome de registro é utilizado pelas prostitutas sem nenhum problema, já que se acredita, frente à pesquisa, que a personagem e a pessoa real se misturam no cotidiano, não permitindo saber se o nome é ou não fictício. Para tanto, em muitos casos, verificou-se o uso do diminutivo

do nome, demonstrando que, apesar da profissão exigir profissionais fortes, devido a um cotidiano turbulento, penetrado pela violência contra a mulher, há um lado também de amor, de delicadeza. Para esta entrevista foi perguntado qual o nome que gostariam que aparecesse na pesquisa. Desta forma, utiliza-se todos os nomes por elas mesmas sugeridos.

Em relação à raça/cor, não se pode obter como autodeclaração, com exceção de Paulinha que se autodenominou branca, como se viam neste aspecto. No entanto, com observação externa do próprio pesquisador, viu-se que três pesquisadas eram brancas, uma parda e outra preta. Optou-se por não se ater demasiadamente nesta questão, já que dever-se-ia privilegiar o autoconhecimento das pesquisadas.

Em termos de escolaridade, verifica-se que todas têm bom conhecimento do português, atentando-se a sempre usar a língua de forma correta. Além de discussão intelectual, como se verificou no site de Monique Prada. Tanto Patrícia, quanto Paulinha possuem o Ensino Médio completo. Mesmo que terminado tardiamente, viu-se o interesse pelos estudos:

Olha, simplesmente este é o meu histórico escolar, minhas médias não é muito boa não, mas tipo assim, em matéria de humanas, anatomia, muito bom, muito bom. Oh! Psicologia MB, muito bom. É minha maior alta, é Psicologia. Imagina, eu que sou louca, nada, essa questão de trabalhar na ONG me ajudou muito. Também no curso, demais, demais, demais, uma coisa foi complementando a outra, sabe? (Patrícia).

Outro aspecto perguntado foi acerca da religiosidade. Paulinha diz que apenas é “curiosa” em relação a esta questão. Já Patrícia se aprofunda, dizendo, em dois momentos diferentes, que:

[...] o que rege muito minha vida e minha espiritualidade, né? Apesar de eu não ser batizada em nenhuma religião, mas eu sigo a doutrina espírita. Eu tenho uma ligação muito forte com meu anjo, com Nossa Senhora Aparecida, com Deus Sabe?

[...] eu também já nem peço mais, eu só oro e agradeço, agradeço, agradeço e agradeço pelo dia pelos amigos. Por tudo o que acontece, até as coisas de ruim, porque alguma coisa a gente tem que aprender com isso, né? Então Deus pra mim, é muito importante. Oh! E eu digo, a única, se eu só não fiz mais cagada na minha vida, não matei, não cometi suicídio, que eu falei isso pra minha psicóloga e meu médico, foi porque a única coisa que mais tenho medo no mundo é do umbral, da mão de Deus. Mas imagina, mano: suicídio. Quando uma pessoa se mata, ela vai viver, ficar com aquela cena a eternidade toda. Olha que ela não pode nem reencarnar. Olha que sofrimento que é esse. E outra, Jesus sabe que eu não gosto de frio, escuro e de lugar molhado. Vai que ele me manda pra um bando daquele lá. Ontem eu li uma frase que diz que: ‘as coisas que você faz de

bem pros outros, sem você tomar conta disso, é o seu advogado no futuro, lá pra frente' (ela diz a frase fazendo um sinal com o dedo mostrando para trás das costas). Então eu penso muito nisso. Então, só coisa boa, então se tiver coisa ruim na minha cabeça, eu falo 'afasta, afasta, afasta' e pronto. E assim, eu vou levando, cara. Assim vai indo.

Tudo isso, mostra, que ela exerce uma religiosidade, mesmo que, como já visto, nos dias atuais, as religiões condenem a prostituição, conforme leitura bíblica interpretada por eles.

Outra ação que pode, fortemente, caracterizar a prostituição como profissão é a distinção que as profissionais fazem entre o contato sexual com seus clientes e seus relacionamentos amorosos, e estes aceitam suas condições de trabalho. Paulinha, nos explica que atualmente está em um relacionamento que já dura três meses. E Patrícia diz que:

[...] [eu já tive], praticamente fazia tudo o que eu queria, só não me deu carro, uma casa, um apartamento na beira da praia, uma conta milionária, né? Um colar de pérolas, diamante, mas me levou pra praia, pagou tudo (risadas). Ai meu Deus do céu. Tem cliente que já me levou pro shopping e detonou um talão de cheque comigo, cartão, tudo, entendeu? Me leva pra... teatro, entendeu?

Ao ser indagada acerca de relacionamentos amorosos, vê-se que Patrícia cita situações que denotam o comportamento padrão de nossa sociedade capitalista, machista, classista e sexista, elencando objetos de valores financeiros e, talvez, nem tanto afetivos. Além disso, mostra que ao sair com o namorado quem paga a conta é o homem, que, como visto, seria o protetor, o provedor da mulher.

Neste mesmo viés de comportamento padronizado do cotidiano, constrói-se a família, com seu aspecto modificado, o qual permite pensar em diferentes modelos familiares. E há certo envolvimento no relacionamento familiar entre as prostitutas, onde se vê a construção de laços de amores, conflitos, dentre outros como entre qualquer outra família. Desta forma, tem-se que:

[Para mim, os membros de minha família são minha] mãe, filha, irmã, irmão e meus cachorros. [...] [minha relação com eles] é boa, não com meus filhos, mas encontro toda semana. Moro na chácara. [e o minha relação com essa pessoas de meu convívio cotidiano] é muito boa. (Paulinha).

Hoje eu tô num estado de energia tão bom, tão legal, mas tocou neste assunto não deve ser bom pra mim, poder ser? Aí... já embargou minha voz... já faz alguns meses já que eu não a procuro, porque até eu mesmo queria saber como eu estava, estava tornando tudo muito..., tava muito fácil, parecia que eu já sabia todas as respostas dela, entendeu? Para mim. Então eu precisava desse tempo [...] pra mim ver como eu estava me

sentido, mas eu sinto que eu preciso dela de novo, minha mãe é tudo pra mim (com voz embarcada de choro)... Ah gente! Agora falou de coisa, de... de..., agora não dá, eu preciso de um tempo, não vai, agora não vai. Se eu for tocar na minha mãe vou começar a chorar, não, não posso, não posso carregar isso (há um corte para espera-la a se recompor).

[...] só tenho memória ruim da minha infância. Eu vou falar meio por cima, tá bom? Porque se eu for entrar muito em detalhe, já vai começar a buá, buá (onomatopeia de choro). Embarga e cai água, aí vira um chorumelas. Aí não dá certo. Eu não gosto de trazer coisa ruim pro meu psicológico, mas a minha infância não foi nada legal. Primeira de que minha mãe era prostituta e eu era discriminada pelos meus amigos, minhas colegas, porque era tudo filhas de família e tal e eu era a única filha de mãe solteira prostituta. Então os meus colegas falava se fosse eu, eles fugiam de casa porque não queriam ter uma mãe assim... já começou a trabalhar meu psicológico aí, tá? Depois teve outros fatos que agravaram ainda mais meu estado psicológico. Que foi..., é..., estupro, violência sexual, contra mim e contra mais uma pessoa de minha família, que eu não vou dizer quem é, tá? Mas, eu sofri várias vezes abuso sexual, de conhecidos, de familiares, da própria família e de amigos também, vizinho, amigo da minha mãe, entendeu? Namorado, é... é... e essa outra pessoa, também da minha família também sofreu duas tentativas de estupro. Ele tinha, essa pessoa tinha de 4 a 5 anos. Na época, eu tinha 6, 6 pra 7 anos. Então é muito pesado isso, pra mim, tá?... Ainda teve um outro fato, que eu me senti trocada pela minha mãe, né? Que, por conta de um namorado, eu disse pra ela, que ele tinha mexido comigo. E um dia ele brigou com ela e falou que ia embora e ela disse pra eu ir atrás dele, porque se ele não voltasse, eu não precisava voltar também. Isto é uma das coisas que mais fez com que eu brigasse, tivesse anos e anos brigas com minha mãe, sem a gente se dar bem, entendeu? (voz embargada pelo choro)... só depois do tratamento psicológico, de eu tá tomando remédio, tá fazendo terapia com a Gisele que eu consegui é... absorver isso e entender o lado dela. Que não foi porque ela quis, que ela me trocou. Mas é que cada uma tem uma vida que... (o choro pesa e ela começa a respirar fundo e a olhar para cima)... É ruim demais. Gente!, eu não consigo... entope o nariz, sabe? Os oi enche d'água, ai, ai, ai... (longa pausa de reflexão)... É... então, foi um monte de coisa, fora isso agressões, humilhações que minha mãe sofreu. Minha mãe, por exemplo, a gente já dormiu na rodoviária em cima de malas e minha mãe, já chegou a fazer um programa a troco de um cachorro quente pra dar pra gente comer. Porque não tinha outra coisa, certo? E nunca a gente teve ajuda de pai e nada.... É... tenho três irmãos, tive três irmãos falecidos, Janaína, Jaqueline e Alexandre. O Alexandre, porque meu pai espancou minha mãe, Janaína também e a Jaqueline nasceram com problema, por conta de espancamento também do meu pai. Que se diz meu pai, né? Aquele homem judiou muito da minha mãe. A gente, durante muito tempo da nossa vida, minha mãe vivia dependendo da ajuda de outras pessoas. Minha mãe era quase sempre expulsa dos lugares, porque meu irmão que tá hoje com a gente, o Alexsandro, ele teve muitos problemas, ele teve doenças gravíssimas, ele entortou todo o corpo, ele tem problema de cabeça. Ele não fala direito, ele não escuta direito e a mente dele é atrasada, por conta das surras que meu pai dava na minha mãe, né? Aí ele entrou em estado de coma. Ele pegou uma doença antiga, muito rara, muito antiga, chamada mal de Simioto. Era doença de macaco, que a criança ficava vegetando mesmo, não tinha reações nenhuma. Então é isso, é carga, muito peso. Então muita coisa, muito, muito, muito. É por isso que eu fico meia chocada de falar, porque cada vez que eu penso nisso, volta toda aquela carga emocional de novo, isso me faz muito mal. E por isso que eu sou louca, vivo cantando, gosto de fazer piada, entendeu? Pra não deixar mais essas coisas me atingir. Porque se me atingir, vai atingir a minha família também. Porque eu não sou essa de pegar e segurar. Bate em mim e reflete, não adianta, entendeu? Eu sou assim. E agora que eu tô

conseguindo cuidar disso. Porque, com a terapia, com os remédios e eu comecei a, a Gisele me fez ver de uma outra forma tudo isso que acontece, tá? Lógico que não tem como tirar a dor, sofrimento. Porque o que é que fica na cabeça de uma criança? Um adulto pode até ficar relevando, né? Pontuando o que dá pra levar, o que não. Agora, uma criança não. A criança vai, vai guardando, vai captando, vai... entendeu? Aí fica a culpa, quando falam que a criança sofre abuso sexual, alguns estupradores dizem que foi por consequência da pessoa, da criança, que ela estimulou aquilo, umas coisas assim absurdas. E realmente, a gente, eu como criança, eu pensava que eu tinha culpa disso. Não sei onde é que era essa minha culpa, como era, mas eu sentia que era como se eu fosse a culpada, responsável por tudo aquilo. Aí eu sofria mais ainda com isso, sofria mais com isso.

Tempo! (faz sinal com a mão como em um jogo)... vamos comer um chocolate? Gente! Chocolate é bom, não é? Deixa a gente alegre, ajuda a combater a depressão... meu relacionamento hoje com a minha mãe é o melhor dos melhores. Agora eu consigo me enxergar, ..., eu consigo enxergar tudo o que minha mãe passou. Eu consigo ter uma certa noção de..., de porque certas atitudes ela teve, entendeu? Aí também, mamãe é minha mãe, gente! Não teve ajuda de família, minha mãe fugiu muito cedo de casa. Ela não sabe ler, não sabe escrever. Uma pessoa dessa no mundo? Não tem ninguém assim, né?, quem ensine, quem oriente, quem dê um conselho, quem dê uma opinião, uma ajuda. Tudo ela teve que aprender sozinha, como eu aprendi, tudo sozinha. Então hoje eu entendo muito mais minha mãe. E o que eu tive, antes, de mágoa dela, se transformou em amor. Muito maior do que eu imaginava, que poderia amar. Minha mãe pra mim representa força. De tudo que ela passou na vida dela, ela levantou e conseguiu seguir. Mesmo que ela, às vezes, não demonstrasse, pra ninguém, que chegasse num canto chorasse escondido de alguém, mas na frente de todo mundo, ela tava com a cabeça em pé. E isto é o que eu me orgulho demais na minha mãe. Então por isso que eu não deixo as coisas me abaterem, entendeu? Porque ela já passou por coisas muito pior do que eu e tá aí, conseguiu superar e porque eu não vou conseguir? Porque eu tenho que ser mais sofrida que ela? Então não. Então eu não deixo essas coisas me abaterem. Eu sofro assim em cinco minutos, dez, dependendo do grau dois dias, mas depois minha cabeça volta ao normal de novo. Eu não faço mais tempestade em copo d'água... é... é..., a única coisa que eu prefiro fazer é aquelas coisas que eu gosto de fazer agora, é ver minha mãe feliz. Tudo que eu posso, que existe coisa pra mim pra fazer, é ela feliz. E que eu tenho muito amor pela minha mãezinha, demais. Ela pra mim é uma guerreira, sempre foi. Ela deu desde um..., se eu falar, olha!, instala pra mim um chuveiro, ela faz. Ou, faz uma mudança, porque ela faz reciclagem, agora não, né? porque ela já tá doentinha, eu falei com ela pra cortar com isso. Mas antes, a gente fazia. Quando eu ia pra lá [Londrina/PR] de viagem, eu saía com ela pra andar de carroça, pegar latinha, papelão, plástico, garrafa pet, cobre então Nossa Senhora!... Direto eu e ela. E ela: "ah! Não fica com vergonha?", "não de jeito nenhum, nam, nam, nam (onomatopeia de não)". Ainda mais lá, tão bonitinha, ela falava com orgulho pros amigos e as amigas dela: "Olha! Minha filha, minha filha é de São Paulo. Ela veio aqui me ajudar. Eu falo pra ela que não precisa, mas ela.." e tal, não sei o que. E ela fica toda orgulhosa. Eu gosto de ver isso. Ela felizona. E agora ela tá aí hiper feliz, super feliz, super. Agora... então já nem penso nas coisas de passado..., passou, passou, entendeu? Também não me interessa o motivo, razão, circunstância do que, porque aconteceu. Algum motivo deve ter, né? eu vou só saber depois que eu tiver do outro lado.

[...] circunstância, então, mais uma vez, né? minha filha veio a partir de um estupro. Aí eu fui estuprada por um amigo, amigo não, colega, namorado, ex-namorado de uma colega. A gente morava no mesmo bairro. Eu gostava dele, um dia, a gente se cruzou numa boate. Ele me pediu pra ficar

esperando ele na porta da casa umas três horas da manhã. Eu fui, ele chegou, pegou na minha mão e me levou pra dar uma volta pelo conjunto [habitacional] de madrugada. Me levou num bar, onde tinha uma mesa de sinuca do lado de fora... e lá, ele me estuprou, na frente dos amigos dele. Me jogou em cima da mesa, ele quase machucou minha coluna, porque bateu o osso, as costas no negócio lá, na madeira da mesa. E na época, eu era menor de idade, entendeu? A família dele não se interessou. Eu fui pra falar, não se interessou. Eu não tinha dinheiro pra pagar advogado, tá? Eu não podia registrar boletim de ocorrência, porque eu era menor de idade e minha mãe não estava lá. Minha mãe estava aqui em Ribeirão Preto trabalhando nesta época. Eu sempre tive vontade de foder ele, de ferrar mesmo, de botar ele na justiça e tudo e tal, só que era aquela coisa, tipo, eu queria ferrar ele por consta da minha filha, mas eu não queria dar de cara com aquele cara de novo, entendeu? Eu tentei abortar, no sentido assim, eu procurei remédio, sabe? A tal da buchinha, a tal do Cytotec, um colega meu arrumou pra mim, só que eu não tive coragem de fazer, justamente por essa coisa de eu pensar em que eu, se Deus deu uma vida, eu não tenho o direito de tirar. Só ele pode fazer isso, entendeu? E você tirara a vida de uma pessoa é um suicídio. É você tirar a chance de uma pessoa, é isso o que penso. É o meu modo de pensar, então eu não consegui fazer isso. Como eu disse, eu sempre tive medo da mão de Deus, tá? Sobre me atos, sobre as coisas, entendeu? Então eu não tive coragem de fazer. Se Deus me mandou é porque tinha alguma função, ou algum porquê tinha. E o porquê é de repente pra isso, me transformar em uma pessoa melhor. [...] não, minha mãe, ela desde pequena, até mais ou menos uns 2 anos, 3, 4, até mais ou menos uns 5 anos, 6 anos era eu que cuidava. Depois, eles voltaram pra Londrina [cidade do estado do Paraná] e minha mãe passou a cuidar pra mim. Mas eu sustentava minha família, mandava dinheiro pra minha mãe, meus irmãos, meus filhos, roupa, calçado, comida, escola, tudo, material escolar, tudo, tudo, presente, natal, ano novo, dia das crianças, tudo, tudo, tudo, era eu, você entendeu? Então, às vezes, eu ia uma vez por ano pra casa. [...] com ela, vixi, com o trabalho da Paula, 100 por cento, 100%. Na época que eu estava, eu digo, antes do remedinho, nós duas era pauleira, pau, briga todo dia. Cara, eu era muito má com ela, muito. Eu pegava pesado mesmo. Chamava ela de burra, sabe? Porque eu tinha um conhecimento a mais que ela, eu achava que ela pegando, porque eu não deixava ela faltar na aula. Perdeu uma aula, negócio de namorado, sabe? Bagulho de adolescência? Eu não tava perto pra saber. Quem tinha que tá lá, quem tava perto era minha mãe. Mas até então, aí vem a questão de ser mãe, eu que tô sustentando. Então, hoje, a gente é muito amiga, muita, muita, muita. Só que depois a gente... a gente começou aos poucos, sabe? Depois do tratamento, nós grudou. Tanto é que quando ela perdeu a virgindade dela, ela falou pra mim. Eu que ensinei ela algumas coisas. Eu até arrumei, comprei umas roupinhas pra ela (começa a dançar a dança do ventre)... fazer, dançar, strip [tease], essas coisas, sabe? Grudamos. Ih! Hoje em dia, nós é, nós duas é amiga a dar com pau. (Patrícia).

Eu moro aqui dentro. Trabalho e moro aqui. (Soninha).

Minha família sabe, graças a Deus, foi difícil no começo pra eles aceitarem, mas... [...] minhas filhas têm 8 [anos] e tem 5, [e elas] sabem. Aproveitei o ensejo da novela das 9 [horas], que acabou que falava sobre prostíbulo, essas coisa, como elas gostavam de assistir, eu aproveitei e contei sobre mim também, que elas não sabiam [...]. Preciso sustentar vocês, ganhar meu dinheirinho e tal, pra crescer na vida. (Cristina).

Pode-se notar que a família é elemento importante na vida delas, como entre muitas outras mulheres com profissões diferentes. Os novos formatos

familiares (ACOSTA; VITALE, 2007) amplamente estudados se mostram presentes, sendo que Paulinha cita como família seus cães de estimação. E é nesta rede de afeto e de cuidado que surgem também seus opostos, vê-se que, segundo Patrícia, seu relacionamento com a família se firmou, sobretudo, com seu amadurecimento e de seus arredores. É nítido também notar que, muitos embates surgidos em família são devidos ao preconceito e à discriminação sofrida na sociedade, frente à quebra de paradigmas dos padrões fixados por uma sociedade capitalista, machista e sexista. Além disso, questiona-se, como em muitas outras profissões, nas quais os filhos seguem os passos do pai e/ou da mãe, se o fato de Patrícia ter se tornado prostituta, não seria o contato que ela teve, desde cedo, com as atividades da mãe?

B – Trabalho e Profissão

Ao se pensar no conceito trabalho, dentro desta pesquisa, surge uma das principais reflexões que consiste em querer saber se a prostituição poderia ou não ser considerada uma profissão. Se sim, questiona-se o porquê da não regulamentação desta na legislação brasileira. Se não, pergunta-se quais seriam seus impedimentos?

É por meio desta segmentação proposta pela sociedade entre mulher/homem, jovem/idosa, recatada/prostituta, profissional/do lar, feia/bonita, que se faz o enfraquecimento da classe trabalhadora e consequentemente sua luta por igualdade.

Desta forma, os avanços advindos do capitalismo, muitas vezes não significaram diminuição da desigualdade, sobretudo, nas relações sociais de sexo, pois esse próprio sistema econômico está associado à produção de mais-valia, cuja existência necessita do envolvimento financeiro, político e social. Sendo que este último, encobre as relações de poder e exploração entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados que reforçam sua continuidade. Prova disso, são as crises financeiras desse sistema que sempre afetam o aspecto social e promovem mudanças sociais (ESTENSSORO, 2003).

Para Chauí (1984), o trabalho se configura um meio da dominação social pelas ideologias no cotidiano, isto é, dentro das classes em uma sociedade estabelecem-se “falsas consciências” sobre a realidade, a fim de reforçar e perpetuar a dominação social. É mister ressaltar que a ideologia se faz materializada

por meio da própria prática societária nos discursos das diversas instituições, dentre elas, a família.

Ao se abordar acerca da prostituição, uma das principais questões que vem à tona é se deve ou não legalizar; mas se legalizar a prostituição se tornaria uma profissão? Mas ela é considerada um trabalho? Para melhor se entender, é necessário abrir discussão acerca da categoria trabalho.

Vale lembrar que o trabalho sempre esteve presente na história da humanidade, pois é por meio do trabalho que o homem se reproduz enquanto ser social. Crê-se que o modo de produzir a existência é um modo de dar continuidade à vida, e os modos de vida, da existência, a forma de convivência, de sociabilidade, tudo é parte inerente a esse modo de produção, porque é pensar o modo de como se organizam a sociedade para a produção, produzindo também suas contradições. Deste modo, pode-se afirmar que o trabalho constrói a identidade do sujeito, dentro da perspectiva social, histórica e cultural.

Novas técnicas e habilidades foram adquiridas pelo homem, propiciando maior adaptabilidade ao meio natural. Desde o fogo no preparo dos alimentos, técnicas de caça e pesca para a sobrevivência do coletivo, até os cultivos, criações e tecnologias de hoje, para gerar lucro a poucos.

Pode-se dizer, de início, que “[...] o trabalho é a fonte de toda riqueza [...]. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E [...] criou o próprio homem.” (ENGELS, 1990, p. 19).

Quando se pensa em trabalho, pode-se entender como uma atividade produzida por qualquer ser vivo, ou seja, não se constitui algo exclusivo dos seres humanos. Essa atividade é entendida como transformação da natureza para satisfação das necessidades cotidianas do homem, já que é a modificação dos materiais da natureza em riqueza para o próprio homem (ENGELS, 1990). Riqueza, neste sentido, é entendida como adaptação de materiais, a fim de que haja ferramentas que facilitem o trabalho do dia a dia, que auxiliem o próprio homem em seu cotidiano.

Enfim, é a construção de algo utilizando sua teleologia, a qual é a capacidade de se projetar a finalidade pelo processo do pensamento. A consciência é um produto social (MARX; ENGELS, 1989; GUERRA, 1999), ou seja, não percebemos as coisas como elas são, mas as percebemos como somos. Os indivíduos apreendem a realidade, com a qual verifica a infinitas possibilidades de se

conseguir o almejado, mediante as diversas etapas, em um processo do pensamento, só assim, poderá realizar materialmente o que foi pensado.

A teleologia é parte da ontológica do ser social, quando os sujeitos podem materializar seus pensamentos por meio do trabalho. Isto mostra a margem de liberdade de decisão de cada sujeito e também suas possibilidades de realização com consciência (LUKÁCS, 2009; GUERRA, 1999).

Neste mesmo viés de pensamento, para Arendt (2007), além de manutenção da vida, o trabalho também representa uma constante luta, que a própria natureza impõe ao ser humano, com as constantes subidas e quedas, conquistas e perdas do homem durante a vida.

O homem atual, ou seja, o *homo sapiens* é aquele que é pensante, consegue se perceber dentro de uma dada realidade, tendo consciência do mundo a seu redor e de si mesmo. Neste mesmo sentido, tem-se o *homo faber*, indicando que ele tem a capacidade para o trabalho, ou seja, de fabricar utensílios, de transformam a natureza a seu favor. Assim, ambos não existem sem a presença de um ou de outro, são complementares, formam fenômenos diferentes da mesma realidade humana, isto é, pensa e age, como dois aspectos inseparáveis: o homem torna-se um ser técnico pois tem consciência, a qual faz também com que ele seja capaz de agir, a fim de transformar a realidade (ARENDR, 2007; MORIN, 2005).

Entretanto, o maior diferencial entre as atividades dos animais e do homem enquanto seres vivos é que a execução das atividades dos animais se concentram no instintivo, isto é, ao tecer um ninho, ao caçar uma presa, ou até mesmo, quando se utiliza da força de tração do animal para trabalhos humanos, como por exemplo, na moagem da cana para o açúcar, dentre outros, aquele executa sem saber os processos de transformação que sua força está a causar sobre os materiais que atuam.

Já o homem realiza a teleologia, ou seja, ele projeta o resultado final de seu trabalho mentalmente antes de executá-lo fisicamente. Seu trabalho, então, torna-se consciente e proposital (BRAVERMAN, 1980), pois sua execução se dá mediante o que havia previamente planejado em sua mente (MARX, 1989). E além disso, mesmo tendo sido planejado, há a possibilidade de verificar falhas durante o processo que sua razão lhe permite modificar itens antes, durante e depois da realização do projeto, possibilitando que seu produto final seja alcançado. Assim, pode-se dizer que o trabalho é uma função fundamentalmente humana, mesmo

porque para ser trabalho, é necessário ter função social como atividade humana, assegurando a necessidade humana.

Ademais, os caminhos para se alcançar o produto final vão se aprimorando, buscando o melhor produto, da maneira mais inteligente, por exemplo, a realização de uma refeição, a qual se é pensada como produto final, antes de se iniciar qualquer processo de feitura, durante sua execução pode sofrer influência de novos temperos, retirada de ingredientes e adição de outros, e após, com o produto final avaliado, há também a possibilidade de se manter as mudanças para sempre ou não, e constantemente ir aprimorando a receita para as próximas vezes.

Todas essas transformações se dão em nível complexo, pois ao modificar a natureza, o próprio homem se modifica. Para Marx (1989, p. 149),

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, média, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria Natureza.

Desta forma, tem-se que trabalho é toda atividade que “[...] realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários à reprodução social.” (LESSA, 2000, p. 52) e se encontra na divisão social e técnica do trabalho (PAULO NETTO, 1992). Vê-se que esse trabalho é ligado à atividade produtiva do capitalismo, o qual implementou a divisão técnica do processo produtivo nas linhas de produção. Vale notar que o capitalismo, apesar de ter desenvolvido substancialmente o trabalho técnico e social, este se tornou também fragmentado. Neste viés, para (DIAS, [20--]) pode-se ter a impressão de que o trabalho na contemporaneidade se distancia daquelas concepções acima citadas, no entanto, a ligação de todos os diversos trabalhos resulta na finalidade de manutenção da espécie humana no ambiente natural. E, do ponto de vista individual, os diferentes trabalhos realizados pelas pessoas apresentam a mesma característica interativa

Além, Cotrim (2012, p. 76-77) expõe que a relação entre trabalho com o serviço é matéria. O trabalho que se troca por renda é serviço. O serviço é efeito útil produzido pelo trabalho, sem efeito autônomo, sem poder circular como mercadoria.

Outra ideia importante, é pensar que o sentido do trabalho na sociedade atual tem-se mostrado dentro de uma profunda contradição, pois nossa civilização lhe dá um status ambivalente, já que de um lado ela exalta o trabalho, quando ela o vê como uma capacidade do homem se realizar em si mesmo, de satisfazer suas necessidades de sobrevivência, de se livrar de certas condições naturais, determinando, assim, o sentido de sua vida e influenciando a sociedade, na qual se insere, já que, como visto, é um *homo faber*.

Antes de se aprofundar nas questões mais específicas, vale atentar que a palavra prostituta está sendo largamente utilizado aqui neste trabalho, após pesquisa acerca do termo utilizado para designar o *métier* da prostituição, verificou-se que a terminologia mais comum encontrada no meio midiático, sobretudo, dentro das publicações das próprias organizações que trabalham em prol das mulheres que vivem do sexo, é prostituta. E até mesmo pelas pessoas que são sujeitos desta pesquisa. Como é o caso de Paulinha que diz:

Profissional do sexo, garota de programa, prostituta, puta, para mim, todas significam a mesma coisa, exercem o mesmo ato sexual.

É importante destacar que em muitas entrevistas e reportagens incluídas nesta pesquisa, vê-se que a própria expressão ‘prostituta’ é carregado de estigma e discriminação, no entanto, por ser o mais difundido e divulgado é este que se utilizou nesta pesquisa. Mesmo que isso contraponha a ideia de Leite (2010), a qual acredita que toda prostituta é puta e deve se orgulhar de ser chamada de puta. Esse termo ainda é controverso, pois sua origem pode ter sido diversa. Para Ferroul (2005), o termo pode ter surgido do latim “puer” que significa pueril, criança e por prolongamento “puta” e significa moça e “putus”, moço.

Muitas vezes, todas as envolvidas na prostituição preferem termos outros que não prostituta, como garota de programa, profissionais do sexo, trabalhadora do sexo, trabalhadora sexual, dentre outros, a fim de amenizar, abrandar, ou na tentativa de excluir o preconceito que se faz, na sociedade brasileira, a este respeito. A própria Monique Prada, apesar de ela se autodenominar trabalhadora sexual, utiliza em seus textos diversas terminologias, tais como puta, mundana, cortesã, GPs, além dos diversos outros já citados.

Nota-se que o próprio Ministério do Trabalho utiliza o termo profissional do sexo, talvez para designar de forma mais ampla este gênero de trabalho. O

próprio ministério em sua página escreve que são termos sinônimos: garota ou garoto de programa, mulher da vida, meretriz, michê, trabalhador do sexo, messalina e prostituta. Esses termos são classificados em um “[...] documento normalizador do reconhecimento da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. É ao mesmo tempo uma classificação enumerativa e uma classificação descritiva” (BRASIL, 2002b, informações gerais). Desta forma, entende-se que há a regulamentação dentro deste ministério, no entanto, não há a legislação que ampara o exercício profissional das prostitutas. Parece algo contraditório e, somente a título de conhecimento, essa dualidade se faz presente entre os juristas, pois há um código que identifica a profissão, no entanto, o empregador não pode usá-lo, já que prediz crime, pois como visto, o Brasil é um país abolicionista e é crime empregar-se outrem como prostituta.

Vê-se que a prostituição não é uma profissão regulamentada com carteira assinada. Apesar disso, percebeu-se que todos os sujeitos da pesquisa tratam a prostituição como trabalho, como profissão. Mesmo porque,

[É profissão] sim, [pois] cada um é dono de seu corpo e dele faz o que achar melhor. (Paulinha).

[...] há pessoas que tem a opção entre o catar lixo e o trabalho doméstico e o trabalho sexual e considera que tem uma condição mais empoderadora no trabalho sexual. E para algumas mulheres, o trabalho sexual é uma chance de... de... respirar? É uma chance de estudar também, é uma chance de tentar uma vida melhor ou menos pior. (Monique Prada).

A ideia que as prostitutas passam ao se retratar a respeito do que fazem com os clientes, elas dizem que é um trabalho, muitas vezes, não consciente ou política, mas instintivamente. Monique Prada, em seu twitter tem uma chamada dizendo que: **Trabalho** sexual é **trabalho** contra o estigma e o preconceito (grifo nosso).

Acerca da regulamentação de uma profissão, notou-se que pode ser devido a vários fatores, dentre estes o encargo gerado a diversas instâncias, o surgimento de locais para exploração deste tipo de trabalho, que por motivo de falta de interesse, do próprio tabu da sociedade ou até mesmo, da não possibilidade de organização do trabalho, não há esta preocupação na regularização da vida profissional das prostitutas, mesmo que esta trouxesse qualidade de vida para as profissionais. Por isso, não sequer se discute a possibilidade, nem mesmo entre as profissionais, gerando o não conhecimento acerca do assunto, como:

Não tenho opinião formada sobre isso. (Paulinha).

Talvez essa falta de conhecimento a respeito da possibilidade de regulamentar a profissão, a qual em vários países já o é, como visto anteriormente, desmobiliza a luta por direitos reais, que se traduzem em qualidade de vida e maior respeito ao longo do tempo.

Vale lembrar que é mister o trato com os clientes, pois

Trato meus clientes com total discrição e respeito. É meu cliente e minha fonte financeira. (Paulinha)

Ao se falar em trabalho, instiga-se também saber qual foi o processo que leva uma mulher, no caso desta pesquisa, a escolher ser prostituta. Abaixo algumas falas traz a necessidade de reflexão:

Eu era menina de rua e cheguei aqui muito cedo mesmo. [...] programa mesmo eu comecei fazer de 25 anos pra cá. Então eu tenho 53, movida a álcool, com peças originais (risos). [...] em 69, cheguei em 69, já é bem sugestivo (risos). [...] assim, num programinha normal, gira em torno de 80, 100 reais, meia hora. [...] normal? É um negócio sem escândalo, meio sem exigência, um programa mais simples, trivial, arroz, feijão, ovo frito e um bifezinho (risos). [...] não tô fazendo apologia à prostituição, mas pra mim, me ajudou bastante, eu criei meus filhos com esse dinheiro, hoje são todos estudados, meus filhos estão bem formados, não perdi nenhum pro mundão, tá?, amo meus filhos de paixão. Aqui me adiantou muito, o que eu demoraria anos pra fazer (frase enfatizada). (Soninha Catatau).

[...] eu entrei a três anos atrás, eu era casada, fui traída e resolvi vir pra cá. [...] questão financeira também, mas pelo trabalho também gosto. (Cristina).

Tem um tempinho, viu! Começou por necessidade, depois eu fui achando interessante pelo gosto de ganhar dinheiro não tão fácil, né? como falam, mas eu adquiri o tal jogo de cintura, entendeu? É... e acabei descobrindo que eu gosto de sexo, entendeu? Principalmente, muito mais ainda, saber que alguém, uma pessoa paga pra se deitar comigo, pra ver o que eu ofereço, entendeu? É isso que pá (emite som forte com a boca), que me deixa, que me deixou continuar, até mesmo por uma questão de autoconhecimento. Saber se eu gosto, é... se eu vou é... é... como eu vou me posicionar a partir do cliente, porque eu às vezes tinha, assim, de falar o que eu queria fazer, que eu queria mudar. Eu tinha medo de falar, impor a palavra, como eu iria dizer, se eu diria calma, se eu diria mais (faz gesto de pessoa firme, rígida), sabe? (Patrícia).

A condição financeira desfavorável da época. (Paulinha).

Percebe-se que o ingresso à prostituição não se dá de forma clara para todas. Todas dizem que foi a necessidade financeira, no entanto, vale lembrar que, em toda profissão a questão salarial é um dos maiores atrativos, prostituta ou não, muitos procuram um bom emprego, ou seja, que pague bem. Entretanto, surge-se

alguns questionamentos como: se fosse apenas financeiro, quando tivesse sido suprida a necessidade do dinheiro, porque elas não procuraram um outro trabalho? Dentro das próprias falas, pode-se verificar que o gosto pelo trabalho, os desafios cotidianos que esta profissão impõe torna-se um dos atrativos para a fixação dentro deste trabalho. Além disso, o preconceito e a discriminação pela profissão permeia os espaços, inclusive, trazendo reflexão de que “[...] não é um trabalho que se deseja para alguém que se ama”, como no relato de Patrícia:

[se minha filha se tornar prostituta] aí vai ser sem vergonhice da parte dela. Porque até então eu entrei por outra questão. Eu tinha educação e tal, mas a questão de eu ter entrado na prostituição é porque eu precisava de dinheiro pra já, pra... na hora. Eu tinha duas crianças, eu tinha 4, 3 crianças nas minhas costas, certo? A minha mãe hospitalizada, entendeu? Eu só recebia por mês. Eu tava, a gente tava prestes a ser despejada. Eu precisava de alguma coisa. Então foi onde eu me joguei, na prostituição... onde eu me joguei. Mas tudo isso ela sabe. Tudo eu contei pra ela.

Neste aspecto, é importante, então, saber o que é ser prostituta, como é, como elas veem este trabalho, verificar suas análises de vida antes e depois. Assim, tem-se:

[...] é difícil pra mulher vim pra cá, encarar isso de peito aberto e sabendo que é pra sustentar os filhos. Você vai deixar a sua moralidade pra viver a desmoralidade dos outro. Deixa um pouco de ser eu, eu deixei um pouco de ser a Soninha pra ser a fantasia sexual de alguém. A gente dá muita risada, acha engraçado, mas não tem nada de engraçado. [...] a gente tem acessórios, brinquedinhos. Se eu não faço [o tipo de programa pedido] [...] com certeza, entre 2000 mulheres vai ter uma ou travesti, que vai fazer [...] eles fazem na casa deles, eles vêm aqui atrás de fantasias absurdas. (Soninha Catatau).

Lido muito bem com a prostituição, sou uma profissional, me assumo como tal e não escondo do meu filho. Gosto do que faço, eu tenho outra profissão. A prostituição é a profissão mais antiga do mundo. É uma profissão que assumi, antes quando eu comecei nunca tinha entrado em uma casa de prostituição, era muito inexperiente. A dona da casa foi compreensiva e me apresentou um cliente muito bom, não fez nada comigo, esperou eu me preparar e depois tornou meu único cliente por muitos anos. Com ele tive uma vida de princesa. [...] [eu me realizo] muito bem como prostituta, não tenho problemas com isso. (Paulinha).

Eu me sentia a sombra de pessoa, sabe? Hoje eu fico até meio assim, porque eu vejo que as pessoas estão querendo se tornar minha sombra, sabe? Isso é ruim porque você é perda de identidade. Você se perde, você vai tentando uma coisa aqui, outra ali, você acaba perdendo sua identidade e eu recuperei minha identidade. Eu estou recuperando ela dia após dia. A partir do momento que eu não tô 100%, ainda faço um monte de cagada, entendeu? Faço um monte de coisa, parada errada e tal. Me arrependo, mas tudo isso é aprendizado [...]. (Patrícia).

[...] é um trabalho que eu gosto muito de fazer. Eu adoro meu trabalho, mas é uma escolha muito dura, por causa de... ah... de todas as questões que envolvem este trabalho. Eu não sou uma criminosa, todas as pessoas à minha volta, hoje (risos), são criminosas, porque você tem a minha... meu trabalho, apesar de legalizado, tá dentro do Código Penal [entre os artigos 227 e 231A]... (silêncio e sinal com a cabeça de desaprovação) é uma escolha muito difícil de ser percebida como escolha pelas pessoas, confundem isso com violência. Tem um estigma muito grande sobre isso e seria muito mais tranquilo ter optado por algo que me pagasse a mesma coisa, mas que não me trouxesse este estigma tão grande. [...] [Em relação ao meu trabalho como ativista,] não é uma posição interessante, que se espere de nenhuma prostituta, ou de uma mulher que você vai pagar pra fazer sexo apenas, né? Que ela tenha opinião e que ela, eventualmente, até entre em conflito com tua opinião, isso não é conveniente, mas eu tenho uma lista de cliente já bem antiga, então não chega a prejudicar gravemente. (Monique Prada).

Pode-se notar que a prostituição lhes trouxe atributos positivos como autoconhecimento, vida abastada, desafios, ativismo, troca de ideias. Todas pesquisadas, no mínimo, dentro da família, todos sabem de sua profissão e se dizem “bem resolvidas” neste aspecto. Além disso, vê-se que,

As características que me fazem gostar desta profissão são] sexo, prazer, liberdade, interação social. [No entanto,] há também violência física, preconceito e discriminação. (Paulinha).

[...] eu tô sempre online, porque tem internet no meu telefone, então, mesmo quando tô entrando em um trabalho, posso tá.... tenho essa liberdade de falar alguma coisa antes de entrar... (Monique Prada).

[...] era uma coisa, assim, e... e... e... porque eu estava me conhecendo, entendeu? Aí eu descobri que, pô!, quem manda na relação sou eu, isso pra mim foi ótimo, maravilhoso pra mim. Porque eu chego, eu falo: “faz isso! Senta!” ele senta, “põe a língua pra fora!” ele põe, entendeu? “me pega assim! Me pega assado! Agora você g...!” sabe? Mas eu não faço aquela coisa robzinho, controle remoto, não. Tem todo um jeito, estratégia. Começa a fazer carinho, né? Você pega uma coisa aqui, puxa outra ali. Você cede aqui, mas pega outra ali, entendeu? É trabalhar o psicológico. Eu saio com meus clientes, eu sei exatamente, mesmo que o sexo... seja a primeira vez que esteja saindo com ele, mas com poucas, poucos minutos de conversa eu sei o que posso, o que eu não posso fazer, sem precisar perguntar pra ele. Aí o resto é só eu perguntar, assim de mansinho. Então, isso pra mim, que era o legal. Eu sempre deixar as pessoas, é..., eu dominava, mas a minha família, eu sempre fui de opinião forte, e era aquilo que eu tava falando, pronto e acabou. Só que com os outros de fora não era assim. Eu tinha que aprender essa convivência. Então é... é isso. Pra mim, foi muito bom, a prostituição, eu falo o aprendizado, isso pra mim foi muito bom, porque eu aprendi a controlar isso em mim, ver que cada um é um ser, cada um tem um modo de pensar e eu tinha que ser compatível com isso e não eram as pessoas que tinham que se adaptar a mim e sim eu às pessoas e aos lugares, não é? (Patrícia).

No entanto, há sempre um lado negativo, que talvez a violência, o preconceito, o estigma, o tabu sejam fortificadores deste. Elas contam que:

Gostaria de ter outra profissão sim. Muitas [mulheres] que trabalharam aqui, mudaram de profissão. Muitas, algumas fizeram faculdade e foram embora. A maioria das profissionais trabalham aqui e em outro lugar. [eu, por exemplo,] trabalho como doméstica. (Paulinha).

Neste momento, a contradição se faz presente, ao mesmo tempo que elas se sentem realizadas com o trabalho, gostam do que fazem, gostariam de ter outro trabalho ou até gostariam de mudar de profissão:

[...] aí eu fiz um curso pra mim arrumar um emprego, outro geral de pessoas vivendo com HIV/AIDS. Porque a população nossa, alvo era garota de programas, prostitutas, travesti, miches, que são garotos homens que faz sexo com homens... Aí a gente precisava saber de todo esse universo envolvendo a prostituição em questão de vulnerabilidade, o que faz uma garota ficar mais vulnerável frente a essas doenças e tal, né?... Então a gente tinha que saber de tudo, então eu comecei a fazer os cursos, aí eu fiz um primeiro, participei do 1º Encontro Regional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, que foi ministrado, acho que foi pelo grupo de HIV... foi exatamente pelo Agnaldo José Gomes, que era presidente da época pelo Grupo Humanitário de incentivo à vida de HIV... Depois... é ... fui palestrante do 1º Encontro Regional de Profissionais do Sexo e Profissionais de Saúde Direitos e Cidadania, respeitando os diferentes... Bom, participei também de cursos também que foram dados pelo curso de enfermagem de Ribeirão Preto, lá da Universidade de São..., aqui! Da USP, do curso de enfermagem... Ah! Esse daqui foi o curso de Telemarketing, operadora de computador... Esse daqui, fiz um curso de capacitação de gestores de projetos de prevenção, no qual eu elaborei projetos, tive ajuda óbvio, da secretária, da coordenadora municipal daqui, mais outras meninas, mais outras pessoas, então a gente elaborava projetos de acordo com as necessidades das prostitutas, a demanda que tinha e tal, pra poder tá elaborando o projeto... Essa é a capacitação e gestores, que foi ministrado pelo Programa Estadual de DST/AIDS... Depois um curso de capacitação pra profissionais do sexo entre profissionais de sexo, gestores de prevenção entre profissionais do sexo... Depois workshop de grupos de estudos de HIV/AIDS da Faculdade daqui da..., conscientização universal de Luta contra a Aids, promovida pelo GEA, grupo de estudo de HIV/AIDS do Departamento de Enfermagem Geral e Especializada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto... Nossa! Muita coisa, né?... Seminário sobre a diversidade sexual... o que mais?... gente! Muito certificado, olha!... deixa eu ver... esse é meu curso... promovido pelo comércio. Esse é meu certificado de Técnica de Nutrição e Dietética. Tá meu Bem! Chique no último! Que eu fiz pelo Centro Paula Souza, título industrial, sabe?... Da hora, foi aí que aprendi aqueles negócio de id, ego, superego. Isso me pirou mano! Você não tem noção! Aí eu me transporte! Aquelas coisas do desenho, tudo pro atual de hoje... Oh! E aqui, o que eu mais me orgulho, gente essa declaração. “Declaro que a requerente, pela interessada, a senhorita Patrícia de Lurdes Pinto, estagiou como voluntária, junto ao Departamento de Apoio Técnico da Divisão de Nutrição e Dietética do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto”. Tá meu bem! E cumpri uma carga de 300 horas... é o que mais me orgulha, gente!... Outro certificado... Treinamento de Capacitação e Sensibilização de Multiplicadores para Atuar com Populações mais Vulneráveis... Outro

certificado, treinamento, esse é o mais chato do mundo, Treinamento de Prestação de Contas de Projetos Estratégicos, promovido pelo Programa Estadual de DST/AIDS com, em parceria com a Coordenação Nacional de DST/AIDS. Cara você tinha que... Bom, se vira mano! Se vira nos 30! Porque prestação de conta tinha que ser centavo por centavo. Gente! Eu nunca odiei fazer uma coisa, como fazer esse negócio. Eu passava dias e dias assim oh! Com a cabeça desse tamanho, porque tinha que, não poia esquecer nada, nada, nada. Era, uma loucura. Aliás, graças deu tudo certo, com a graça do Senhor!... o que mais?... tudo bem isso (ela repassas as diversas páginas de seu portfólio de certificados)... também, outro treinamento. São vários treinamentos... Esse é o de prestação, esse é de capacitação e sensibilização de multiplicadores... esse daqui já foi... esse também é de multiplicadores, que trabalha com população vulneráveis... Ah! Esse é o certificado mais... de fotografia também. É amadora, na real é amadora que eu fiz [pelo] Amigos da Fotografia. Fui receber lá no Museu de Imagem e Som. Pra mim, foi péssimo esse dia, foi péssimo maquiagem. Porque eu também gosto, me interessava, não que eu era forçada, a minha professora me pediu e aí eu não sacava que ali de repente eu tava me prejudicando. E não sei! Eu achei que de repente, por eu ser meia louca, eu podia, sei lá! Me tornar uma fotógrafa e alguma coisa assim. Um dia eu pudesse chamar a atenção, servisse pra alguma, não pra ser famosa, nem nada, mas que eu sempre tive o propósito de fazer algo que, sei lá! Chamasse a atenção das pessoas pra alguma coisa importante, entendeu? Sou meio relativista, não sei o que exatamente, de tudo um pouco, de tudo que é errada, eu tô lutando pelo certo. (Patrícia).

Ao se verificar que houve intensões de mudança de profissão, surgem diversos questionamentos, a fim de aclarar essas vontades, sobretudo, da Patrícia, acima citada. O que a levou a se interessar a mudar de profissão? Se queria mudar de profissão, porque fez várias capacitações ligadas à sua área da prostituição? Será que ela queria realmente mudar de profissão? Porque ela não conseguiu seguir em outra área? Será que por conta da dificuldade do mercado? Será que por conta de seu histórico como prostituta? São perguntas que não foram respondidas por ela própria, mas que devem ser analisadas e submetidas a uma possibilidade de fatores pelos pesquisadores.

Para se entender tal oposição, talvez a fala de Monique Prada a explique que,

[...] do meu trabalho eu gosto. Do que dele acarreta não é agradável. Por isso, a gente tem que falar sobre isso o tempo todo. (Monique Prada).

Ou seja, o estigma, o tabu, aspectos dos quais já se disse, corrói as relações sociais entre as prostitutas, tornam seus trabalhos como algo deprimente e desgostoso.

Desta forma, pode-se afirmar que a prostituição é sim trabalho, onde o trabalho sexual é prática laboral, formadora de identidade coletiva, influenciando as

mulheres em um espaço social, histórico e cultural. E como tal pode ser considerada profissão, que deve ser regulamentada e regulada por órgãos superiores do Estado.

C – Preconceito e Discriminação

Quando se pensa em debate a respeito do feminismo, deve-se ter em mente a relação de opressão e liberação das mulheres, que refletem de maneira a cercear os limites destas mulheres, impondo padrões de comportamentos, que se contestados ou rompidos geram reações como o preconceito e a discriminação. Neste foco, acredita-se na importância do movimento social das e às mulheres, os quais visam o rompimento destes padrões tradicionais e atualizados que mantêm as mulheres reféns desta opressão, a fim de que se possa comungar a igualdade entre os sexos, no que se refere aos diversos direitos entre os dois.

Outra questão que se deve levar em consideração ao estudar o feminismo, é que, como todo movimento social, tem suas falhas e acertos. Desta forma, como forma didática, os estudiosos atualmente o dividem em três fases, as quais são complementares entre si e não são estanques, isto é, recebem influências constantes dos movimentos dinâmicos da própria sociedade, na qual se insere. Com certeza, pode-se afirmar que como em qualquer outra divisão histórica, suas fases se interpõe, a ponto de se verificar características de uma em outra. No entanto, o que se deve levar em conta são seus momentos mais fortes de luta. Além disso, verifica-se que a fase posterior tende a readequar as lutas da fase anterior, que por motivo ou outro possa ter ficado descoberta, inatingida ou equivocada.

Frente ao exposto, vale destacar que a opressão das mulheres está intimamente relacionada à discussão da política de classe da esquerda e instâncias sindicais e também, à concepção do trabalho e seus caminhos do conhecimento, ou seja, grosso modo, à divisão sexual do trabalho, que, muitas vezes, segundo Rosaldo e Lamphere (1979), dão suporte a esta desigualdade ou, até mesmo, mina os poderes das mulheres.

As mulheres, enquanto movimento e frente à análise da classe econômica, têm estimulado debates políticos, desafiando a dominação masculina em interesse comum das mulheres de todas as raças, etnias e classes (FERGUSON; HENNESSY, 2010).

A natureza humana se dá de forma diferente em espaço e tempo, ou seja, há mudanças das relações entre trabalho humano e natureza ou nas relações dos seres humanos entre si, conforme o local, onde se dão estas relações, espaço rural ou urbano e de acordo com o tempo histórico.

Dentre as diversas filosofias que discutem as relações humanas, há o Marxismo, o qual, como é sabido, constitui uma filosofia que ressalta o trabalho como centralidade na construção da natureza humana e de seu próprio conhecimento. Seu estudo acerca das relações sociais de trabalho se faz frente aos diferentes modos econômicos e sua produção da desigualdade, exploração e opressão, devido às relações de dominação, tal como o sexismo (ENGELS, 1990).

Conforme a análise de Engels (2000), na história dos diferentes modos econômicos de produção, há momento em que a situação das mulheres se mostra igual, ou até mesmo mais forte que a do homem na forma comunitária de produção com a organização familiar matriarcal.

As mulheres perdem o poder, no momento em que há a supremacia da propriedade privada, enquanto modo de produção, o que coloca as famílias na forma do patriarcalismo, vinculando a mulher ao pai e ao marido (FERGUSON; HENNESSY, 2010).

Desta forma, a ascensão do Capitalismo, o qual separa os membros da família na produção de mercadorias, solidifica o controle dos homens sobre as mulheres, já que estas se tornam dependentes economicamente daqueles, os quais se tornam provedores da família nuclear patriarcal.

Há sim a alternativa das mulheres ingressarem no trabalho assalariado e se tornarem independentes, no entanto, o Capitalismo ao se consolidar como sistema econômico geram forças contraditórias, pois instaura também a divisão sexual do trabalho, delegando às mulheres o trabalho doméstico (ENGELS, 2000), e as deixa com dupla jornada, o que, muitas vezes, torna-se impossível, sobretudo, devido ao grande número de membros nas famílias. Além disso, quanto mais fragilizada economicamente é a família, maior a dificuldade da mulher se desvincular do trabalho doméstico.

Deste modo, há a necessidade de luta para a reestruturação societária, a fim de que se consiga a igualdade entre os sexos e, como visto, a igualdade econômica e financeira. É neste viés, que trabalha um dos movimentos social conhecido como Feminista, o qual surge por volta de 1848, ganhando cunho

reivindicatório, inflamados pelas revoluções da época, principalmente pela Revolução Francesa, que trazia o lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade, emblema reivindicado também pelo movimento feminista, ou seja, exigiam que as mulheres fossem abrangidas na aquisição dos direitos conquistados na sociedade (BETONI, [2016]). Para melhor compreensão, o feminismo é estudado em fases. O movimento feminista possui três momentos importantes:

Primeira onda

Na primeira fase, que se estende do século XIX até metade do século XX, há maior realizações de ações no Reino Unido e nos EUA.

Neste primeiro momento, há uma luta por direito, sobretudo, na arena da política, em poder votar e ser votada. Além do destaque nos campos econômico e da propriedade privada. Lutava-se também em prol dos direitos sexuais e reprodutivos e contra os casamentos arranjados. Vale destacar que o feminismo ampliava sua luta também contra a escravidão.

Segunda onda

Já neste momento, que acontece em um período menor, entre 1960 e 1980, é travada uma luta contra as desigualdades culturais e políticas, que atingem as mulheres, ocorridas devido à redução ou, até mesmo, falta e negação do acesso às diversas instituições dentro da sociedade.

Neste viés, o movimento feminista é também conhecido como momento de liberação da mulher, luta pelo fim da discriminação e em prol da completa igualdade entre os sexos, combatendo, portanto, as estruturas sexistas de poder (CAMARGO, 2010).

Terceira onda

Na terceira fase, que se dá a partir da década de 1990, até os dias atuais, há uma continuidade das lutas propostas no segundo momento, no entanto, reconhece-se as falhas e omissões, a fim de corrigi-las e implementar novos combates e propostas, sempre visando a igualdade dos direitos entre os sexos.

Promove-se discussões relativas à questão cultural, social e política, sobretudo, a respeito da mulher negra (CAMARGO, 2010).

Nesta fase, há o reconhecimento da diferença biológica entre os sexos, entretanto essas mesmas diferenças são valorizadas nas condições socioétnicas das mulheres. Assim há a contestação do que se definia como feminilidade, baseada na mulher branca, rica, heterossexual, em idade “produtiva”. Busca-se aí repensar e recriar a identidade de sexo (ALVES; PITANGUY, 1991).

Ademais, é agregado também no feminismo a concepção pós-estruturalista com abordagem micropolítica, isto é, não há centralidade neste movimento, sua auto-organização é estimulada, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e de cada localidade. Desta forma, o movimento feminista se forma de modo particular em cada local, visando lutar pelas falhas de cada lugar (FERGUSON; HENNESSY, 2010).

Outra discussão desta fase, é que uma das soluções da problemática do direito da reprodução é transformar todo o trabalho doméstico em trabalho assalariado. Mesmo porque, o próprio significado de trabalho doméstico se dá nos espaços socioculturais construídos.

Para se entender a totalidade social acerca do trabalho, é necessário que se perceba as nuances e especificidades, tais como a divisão sexual, a divisão racial, dentre outras, que institucionaliza a desigualdade e discriminação, oprimindo, excluindo e dominando as mulheres.

Para Ferguson e Hennessy (2010), o debate das diversas teorias feministas contemporâneas se preocupa na análise da intersecção e integração feminista que procuram dar peso igual ao gênero, raça, classe e sexualidade no contexto global. É importante citar novamente que no trabalho a diferenciação entre pessoas brancas e pretas se faz presente, determinando a hierarquia e classe social, onde a maioria das pretas ficam em seus patamares inferiores. E isto pode se dever às desigualdades socioeconômicas e político-culturais entre essas mulheres, devido ao acesso desigual nas instituições públicas, como educação, saúde, dentre outras.

Vale ressaltar que há três variáveis importantes que definem a classe social das mulheres, a saber – “[...] trabalho individual, família de origem e unidade da economia doméstica atual.” (FERGUSON; HENNESSY, 2010, tradução nossa). E pior, para Rita Mae Brown (apud FERGUSON; HENNESSY, 2010, tradução nossa),

[...] educação e status acadêmico não mudam automaticamente a identidade da mulher da classe trabalhadora, a qual está baseada não só na relação da produção, mas no comportamento, nos pressupostos básicos da vida e experiências na infância.

Pode-se afirmar que a concepção das mulheres em relação ao trabalho é, muitas vezes, definida segundo sua família de origem. Por exemplo, se certa mulher vem de uma família abastada, onde o pai e a mãe estudaram, inclusive ela, cuidar da casa para ela é um trabalho muito mais valorizado, do que para aquela onde os estudos formais não fizeram parte da família de origem e o trabalho é sobrevivência. Para esta, o serviço de dentro da casa torna-se obrigação da mulher e não tem valorização, seria como se ela não trabalhasse, já que não é um trabalho assalariado.

Recentes estudos já incluem o termo “mulheres” nas expressões padrões da sociologia, filosofia, dentre outras, como por exemplo, “classe trabalhadora feminina”, visando enfatizar a diferenciação que ocorre no cotidiano societário e que acarreta desigualdade social, econômica e outras mais.

Vale ressaltar que, dentro do patriarcalismo, o papel da mulher, esposa e mãe se constitui de um trabalho doméstico não remunerado e explorado. Para Ferguson e Hennessy (2010), se esta mesma mulher consegue um trabalho assalariado, ela não terá uma identidade social dada e sim conquistada, já que é formada pela organização política em seu lugar de trabalho, em casa e na comunidade. Para as autoras, este conceito de classe sexual ou divisão sexual é análogo à epistemologia feminista.

Nesta mesma linha de pensamento, Alves e Pitanguy (1991, p. 9) definem a diretriz do feminismo como o “[...] repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades [...] sejam atributos do ser humano em sua globalidade.”

Para Ferguson e Hennessy (2010), há distinções básicas, no que concerne as lutas do feminismo dentro da categoria denominada pelas autoras de “interesses”, os quais podem unir as mulheres na luta política. Ao estudar alguns autores, elas encontram diferentes formas de análise desta distinção. Para uns, a separação está ligada à classe econômica e visa uma luta pela manutenção do bem-estar físico e psicológico; são lutas, que ainda ocorrem em algumas sociedades,

como por justiça econômica, educação, saúde, água limpa, comida, moradia e mais alguns; enquanto que em outros lugares, extrapola-se a classe econômica e forma-se uma classe de gênero ou de sexo, lutando contra a violência masculina, direitos reprodutivos, legalização do aborto, direitos contra o estupro, paridade de gênero, dentre outros. Para as autoras, esta divisão mostra o tensionamento, sobretudo, dos movimentos populares das mulheres na América Latina.

No entanto, há outras formas de se pensar a problemática. Vale destacar que há a distinção de lutas por “interesses”, porém essas se dão dentro do nível de necessidades e prioridades, variando conforme a raça e classe econômica, ou mesmo, entre elas.

Apesar das diferenças, existem unidades comuns que se tornam partes de lutas nacionais e transnacionais, formando um feminismo universal, a fim de negociar mudança concretas, visando a justiça social. Além disso, os conceitos de classe trabalhadora, classe profissional e classe capitalista ainda não foram superados, permeando a condição do gênero e enfatizando a distinção dos sexos.

Ao se pensar em feminismo, deve-se entender, principalmente o conceito da própria palavra, que está impregnada da ideia de extensão dos direitos, da luta por igualdade entre os papéis das mulheres na sociedade e aqueles dos homens; e dos poderes que permeiam as relações dos sexos.

Desta forma, vê-se que ao se formular uma ideia, há também estruturas que buscam implementá-la, a fim de se avançar na igualdade entre os seres humanos. Neste sentido, também, percebe-se que os próprios conceitos são dinâmicos e se reatualizam, como por exemplo, o sexismo, que passa a ser percebido, com veemência, como a discriminação fundamentada no sexo. Tudo isso se dá devido a períodos da história, onde a dominação de uns sobrepõe a de outros, gerando consequência e rebatimentos que podem perdurar por longas décadas, como o caso do patriarcalismo.

Além de tudo o que já foi exposto, é preciso lembrar que o feminismo não consegue transpor a divisão de classe como proposto pelo movimento. Desta forma, vê-se que permanece diversas formas de diferenciação, fomentando as questões sociais e as relações sociais de gênero como formação identitária com rebatimento nas representações sociais dos seres humanos, os quais acreditam e reproduzem a nossa de hierarquia entre as pessoas na sociedade por meio dos diversos fatores de diferenciação, como cor, raça, religião, classe, dentre outras.

Ao se falar em preconceito e discriminação é mister colocar em pauta, que se parte da noção de que o preconceito e o estigma surgem e são incorporados dentro das relações sociais do cotidiano, tornando-se assim representações sociais. Por meio destas, há o processo de discriminação, o qual se faz por diversos mecanismos, como a exclusão, o desrespeito, a violência, dentre outros. Esse mesmo pensamento é compartilhado quando,

Acho que tudo que não respeita minha opinião e o que me ofende é desrespeito e violência ninguém é obrigado a concordar com nada, mas deve respeitar minha opinião e opção sim. [...] várias vezes, preconceito e discriminação é latente no nosso dia a dia, seja com a prostituta, o negro, o pobre e outros. (Paulinha).

Apesar de se ter claro que o preconceito e a discriminação existem, e que suas diversas formas de exclusão são sentidas na sociedade, muitas vezes, Paulinha não consegue determinar se já enfrentou dificuldade no trabalho da prostituição:

Ainda não tenho opinião muito formada. [...] sim, ser apontada em locais é chato, mas..., mas não abaixo a cabeça nunca. [...] Várias vezes, no Habib's da [avenida] Nove de Julho, quando abriu, não podíamos entrar por sermos prostitutas. (Paulinha).

Já, eu já sofri violência na rua. Eu já fui... da última vez o cara tentou me matar dentro do bar, do apartamento, aonde ele tava morando. Ele tava drogado e como ele tava drogado, ele não tinha nenhuma reação ou seja, o p.... não subia mesmo, tava mole, ele queria transar de tudo quanto era jeito. Queria que eu fizesse sem camisinha e eu disse que não. Ele começou a me agredir, eu comecei a gritar e tentar a lutar com ele e ele me bater. Ele tinha trancado a porta e o amigo dele tentou arrebentar a porta, mas não conseguiu. E ele viu que eu tava no desespero e falava pra ele que não, por favor que não me esturpasse, que não me batesse e fui gritando, e naquele desespero dele gritar e ele me bater com ele, ele catou, me deu gravata. Ele já tinha pegado do chão um bolo de meia e me enfiou dentro da minha boca e foi, me deu uma gravata e foi apertando e nossa... O dia que meu anjo, e nossa Senhora Aparecida, nunca me abandona. E foi nesse momento que gritava tanto, tanto, chegou, perto da cama, eu bati o pé na cama pra ver se eu empurrava ele pra parede pra... né? e nisso que eu empurrei, ele foi pra trás e eu bati a mão na janela. A janela era de corre, a janela correu e abriu. Em frente tava um monte de gente do prédio, onde ele tava, onde a gente tava. Tava aquele monte de gente gritando: "solta ela!". Chamaram a polícia e ele ficou tão desesperado, eu já tava desmaiando, sabe?... aí ele me jogou no chão, abriu a porta me jogou fora do quarto, nua. Catou as minhas coisas, jogou lá e se trancou no quarto. E o amigo dele me levou pra fora... essa foi a última vez que aconteceu algo assim comigo. A polícia foi chamada, dois rapazes tentaram pegar ele, mas... (expressão facial de que nada aconteceu).

[...] mas eu já tive um outro caso bem antes. Um esturpador aí, que já era acostumado há anos a pegar garota de programa e aprontar com elas. Eu, infelizmente, pela minha ambição, meu olho gordo, sabe? Aquele negócio de querer mais e mais e mais e o cara, numa vacilada, ele me pescou, né?.

Fui parar de moto, fui parar no meio dum canavial, indo pra [cidade] Cruz das Posses, sabe? de madrugada. O cara, ele não, assim, fez sexo comigo, porque não tinha camisinha. Aliás, tinha camisinha, mas Deus foi tão bom que ele não conseguiu ver a camisinha. O vagabundo era tão sem-vergonha que me roubou três moedinhas de um real, você acredita? Vagabundo mesmo, pé de chinelo. Mas ele me machucou, me bateu bastante, que eu tive que ir pro pronto socorro. Ele me bateu, machucou meu rosto, tá? Então isso, mais outros que aconteceu, você tá entendendo? Fez com que eu não me desesperasse tanto como aconteceu isso, tá? Mas fez pra me dar um alerta. Tipo: “cara!, sei lá, você já não conseguiu o que você tava querendo? As coisas já não tava entrando no eixo? Então procura organizar!”, eu comigo mesma, “procura organizar as coisas, tá? Já que tá tudo entrando nos eixos, vamos pegar um outro caminho”. Acho que não precisa mais, né? ficar batendo mais nisso. Acho que eu aprendi, tudo o que eu precisava aprender pra levar minha vida daqui em diante com minha família, sabe? Com meu filho, com meus irmãos, mas machucou, me pegou sim, vários dias eu fiquei com medo, mas... é... (Patrícia).

Frente a esta problemática, a mídia, a educação, dentre outros seriam instituições importantes para desmistificar a realidade. Apesar que Paulinha não consegue perceber essa importância:

Não tenho opinião [a este respeito].

Porém, como dizem os ditados populares, notórios no Brasil: “*pior do que não fazer, é fazer errado*” e “*muito ajuda, quem não atrapalha*”. E é assim que parece acontecer, pois a mídia brasileira retrata a personagem das prostitutas de uma forma equivocada, ou seja,

Péssima. Sempre fora da realidade. (Paulinha).

Ao descolar as personagens da realidade, a mídia provoca um efeito contrário ao educativo, pondo em evidência as prostitutas, no entanto, proporcionando pouco debate sobre o assunto e fazendo ressurgir mecanismos novos de preconceito e discriminação.

D – Identidade, Cotidiano e Relações Sociais de Gênero

Ao se propor em estudar o preconceito e a discriminação, surge primeiramente a indagação, de como se forma esses dois elementos, no individual ou no coletivo? Quais são os reflexos destas atitudes na pessoa que o recebem? Deste modo, visou-se refletir acerca das identidades como construções sociais do

uno e do coletivo, focado nas relações sociais de gênero que permeia a cotidianidade.

Identidade é um termo que pode se apresentar de forma simples, mas que como o termo gênero, tem variada semântica da língua portuguesa, podendo se referir a característica do que é idêntico ou semelhante, pode designar itens pessoais como carteira de identidade, ou até concordância e características que identificam uma pessoa.

Entretanto, ao contrário do que se apresenta em primeira vista, identidade mostra-se, em várias áreas e, sobretudo, nas ciências sociais, uma forma complexa e até mesmo paradoxal, já que cobre, ao mesmo tempo o particular e o geral, já que “[...] o que define o sujeito na diferença (identificar alguém) é o que o assimila a outrem ou a um certo número de sinais, em número limitado, que o prende a outros.” (DUPARC apud CECCARELLI, 1995, p. 200, tradução nossa). Para o autor, o termo de identidade, neste caso, parece em várias ideias, às vezes, paradoxais: a permanência, a imutabilidade, mas também, a garantia de um estado separado, de uma unidade.

Percebe-se que há uma coesão que leva à distinção. Só se pode definir identidade a partir da análise na dinamicidade societária, isto é, a identidade que tanto define uma pessoa em sua diferença, é por ela mesma que se pode definir o grupo a que esse sujeito pertence. A identidade é um elo entre dois elementos, que designam sua similaridade. É por isso que se pode falar em “identidade de um povo”, o que referencia o particular a uma dada nação, raça, dentre outros. Para Ceccarelli (1995), a diferença entre as pessoas pode ser algo insuportável.

Mia Couto em seu poema intitulado “Identidade”, define assim:

Preciso ser um outro
para ser eu mesmo
Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta
Sou pólen sem insecto
Sou areia sustentando o sexo das árvores
Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro
No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço

Vê-se que em tão poucas palavras e escassas linha, Couto define identidade como algo que nasce na própria contradição inerente ao ser humano, e

essa contradição mostra sua necessidade de se identificar e de se caracterizar, descobrindo seu próprio eu, marcando seu próprio território, mas também marcando o agrupamento a que pertence. As características de cada ser se encontram em outros da mesma sociedade e os traços dos outros se encontram em cada ser. Ao mesmo tempo em que se constrói as próprias identidades com aspectos individuais, abandona-se diversos desses itens a favor de tantos outros coletivos. Mas que ao mesmo tempo, esses aspectos individuais são adquiridos por vários outros, não se tornando mais, portanto, individuais, mas sim coletivos. Essa formação se dá por meio de um movimento dinâmico entre passado e presente, dentro do qual o novo é construído com o alicerce do passado, havendo assim a interação do passado e do presente na construção de uma futura identidade, na qual se vê característica do antigo e novo, do individual e do coletivo. É válido atentar, que essa é uma ação natural, onde as relações sociais fazem seu papel de interação, assimilando características do coletivo e transmitindo os traços pessoais de cada um. Como bem explicita Couto, lutar contra é inútil, é um suicídio, mas lutar para que todos tenham sua individualidade respeitada, mesmo tendo as características do coletivo é florescimento, renascimento.

Diante do exposto, surgem novamente uma série de questões filosóficas que muitos indagam, e que pode perdurar por toda a vida, no entanto, são perguntas que, por consequência, ajudam a caracterizar cada ser – quem sou eu? Para que estou aqui? De onde vim? Pra onde vou? Por que nasci assim? Por que nasci mulher ou nasci homem? Por que não tenho tais direitos? Por que tenho que ter tal atitude, enquanto mulher ou homem? E assim por diante.

Este conhecimento íntimo auxilia na atualização da compreensão de si perante o mundo, dando margem às características pessoais, subjetivas, locais e global, que garantiriam saber, o que me caracteriza e me diferencia de qualquer um outro (HALL, 2006). Para o autor, as identidades se dividem em três, sendo – individuais, locais (nacionais¹⁰ ou de comunidades) e global (pela globalização) e elas se inter-relacionam e se interseccionam uma às outras, gerando um movimento de fluxos culturais que são produzidos dentro das próprias identidades e se introduzem umas nas outras, isto é, tanto as identidades antigas quanto as novas já

¹⁰ Para Hall (2006), identidades nacionais representam aquelas da comunidade em que se vivem.

não são as mesmas, tornam-se renovadas. Logo, há a fragmentação das identidades, pluralizando os sujeitos e suas identidades.

E, deste modo, nem o global, nem o local se perfazem de modo completo, isto é, “[...] a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do global nem a persistência [...] do local. Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios.” (HALL, 2006 p. 97).

O mesmo autor ainda especifica que, há movimentos de deslocamento, onde ou as identidades tendem a se manterem na tradição, ou seja, tentam

[...] recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas. [...] [ou a se transformarem e] aceitam que as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença. (HALL, 2006, p. 87).

Tanto um, quanto outro é afetado diretamente, o que resulta em novas formas de identidade cultural com resquícios das antigas, ou naquelas velhas formas transformadas. Para aqueles grupos que se aceitam a se transformarem.

Desta forma, se há a inter-relação e a interseção entre as diversas identidades dentro de cada indivíduo, pode-se supor que as identidades individuais dão características próprias a cada ser humano, no entanto, mantêm também características dos outros e do todo, e vice-versa, onde pode-se perceber no todo e no outro, traços de si próprio.

Além disso, “[...] existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional [comunitária, local], e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, acima e abaixo do nível do estado-nação.” (HALL, 2006, p. 73). O que demonstra a forte influência do externo na identidade interna e um centro de convergência, tornando as identidades com características de certo agrupamento de pessoas comuns entre si e, ao mesmo tempo, plurais.

Assim, percebe-se que não há uma única identidade entre as prostitutas, sujeitos desta pesquisa, mas sim diversas identidades, que se compõem, se aglutinam e se unificam em uma identidade nacional, comunitária. Evidentemente, há mesmo que essas identidades sejam plurais, há características em comum, de identificação, entre as pessoas que as compõem. Os traços individuais serão percebidos, no entanto, características de uma sociedade também poderão ser detectados.

Vale lembrar que, as identidades surgem também do sentimento de pertencimento, ou seja, as características do(s) grupo(s), ao(s) qual(is) pertence(m) são compreendidas na grandeza identitária. A identificação com certo grupo (pertencimento) faz com que as pessoas que compõem aquele grupo estejam abertas para a troca natural das características do individual e do coletivo.

Mesmo quando se pensa em traços, verifica-se que há diversas formas de identificar ou caracterizá-los, pois podem ser características pré-determinadas externas como cor dos cabelos, tom da pele, formato dos olhos, dentre outras; e podem ser características internas como bravo, calmo, ríspido e até a própria identidade.

Deste modo, os processos de caracterização interna vão refletir na totalidade do ser humano. Muitas das características dos indivíduos se apresentam conforme se dá a interação social dos indivíduos, de lugares, dentre outros diversos fatores que podem influenciar a construção identitária de cada indivíduo. Essas características vão ser representadas conforme as trocas interacionais nos processos sociohistóricos, político-culturais e demográficos do cotidiano. Daí a mudança de cor de cabelo, modo de vestir, utilização de adornos, modos de se comportar, expressões na linguagem, dentre outros passam a refletir suas posições internas. Tudo isso compõe a identidade.

Vê-se, assim, que ao se analisar as pessoas, consegue-se extrair delas elementos que vão caracterizá-las pertencente a tal ou tal grupo. Determinando, grosso modo, a identidade, no caso desta pesquisa, do agrupamento das prostitutas e não delas em si, mesmo sabendo que não há uma identidade única e unificadora, mas sim traços que podem dar indícios de uma identidade coletiva.

Para Ceccarelli (1995), a identidade de cada povo é, muitas vezes, alvo de luta para manutenção desta identidade, como por exemplo as guerras interétnicas, que ocorrem, com o intuito de preservar o que há de íntimo, de particular de uma raça, de uma nação, a qual, para Hall (2006, p. 62), é perpetuada pelas memórias, pela herança e pelo desejo de viver em conjunto. Ainda deve-se atentar que não há identidade unificadora, já que as culturas locais “são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo unificadas apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural”.

E também, quiçá, por não suportar a existência do diferente, o que gera crises para a proteção da identidade existente, que ao mesmo tempo traz mudanças a ambas identidades.

Tem-se que, em se tratando de identidades, a condição de permanência, continuidade e certeza se desmancham no ar nestes tempos pós-modernos, mesmo porque “[...] o sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno.” (HALL, 2006, p. 46).

O sentimento de individualidade somado à capacidade de poder perceber o outro como tal resulta na possibilidade de estabelecimento das relações sociais. Desta forma, vê-se que “[...] o que nos distingue, é menos a realidade de quem somos respectivamente que a ideia que nos forma com nossos princípios e de nossa própria identidade.” (CECCARELLI, 1995, p. 202, tradução nossa).

Nota-se que é inegável que a formação da identidade compreende o ser em si e sua interação com o ambiente que o rodeia, entretanto é algo que não se pode definir especificamente, surgindo assim, as diversas concepções do que é identidade. A formação da identidade individual e coletiva se forja constantemente dentro desses parâmetros ideológicos desde a infância.

Ainda, para se combater os mecanismos novos de preconceito e discriminação, acredita-se na importância do autoconhecimento por parte das prostitutas, concernente aos marcadores sociais da diferença, anteriormente estudando. Neste sentido, Paulinha relata que sabe o que é relações de gênero e afirma que, em nossa sociedade, não há igualdade de gênero. No entanto, ela mesma acredita que o Brasil está com boas políticas públicas destinadas ao intuito da igualdade.

Ela ainda sugere a inclusão da temática na educação, para que haja maior igualdade sexual. Já que,

Para a sociedade, a prostituta é considerada um lixo. Não, alguma coisa está errada na relação destas pessoas. Eu estou no meu local de trabalho, não pedi para ninguém me procurar. O que esses homens não estão recebendo em casa, que precisa dos nossos serviços? Que, às vezes, é só para ouvir. (Paulinha).

A gente vê a prostituta, como diz Gabriela [Leite], como dizia Gabriela, da cintura pra baixo, a gente precisa ver ela inteira. (Monique Prada).

Como se viu, a prostituição só existe, pois há clientes. E como Paulinha afirma, apesar de ser menosprezada pela sociedade, há uma parcela desta que procura por seus serviços. Mesmo porque, para ela, há integração dela com os clientes, homens e mulheres no cotidiano na forma de aceitação, cumplicidade e ironia. Ela mesma cita que seu relacionamento por ser prostituta é ótimo, pois:

É minha vida, ninguém tem que palpar. [...] a nossa função é vender prazer, fantasias sexuais. Prostituição é uma profissão, a mais antiga do mundo, portanto merece respeito. (Paulinha).

E para a própria Paulinha, a profissão como prostituta lhe trouxe momento agradáveis, já que,

Saí de casa sem nada, o que me marcou foi o meu primeiro cliente. Tratou com muito respeito, ouviu minha história, me tirou da casa e alugou um apartamento para mim, me dando uma vida de princesa. [...] [hoje] eu me sinto respeitada como prostituta, a sociedade, em geral, me respeita, meus clientes.

A prostituição como qualquer outra profissão pode trazer sucesso ou insucesso. Percebe-se que a prostituição é trabalho, pois elas também têm suas vidas cotidianas como qualquer outra profissional, como relatado:

Praticamente agora não tem muito o que fazer. Final do ano, não tô fazendo academia, não tô fazendo curso, acabou tudo. Eu saio pra passear com a Meg [, minha cachorra]. Eu saio pra almoçar, que não faço comida em casa. Sozinha não tem graça. Saio pra passear com a Meg... o que mais?... Houve o... eu... o que mais?... Ah! Vou na padaria, bato papo com meus amigos. Ai gente! Sai pra caminhar. Vamos fazer um lanche, passeio no shopping. Assisto novela, não posso perder minhas novelas. Principalmente,... eu vou falar, gente!, vou abrir meu coração. Momento Sadia ou Perdigão, Hum!, eu não me lembro bem (risos)..., mas eu sou viciada em novela, você sabe? Meu coração tá ali. (Patrícia).

Entretanto, apesar da vida praticamente comum, como qualquer pessoa, há impedimentos que faz com que a vida da prostituta seja restrita em diversas situações, já que, muitas vezes, a sociedade cobra um comportamento padrão de todas as pessoas. Assim,

Mas o meu psicológico já... já trabalha assim. Um dia que eu fiquei sem tomar meu remédio, minha personalidade ruim, maléfica, ela já psi! (Emite som forte com a boca), já ataca, entendeu? Então eu prefiro evitar tudo isso, tá?... Eu sou bem aquela frase... ah! Na dúvida, absteém-te! Então, eu prefiro ficar em casa. Porque, oh! Não tem uma vez que não saio pra ir me divertir, pra ir fazer alguma coisa e algo não aconteça, sabe? Pra me desagradar, pra tirar a gente do..., então eu prefiro ficar. Chegar em casa, entro na net,

fico tentando mexer naquele maldito Facebook. Eu faço alguma coisa, enrolo. Aí eu mexo nos meus filmes que eu tenho por aqui, na verdade, só tem dois que presta... (Patrícia).

Sim exige [um comportamento padrão]. Vivemos em uma sociedade retrógada, conservadora e hipócrita. (Paulinha).

[...] a sexualidade da mulher é uma coisa clandestina. A mulher precisa muito..., no entanto o homem pode e deve expor o quanto ele é promíscuo, o quanto ele é conquistador, o quanto ele é maravilhoso, nós nos escondemos sempre. Isso você imagina como é que cai isso pr'uma prostituta que tá lá numa esquina ou na esquina da tua internet, que é o site, mas sempre de rosto coberto como os nomes trocados, ela não pode ser denunciada. Ela tem muito medo. É uma situação de clandestinidade no teu próprio país. (Monique Prada).

A gente traz [o cliente] pro quarto, com a mãozinha assim [dada e entrelaçada], ele... (Soninha).

Esse comportamento padrão pode se ampliar e adentrar inclusive na vida privada, no corpo, na estética, visto que,

Eu me cuido. Toda mulher tem de ser vaidosa, se cuidar. Mas eu antes, já não sou ao extremo como era antes. Hoje não. Hoje eu tenho mais, é..., dou mais conta, eu reconheço outros valores em mim, ter outras coisas em mim que eu acho bacana é que eu tenho que valorizar e expor pra fora, entendeu? Eu não..., não só a beleza. Eu também me preocupei muito com isso, eu queria por peitão, ver as meninas fazer uma coisinha assim, né? assim na barriga e tal. A gente ia fazer lipoaspira, coisinha e tal, mas, é..., sempre tive medo. Não foi por falta de oportunidade e dinheiro, mas foi por medo mesmo. Já tinha combinado com uma mulher dela ir me levar no hospital e trazer depois da operação, mas eu fiquei com medo, muito medo, muito. [...] então eu percebi, eu ganho dinheiro, trabalho, tenho... consegui as coisas desse jeito mesmo, pra que? Tá ganhando dinheiro, tá bem, então... E isso me ajudou demais. Se eu tivesse feito alguma coisa, eu não ia me valorizar, me respeitar, eu ia ser um par de silicone, andando pela rua, sabe? Uma coisa oca, vazia, entendeu? Porque não é legal. É bacana ver um homem babando, com uma mulher do peitão, com a blusinha aqui, com a barriguinha tal, não sei mais o que, mas de repente tu bate ali, bem! É oco, sabe? Não tem o porquê. Você não tem satisfação de estar do lado de uma pessoa, né? eu, por exemplo, eu não teria satisfação de estar do lado de mim mesma, se tivesse colocado peito porque eu queria e tivesse deixado de lado de trabalhar minha cabeça. As coisas que eu gosto, de me conhecer que eu gosto, ou que eu não gosto, entendeu? O que me faz bem, o que não faz, tá? Então eu já cheguei num ponto que eu queria ter muito dinheiro pra ter tudo o que eu quisesse se comprar. Eu já tive bastante dinheiro, então o que eu quisesse fazer, eu faria, uma joia, um carro, tá? Mas eu não tinha amigos de verdade, eu não me sentia bem. A minha estima era baixa. Autoconfiança? Pu! Lá no pé, entendeu? (Patrícia).

Diante deste comportamento padrão exigido pela sociedade, observa-se que há um certo policiamento por muitos, o que faz com que a exigência seja cobrado, podendo gerar violência, como é relatado:

[...] por conta de tudo que você passa, quando você passa a fazer parte desse mundo da prostituição. Mundo!? Esse submundo. Você já tem que ter..., você já escuta isso de todo mundo que te rodeia, é cliente ou de todos os órgãos que envolvem esse mundo, polícia e tal, e tal. Todo mundo já avisa pra você que você tem que ter a consciência seguinte, tá na chuva é pra se molhar, tá? Como já ouvi. Fui estuprada por um cliente, o delegado virou pra minha cara e disse, mas isso, ah! Um delegado não, minto, um policial, mas isso é acidente de trabalho, não é?... tá?... é um dia que aconteceu isso comigo, um policial disse, olha eu não posso fazer nada, porque você sabe que o que você faz é errado... (pausa de indignação). Meu psicológico já tava tão abalado que eu não ia discutir. Eu sempre fui muito boca dura, mas aquele momento, eu falei: não!... não, não, não. Fui de a pé até próximo à [avenida] Nove de Julho, porque foi lá no, pra trás do [supermercado] Extra. Ali na [avenida] Presidente Vargas. Lá pra trás, eu vim de a pé até na Nove de Julho, aí depois eu resolvi, peguei o mototaxi e vim pra casa. (Patrícia).

[aconteceu violência] já, não comigo não, porque eu sou mais violenta do que o cliente. Rodo, vassoura, o que tiver no quarto, a gente agride, p.... de borracha na cabeça, eu não vim aqui pra apanhar. (Soninha).

Esta violência, acima descrita, é, muitas vezes, corroborada por profissionais que tiveram formação. Mostrando a força do senso comum, que se não trabalhado rende-se a atos incivilizados.

E mediante a toda a gama de sucesso e insucesso, de dificuldades e prazeres, preconceitos enfrentados nesta profissão, muitas profissionais se rendem a subterfúgios, que podem prejudica-las no trato social, e um desses elementos, é a droga, presente na sociedade brasileira atual e que permeia todos os segmentos. Inclusive as prostitutas, muitas delas, fazem uso deste alucinógeno, como pode-se ver:

Já... puxa! Ainda tem, um pouquinho, mas agora é controlada. A minha mãe não sabe disso. E... no princípio, depois que tem que deixar a câmera... Acontece mãezinha, tá? Eu não queria que a senhora soubesse disso, mas eu vou ser obrigada a contar... sim eu fui viciada em cocaína alguns anos. Gente! Vocês acham que eu vim parar nesse apartamento assim (aponta o apartamento)? Isso daqui foi obra de Nossa Senhora. Você não tem noção! Tudo obra deles de cima, porque eles viu que eu tava lá me consertando, pelo menos eu tava tentando, né? e ainda continuo. Mas eu tava... Eu cheguei tipo 30 quilos. Meu! Tenho 52, eu já cheguei a 30 quilos, porque eu tava em uma puta depressão, é aquele negócio de me mato, não me mato, eis a questão, sabe? E aí, pó, pó, pó, pó... Mas eu nunca me prostitui em troca de droga, tá? Eu nunca nem fazia menos por conta de droga. Não, é sempre aquilo, o programa é 100 reais? É. Aí quando eu queria cheirar, que foi só cocaína e a maconha, tá? Eu queria cheirar, eu trabalhava primeiro, depois eu ia lá e comprava um, certo?... Mas isso aí tava aí. Tava uma puta depressão, eu tive depressão pós-parto, eu não tratei disso. Então tudo juntou, sabe? Sabe quando junta, aquele emaranhado de coisa? Virou uma bola de neve, entendeu? E... tá... e... cada vez que eu me via em um buraco, eu fui parando, eu fui, de um lugar, eu fui parar num outro buraco, já não dava mais, pronta para me jogar na frente de um carro, já tava atravessando a rua e o carro frear em cima, sabe? Inconsciente mesmo, eu

tava tentando me matar mesmo, aí acabou... Nossa, aí eu me levantei graças a Deus depois que eu vim pra cá. [...] aí depois eu cortei as amizades, fui me deixando ficar sozinha cada vez mais e mais... Sou carente de amizade? Sou. Quer dizer, agora nem tanto quanto antes. Antes eu era carentíssima, agora não. Agora eu sou completamente, assim, em matéria de amizade, sou resolvida já. Sou carente de ter minha mãe e minha filha e meus irmãos perto de mim. Sabe? Sou ciumenta um pocadinho, só no que diz minha cachorra, minha filha e minha mãe, entendeu? Mas em resto de amizade, oh! Não, nem tchum!... e depois que eu vim pra cá que eu consegui me levantar, cortei esse negócio de droga. Eu tinha cliente que me paga dois mil pra ficar dois dias cheirando com ele direto, sem comer, sem beber. Era só beber, fumando cigarro e cheirando cocaína. Não dava nem pra comer, dias assim, oh! Aí eu cheguei aos 30 quilos... cortei tudo, é aquele negócio de eu começar a olhar pra mim, né? o que era importante pra mim. E eu não, eu sempre fui uma pessoa de estar sorrindo, mesmo quando eu tava triste. Eu já, com cocaína, eu não conseguia dar nem uma risadinha, sabe? Não fazer nem piadinha, nada. Parecia que eu era um robô ali, mas era de certa, aquilo era bom, meio que me anesthesiava pro dentro, entendeu? Eu não ficava pensando, tudo que tava acontecendo mais a minha família, mais eu, não tava ganhando dinheiro direito, mais briga, mais confusão de menina na rua, sabe? Era tudo. Aí gente! Nossa Senhora... só de falar já me pesa a cabeça. Aí depois que eu vim pra cá, eu comecei a olhar pra mim, falei que eu ia me dar melhor e foi o que aconteceu... cortei todos os meus clientes. Olha! Eu ganhava dinheiro bem, viu? Eu tinha um carro. Eu pagava 700 reais por mês no meu carro, entendeu? Eu vendi tudo, tudo, tudo, desmontei todo meu apartamento no lugar onde eu morava, no burquinho, eu desmontei tudo. Agora, tá aí oh! O que sobrou foi isso aí oh! As caixas já tá aí oh! Porque têm algumas coisas minhas ali guardadas e eu já vou mandar. Aí eu cortei tudo, clientes e tal... pronto! Comecei a cuidar mais de mim. E eu acabei cortando, voltei pra maconha de novo. Cortei pó. Nunca experimentei crack, já tomei o tal do ácido, o da bicicletinha? Mas só tomei uma vez, gente! [...] nunca mais, porque depois eu tive problema. Estou, a enxaqueca, ih! Quase morri. Falei "ah! Deixa pra lá, já experimentei, tá bom, de bom tamanho!". Agora é só cachaça e maconha. De vez em quando... (sorri e faz sinal com a mão de cheirar pó). (Patrícia).

Frente a esta realidade, percebe-se que há lugares que facilitam o acesso a drogas, e que para escapar desta ciranda, é preciso cortar vários caminhos que levam a este quadro de vício. Vê-se que as próprias usuárias, muitas vezes, fazem noção do perigo e se afastam, mesmo que não completamente. Talvez pela droga, como dito pela própria Patrícia, anestesiar a pessoa diante da realidade, a qual ela é exposta e não a agrada.

Além disso, surgem outros mecanismos de resiliência para proteção pessoal, a fim de impedir a discriminação do cotidiano e superar o assédio moral da sociedade. Desta forma, vê-se que:

Mas eu supero esses modelos, tenho um jeito de ser e viver, não importo com padrões da sociedade. [...] sou bem resolvida em relação à prostituição. (Paulinha).

Pouco me importa as outras, entendeu? Mas infelizmente... eu sofro muito com o assédio dos fãs (fala em tom de brincadeira e ironia), mas é verdade, cara... é muito chato, muito chato mesmo. Porque... é... como homem, a profissional do sexo tem... hum (longa pausa para reflexão)... tem uma coisa que é tipo um estigma de que... por exemplo, você passa por mim, me cumprimenta, eu cumprimento: “oi! Tudo bem? Beleza? Joia?” [daí eles pensam] “Ah! Essa aí é facima, oh! Em dois palitos eu tenho. Já olhou pra mim, já deu, já me cumprimentou, porque já gostou, então depois eu pego”. Certo? Se eu não olho, se eu não cumprimento, eu passo reto. [eles pensam:] “Ih! Aquela ali é nojenta, aquela ali é grossa, aquela ali é uma mal-educada”. Então não tem um meio termo. É 8 ou 80, entendeu? Então se você sonhou que eu sou muito fácil, significa que ele vai chegar, ele vai se sentir no direito de falar coisa, qualquer besteira pra mim ouvir, fazer alguma coisa, entendeu? Tá... de querer passar a mão ou alguma coisa assim, entendeu? Aí, até explicar que focinho de porco, não é tomada, já foi-se, né?, a chance de uma boa amizade. (Patrícia).

[...] o desafio dentro do trabalho sexual é não se submeter ao desejo alheio, simplesmente. Você tem que jogar os seus desejos também. (Monique Prada).

Ao se construir a cultura e o comportamento da violência, do desrespeito, ou seja, dos mecanismos que concretizar o preconceito e a discriminação, surgem também, movimentos contrários que forjam a “contracultura¹¹”, os quais trabalham pela existência de mecanismos de luta a favor da inclusão, da igualdade de direitos e oportunidades, e equidade. Os quais se pode constar:

Principalmente quando a ONG foi instalada, nós passamos ter voz e buscar por nossos direitos, com a participação da Rede Brasileira das Prostitutas. (Paulinha).

Deve-se notar, que muitas vezes estas instituições de luta não mudam a realidade, no entanto, muitas vezes, mudam as mentalidades do entorno, como se vê:

As pessoas estão revendo conceitos, mas ainda há muitos a ser mudado. (Paulinha).

Sempre fui posicionada em militância do movimento estudantil e abandonei por conta do trabalho. Mas, de repente, eu percebi que meu trabalho também comporta esse tipo de coisa [...], no sentido em que se tem que conquistar direitos. A partir do momento em que a PL Gabriela Leite [PL 4211/2012 – regulamenta a atividade dos profissionais do sexo], começou a ser discutida, não foi mais possível que a gente ficasse calada. São todas

¹¹ Expressão originária entre as décadas 1960 e 1970, para designar um movimento que se opõe, sobretudo, à cultura de massa, a qual escraviza o homem e segmenta as sociedades. Para a autora, ao se falar “em cultura e, principalmente em cultura de massa e indústria cultural a coisa não é diferente. O que sempre vai estar em jogo é a manipulação dos valores e padrões estéticos visando ao controle das massas”. Desta forma, pode-se deduzir que contracultura ou anti-cultura é um “[...] termo originário [...] que significa oposição expressa de diferentes maneiras a algo estabelecido. Ou ainda, é uma crítica radical ao sistema social e cultural em vigor.” (SILVA, 2006, p. 153).

as pessoas, todos os brasileiros querendo opinar sobre a questão do trabalho sexual, não é uma posição que acontecia antes. (Monique Prada).

Entretanto, ainda tão muito o que fazer, pois,

[...] a trabalhadora sexual fica num vácuo entre esquerda/direita, tá... ela é oprimida pela esquerda e pela direita. O governo tem pânico moral pra tratar desse assunto, tanto que, apenas o ministério da saúde lida com esse assunto. A Secretaria de Direitos da mulher, ... a Secretaria de Direitos Humanos tem problemas pra lidar com esse assunto. Eu espero que rompa isso. (Monique Prada).

Ao se pôr na balança todos os sucessos e insucessos, vê-se que as prostitutas gostam de seu trabalho e acreditam que,

E é tipo assim, é..., com todos os meus defeitos, com todos os meus problemas, eu consegui alcançar tudo o que eu quis. Você tá entendendo? Pra que eu vou mudar isso? Certo? Pra que que eu vou mudar? O que é que eu quero mais? Eu não quero mais nada, entendeu? Além de ser feliz, ser respeitada, principalmente olhar pra mim e me dar bem, de gostar: “e aí gatinha, hoje, você tá linda! Hoje, você tá bem! Você tá feia! Tem de arrumar o cabelo! Tem de mudar a cara!”, sabe? (Patrícia).

Eu gosto de tudo que faço, da liberdade, trabalho a hora que eu quero, programo meus clientes por um aplicativo na internet. [...] minha experiência [como mulher prostituta] é amor, prazer e violência. (Paulinha).

Ao se pensar em preconceito e discriminação, exclusão e violência, deve-se pensar também na noção de tempo e espaço, já que as situações cotidianas são construções histórico-sociais. Somente por meio desta noção é que se pode propor estratégias de busca para a superação dos percalços societários, visando à igualdade entre os seres humanos.

E – Associação, ONGs

Por acreditar que as associações e ONGs são espaços de agregam competências, capacidades e habilidades, por meio de conhecimentos e vivências, a fim de se conseguir concentrar energia à luta contra a opressão e exclusão das mulheres. Diante do exposto, vê-se que é necessário o estudo acerca das representações sociais, que são construções de valores e pensamentos, que no caso desta pesquisa, faz-se dentro da categoria das prostitutas e para compreendê-las é preciso, inicialmente, explicá-las grosso modo. Tem-se que as representações são concepções como valores, conceitos, maneira de pensar (pensamentos) e agir,

de se comportar e se portar frente a questões do cotidiano, dentre outros, o que propicia a criação de uma identidade social, a qual é percebida por meio de suas práticas cotidianas, expressando, até mesmo, a simbologia de um estatuto.

A própria teoria das representações sociais “[...] pode ser adotada como teoria, categoria explicativa ou analítica ou como conceito.” (PATRIOTA, 2007).

Para melhor compreender, Jodelet (2001) explica que a representação social deve ser pensada como uma forma de conhecimento, elaborado, assimilado e compartilhado socialmente, constituinte e constituindo a realidade, na qual se inserem os sujeitos. Ela pode se assemelhar ao senso comum ou, ainda, a um saber ingênuo, natural, porém é objeto de estudo tão legítimo quanto o saber científico, devido a seus rebatimentos nos processos cognitivos e das interações sociais.

Ao observar a prostituição no viés das representações sociais, é preciso perceber o gênero em sua noção de tempo e espaço. Já que “[...] a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos.” (MOSCOVICI, 1978, p. 26), ou seja, quando se fala em representações sociais, fala-se do modo em que as pessoas se percebem e se interagem ao meio em que se inserem, pois as representações se formam conforme a integração do sujeito social em um tempo e um espaço através da cultura, da comunicação e linguagem. Abric (1998) a representação é um conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças, e de informações alusivos a um objeto ou a uma situação determinados pela história e o contexto social. Vale ressaltar que as representações sociais demonstram o caldo a que os sujeitos estão inseridos como socioeconômico, educacional, institucional, ideológico dentre outros. Mesmo porque, as representações,

[...] manifestam-se em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam. Portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, tomada como forma de conhecimento e de interação social. Mesmo sabendo que ela traz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos da experiência existencial, frequentemente contraditória, possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade. (MINAYO, 1996, p. 108).

Vê-se que é pertinente o estudo sobre representações sociais quando se analisa as relações sociais de Gênero, já que estas implicam na compreensão dos múltiplos rebatimentos de valores e comportamentos culturais e sociais, incluindo as

representações sociais que agregam às suas vivências em certo tempo e espaço. E, deste modo, verificar que a dimensão simbólica, representada pela dominação do homem sobre a mulher em uma relação, mostra que esta se submete não por sua decisão ou consciência esclarecida, mas sim por causa dos corpos socializados (BOURDIEU, 1998).

Sá (1995, p. 23) complementa ao dizer que, as representações é “[...] uma modalidade específica de conhecimento que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos [...] [é necessário] penetrar nas representações para descobrir a sua estrutura e os seus mecanismos internos.” Isto é, os indivíduos produzem suas representações de modo a manter características do indivíduo, mas também do grupo. Ou seja, busca-se explicações que não são advindos nem somente dos conhecimentos da sociedade, tampouco daqueles elaborados individualmente, mas sim construções de um sujeito que pensa não somente influenciados pelos aspectos sociais, mas que são constituintes e constituídos por este social.

Isto se dá pela finalidade das representações ser a de transformar algo que não é conhecido ou não é compreendido pela própria pessoa em algo que ela possa assimilar e entender (MOSCOVICI, 1978)

Mediante isso, pode-se verificar que as representações sociais constituem uma categoria sociohistórica, já que aquelas são construtos que variam conforme o contexto social, cultural, econômico, político e demográfico como a categoria identidade. E sua materialização na sociedade, tal qual a ideologia, dá-se pela linguagem. Vê-se ainda que, as representações sociais se alinham ao significado simbólico do ser humano, ou seja, o sujeito faz a compreensão do mundo, da realidade vivida por meio de representações em seu imaginário, por meio das quais o indivíduo constrói sua identidade (GUARESCH; JOVCHELOVITCH, 1995).

Atenta-se, pois, as representações sociais são um fenômeno vivente no cotidiano, mas que, muitas vezes, as pessoas não se dão conta de sua existência.

Desta forma, a apreensão da realidade é uma construção social e ela é compreendida de modo específico por cada sujeito de ação, influenciado por suas representações. Mesmo porque a representação social é uma organização de significados que interpreta a realidade dentro das relações sociais e, desta forma, determina comportamentos e pensamentos (ABRIC, 1998).

Ressalta-se, então, que as representações sociais compreendem as construções sociais e a relação sujeito/objeto, influenciando as subjetividades, pois trata-se de aspectos culturais, cognitivos e valorativos;

Deste modo, visa-se romper com a fragmentação dicotômica estabelecida entre exterior e interior, sujeito e objeto, o psicológico e o social, considerando inseparáveis sujeito, objeto e sociedade, mesmo porque não há representação sem objeto, ou situação, em um certo espaço.

Vê-se, assim, que a mulher, enquanto prostituta, mostra uma gama de representações sociais, já que é um lhe é atribuído significados e sentidos para este sujeito e também nesta profissão. Não se trata de fazer generalizações do individual para o coletivo, no entanto, tem-se que ter em mente que as marcas do coletivo se fazem presentes nas representações sociais individuais e vice-versa.

Quando se propõe igualdade de direito e oportunidade aos seres humanos, pensa-se também em mecanismos que possam efetivar tal propósito. Esse feito pode, e muitas vezes o é, ser conseguido por meio das associações e ONGs que trabalham em prol de uma sociedade mais justa socialmente e com equidade. Essas associações e ONGs são instituições que financiam o terceiro setor, fazendo doações às entidades beneficentes. No Brasil, temos também as fundações mistas que doam para terceiros e ao mesmo tempo executam projetos próprios.

Neste sentido, faz pertinente entender como foi e com qual objetivo surgiram as diversas ONGs e associações que trabalham em prol das prostitutas. E averiguou-se que,

A Vitória Régia surgiu principalmente após a morte de Nicole em 1998. Neste período a Regina Brito trabalhava prevenção às DST/AIDS, distribuía preservativos, marcava consulta no HCFMRP-USP. As nossas reuniões discutíamos direitos e deveres, organização, o que a Gabriela Leite do DAVIDA defendia. E o protagonismo nós podemos falar por nós e foi muito importante. A Nina Laurindo do Programa Estadual DST/AIDS da SES, também foi que nos impulsionou e valorizou a nossa organização. (Paulinha).

Frente a essas lutas, verificou-se, coincidentemente, que as mesmas gestoras, coordenadoras de projetos entrevistas, pesquisas, atuam profissionalmente, o que proporciona uma avaliação mais refinada e certa, acerca da retroalimentação da atuação do terceiro setor em relação às prostitutas.

Desta forma, é importante verificar a importância atribuída, por estas gestoras/profissionais dos mecanismos propostos pelas ONGs e associações. Assim teve-se que,

A Vitória Régia é a primeira Associação fundada em São Paulo, com profissionais de saúde e profissionais do sexo, para... foi um divisor de águas, pois nós passamos ter acesso ao Judiciário, Polícia Civil, pois éramos muito maltratadas, melhorou o acesso à saúde e assistência. Conheci instituições do sul e nordeste, maior integração. (Paulinha).

Para além da importância das ONGs e Associações em relação às próprias prostitutas, acredita-se na valorização destas instituições por parte da sociedade externa a este segmento. E tem-se que,

Em todos os locais por onde passamos [com as mais diversas intervenções], a relação sempre foi harmoniosa. (Paulinha).

[...] gente! [Tenho] muito certificado. Olha! Vitória Régia, treinamento para capacitação e sensibilização de profissionais de saúde. Olha gente! É capacitar profissionais da área da saúde: médicas, enfermeiras... pra tá atendendo melhor as profissionais do sexo, travesti, garotas. Foi bárbaro! foi nós que ministramos, a nossa ONG. Show de bola! Naquela época eu era a presidente. (Patrícia).

Ao ganhar confiança, por meio dos diversos trabalhos, como capacitações, programas educativos, intervenções em âmbitos educacionais, vê-se, cada vez mais, a consolidação das ONGs e Associações, e sua credibilidade passa a valer como alavanca a outros projetos, tais como:

Vamos ter uma candidata a vereadora em uma cidade da região de Ribeirão Preto, temos uma profissional do sexo que se formou em Enfermagem na USP, dentre outras. Representante político é o deputado Jean Willys, que defende a regulamentação da profissão. Temos também a Rede Brasileira de Prostitutas. (Paulinha).

Em uma análise própria a respeito dos movimentos da causa das prostitutas, como passeatas, órgãos representativos, programas de políticas públicas, verificou-se que

Algumas sim [representam a categoria], por exemplo, a Vitória Régia, NEP, Rede Brasileira de Prostitutas, DAVIDA. [...] julgo importante estar afilada a esta ONG por ser protagonista da minha história. (Paulinha).

No entanto, não se pode dizer que é algo unânime, uníssono, pois, devido ao não entendimento, mesmo dentre as diversas instâncias, do que realmente é a

profissão e se é profissão, já que vender o corpo, em nossa sociedade, ainda causa certo desconforto, mesmo entre a maioria das feministas, as quais pensam ser oposição pensar o feminismo e a prostituição em um mesmo patamar. Entretanto, para Monique Prada não, já que,

[é possível ser prostituta e ser feminista] sim. Por exemplo, tenho diálogo com vários coletivos de feminismo radical. Nós temos vários pontos em comum e um ponto de atrito que é o meu trabalho. Nós somos vistas como vítimas, como pessoas, é... como se chama? Se... se fala até em Síndrome de... de Estocolmo. Nós estamos sequestradas (risos irônicos) e louvando nosso algoz. Não, nós estamos trabalhando. (Monique Prada).

Apesar destas instituições existirem, muitas delas não possuem financiamento público, mostrando a ineficiência do Estado, e até mesmo, sua omissão, pois,

Esta associação [Vitória Régia,] não recebe financiamento. [...] são as próprias afiliadas [que a mantêm]. Temos 300 afiliadas. (Paulinha).

Frente ao exposto, vê-se a importância da luta a favor da igualdade de direito e de oportunidade em todos os segmentos, e a este, das prostitutas, mais especificamente, o qual não foge à regra. Os diversos segmentos institucionais existentes em nossa sociedade, apesar de não tão valorizados, sobretudo, pelo Estado, inclusive em termos financeiros, são estruturas que trazem benefícios a uma sociedade, cada vez, mais justa e mais igualitária, a fim de corroborar na construção de pessoas com senso de comunidade e coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: esquadriando o possível sobre o oculto e o real da prostituição feminina

Doravante, busca-se compreender os detalhamentos propostos por esta pesquisa, sobretudo, concernente à tese que se pretendeu corroborar ou refutar. Para tanto, pretendeu-se pontuar as principais passagens que puderam ser as considerações pertinentes ao objeto e aos sujeitos de estudo propostos. No entanto, acredita-se não ser possível esta concretização sem a devida base calcada nos estudos, até agora, realizados. Desta forma, vale a retomada de pontos importantes constatados.

Primeiramente, vale atentar a diversos aspectos que as relações sociais de gênero trazem para esta discussão. Essas relações não se constituem exclusividade do mundo das mulheres, pelo contrário, permeia a totalidade da sociedade atual, já que é algo relacional, ou seja, que se expressa e se compreende mediante o entendimento do todo, e não só das partes, das relações sociais de todos os seres humanos, como se dão os preconceitos, as discriminações, as marginalizações, os privilégios, as inclusões sociais dentre outros. E assim, rebate em todos os âmbitos e segmentos da vida cotidiana contemporânea, inclusive como destaque, no mundo do trabalho que se torna fluido, com diversas flexibilizações nos direitos do trabalhador, além de determinar, na maioria das vezes a qualidade de vida de um segmento da população. São ações tomadas a partir de uma análise parcial da sociedade, pois vê-se que com tudo isso, os aspectos socioculturais no cotidiano são naturalizados, como se não houve nenhuma influência do caráter sociohistórico da sociedade. Descarta-se a análise da totalidade, que permitiria romper o ciclo de desigualdade. Consequentemente, há um conjunto de conformações que forjam as características societárias atuais.

Segundamente, em relação à prostituição, é mister notar que há ainda uma discussão acerca deste trabalho, trazendo à tona, grosso modo, os três modos de legislação vigentes no planeta.

Poucos países mantêm o proibicionismo, ou seja, aquele que não aceita a prostituição como trabalho e condena este ato, não oportunizando nenhum direito à prostituta. Apesar do número ínfimo de lugares com este tipo de lei, há país de grande influência no sentido da globalização e mundialização que adota este mecanismo, podendo influir nas deliberações de outros países.

Já o abolicionismo, é a legislação da maioria dos países. Ele traz a aceitação da atividade laboral das prostitutas, permitindo-lhes vários direitos, no

entanto, não regulamenta como profissão, marginalizando essas trabalhadoras dos direitos trabalhistas sobretudo.

Por fim, tem-se o regulamentarismo, que seria o total reconhecimento da prostituição como atividade laboral, permitindo às prostitutas todos os direitos dos demais trabalhadores, proporcionando em termos de lei, a oportunidade de acesso e igualdade nas legislações trabalhistas.

Crê-se que a tese foi corroborada, já que ao percorrer a concepção do termo trabalho, vê-se que a prostituição se constitui uma atividade laboral que forma especificidades às suas trabalhadoras, no caso desta pesquisa, que rebate na edificação de uma identidade própria aos membros deste segmento. O que agrega na formação das representações sociais e acerca do universo vivido por essas mulheres e em suas identidades. Tudo isso se constrói permeado pelas contradições inerentes à sociedade brasileira, e pelo modelo econômico e, por extensão, político do momento atual, o capitalismo, o qual traz em sua matriz a dualidade da marginalização. Deste modo, tanto a questão social quanto as relações sociais de gênero perpassam o entendimento da prostituição feminina como algo que deve ser rechaçada.

Ao iniciar esta pesquisa, pensou-se no fio condutor da liberdade, enquanto princípio ético, aquele descrito por Rousseau e Kant, como sendo algo a se conseguir no coletivo, deixando o individual somente no modo prático da ação, que seria a vontade. Deste modo, é necessário se pensar também na igualdade de oportunidades entre os seres humanos, sobretudo, no Brasil, e na equidade de direitos, que acredita-se proporcionar um mesmo nível social entre as pessoas, visando a uma sociedade mais justa socialmente e solidária.

Neste sentido do pensamento, refletiu-se na realização de entrevistas com as presidentes ou coordenadoras de instituições ligadas à prostituição por acreditar que essas pessoas são mais capacitadas a pensar o coletivo, ou seja, sua gestão privilegiaria e enalteceria a organização e a execução das lutas por direitos, que ainda hoje se mostram frágeis e parcas.

Crê-se ainda que a publicização destas lutas, através da divulgação em diversos meios da mídia e presencial, direta ou indiretamente, inclusive nas universidades, por meio de entrevistas para várias pesquisas, contribua para o aprofundamento do conhecimento real da condição das prostitutas por parte

daqueles que não vivenciam o cotidiano dessas prostitutas, possibilitando a expansão na conquista de políticas sociais efetivas à sua categoria.

O pouco conhecimento do mundo da prostituição traz lutas contra esse tipo de atividade laboral. Há inclusive um discurso mundial contra a prostituição, devido ao tráfico de pessoas, entretanto, deve-se diferenciar a prostituição realizada através do tráfico de pessoas, do aliciamento, dos proxenetas daquela que é de livre e espontânea vontade da mulher, ou seja, é a profissão escolhida por ela para ser exercida.

Verifica-se, através de vários autores, sobretudo da área do direito, que a partir do momento em que as legislações se aprimoram e abarcam as prostitutas, legalizando suas atividades laborais, havendo certa redução das prostituições nocivas, restando somente aquelas ligadas à profissão.

Ao se tratar de trabalho, deve-se pensar dentro do capitalismo, sistema ao qual a sociedade atual se encontra. Deste modo, a força do trabalho pode ser considerada de várias formas, tanto pelos braços, nos trabalhos braçais, manuais, pelo cérebro, nos trabalhos intelectuais, quanto pelo aparelho reprodutor, nos trabalhos sexuais. Mesmo que estes não pareçam tão comum como trabalho, utiliza-se do corpo, tanto quanto qualquer outro tipo de trabalho.

Para que esses conceitos se solidifiquem na sociedade, mudando o aspecto atual que se tem da prostituição, do trabalho e das relações sociais de gênero, é necessário a realização da análise de conjuntura, na qual a própria mulher centra-se como sujeito ativo da ação, a fim de promover a autorreflexão, acerca de sua atuação na sociedade e, perceber sua corresponsabilidade na educação de futuros homens e mulheres, objetivando a conquista de vida em nível de igualdade entre os seres humanos.

Para tanto, deve-se levar em conta a correlação de força, vista nas relações sociais de gênero postas pelo capitalismo, a fim de enfraquecer os alicerces desta contradição e mudar as faces, para não mais ser um “jogo do poder”, e sim uma complementaridade de seres humanos, visando a uma qualidade satisfatória de vida, que atualmente não se encontra presente em nossa sociedade e que a cada dia deve se renovar e se reinventar, para manter esta estabilidade da igualdade de oportunidade e direitos entre homens e mulheres.

Desta forma, o diálogo, visando não a uma revolução, na qual a mulher passe a tomar simplesmente o poder, mas sim a um todo, onde tanto o homem

quanto a mulher convivam com direito efetivamente de mesmo alcance, proporcionando acesso e direitos iguais, com objetivos da coletividade.

Vale lembrar que a própria sociedade é um construto coletivo, onde os construtores são seus próprios membros, os quais podem e devem, como desafio ético do coletivo, visionar estratégias de superação das relações sociais de gênero, segmentada pelo sexo vivenciada no momento. Todas as relações, onde os homens são os protagonistas de e para a história, e as mulheres são relegadas a papéis mínimos de destaque, mostram que a opressão é algo social, eliminando completamente qualquer traço que se pode ter de ser algo biológico. A consciência deve ser coletiva, a fim de haver a compreensão da necessidade de respeitar as liberdades individuais de cada sujeito desta sociedade.

Os homens criaram oportunidades para proveito próprio e, para tanto, subjugaram as mulheres, no entanto, as mulheres se subjugam exigindo do homem o papel de líder da sociedade. Para comprovação tem-se as eleições para as prefeituras de todo as cidades brasileiras deste ano de 2016 (UOL, 2016).

- 2.105 mulheres candidataram-se ao cargo de prefeitas, contra 14.418 homens à mesma candidatura.
- 2.988 como vice-prefeitas. Enquanto haviam 13.965 homens.
- Às candidaturas ao Legislativo municipal tiveram 158.453 mulheres, contra 310.062 homens.
- As mulheres representavam 33% dos candidatos, enquanto os homens 67%.
- No Brasil, conta-se 5.570 municípios, destes, 52 tiveram somente mulheres na concorrência à prefeitura, no entanto, 3.815 havia apenas homens concorrendo, equivalendo ao total de 68%.
- Atualmente, 10% das prefeituras são comandadas por mulheres. Elas ainda ocupam somente 12% das cadeiras das câmaras municipais.
- Dos quase 280 milhões eleitores no Brasil, 52% são mulheres, mostrando ser a maioria.

Tem-se que as mulheres ainda ficam em cargo de menor expressão e importância que os homens, mesmo que elas representam a grande maioria da população.

Vê-se que isso é marcado em vários aspectos da vida cotidiana entre os seres humanos. O modo de vestir, de se falar, de agir dentre outros delimitam os espaços das pessoas em cada sociedade. Porém como em toda ação, há uma reação, esse mesmo espaço de demarcações traz consigo o antagonismo, gerando áreas de conflito nesta interseção das identidades existentes dentro de um único território, o que possibilita a espaços de reflexão de outros modos de vida, onde cada identidade teria o direito a um espaço, permeado de possibilidade de interações e interseções.

Dentro deste mesmo espaço de busca por igualdade entre os gêneros, tem-se a figura da prostituta, que também procura conquistar direitos, tais como os direitos trabalhistas, e o reconhecimento de valores como o respeito, dentre outros. Como visto, o diferente choca e, conseqüentemente, há duelos de poder, onde uma identidade quer sobrepor à outra para se prevalecer. Por um lado, isso se constitui como benéfico, já que abre diálogo para a mudança e possível inserção do outro, mas por outro lado, pode trazer a segmentação mais fortificada entre as diversas identidades de uma sociedade, não privilegiando a convivência pacífica, harmônica e solidária.

Acredita-se que frente à realidade exposta, os debates teóricos e empíricos acerca das mulheres em relação à classe, ao trabalho e sua implicação no sistema de dominação social, sobretudo, a masculina e a opressão feminina, continuam a ser importantes fontes de estudos e investigações no campo das diversas áreas dos estudos de gênero, sobre a identidade de gênero, seus papéis e os poderes emanados destas relações. Mesmo porque, atualmente, as constantes interseções e inter-relações cotidianas que fornecem subsídios à formação das identidades produzem interferências em seu resultado, podendo trazer benefícios da mudança em direção à igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

Para que esses debates se frutifiquem de maneira intensa e profícua, acredita-se, como fonte, na educação formal, a qual se constitui de importante espaço das relações sociais cotidianas e de mudança cultural. Conforme vários autores, Bourdieu (1998), Santos (2007) e Freitas (2015), por exemplo, a educação formal compreende um dos papéis principais, porém não único para a mobilidade

social, tanto individual quanto coletivamente. Crê-se, assim, que esta mesma torna a sociedade mais igualitária, no entanto, vale ressaltar que não é item determinante desta mudança cultural, já que a própria educação pode ser conformatória, tradicional ou transformadora.

Aqui enfatiza-se a educação formal transformadora, a qual produz efeitos da coletividade, da humanidade e retira do ser humano a fluidez de valores dos dias atuais. Caracteriza-se pela construção de um projeto societário em comum, deletando a noção de uma sociedade multissegmentada, de grupos embotados em suas causas endogenistas e auto interessadas, sem compromisso com as questões essenciais que afetam a sociedade como um sistema completo. Vê-se que hoje, há uma crise da razão, devido ao abandono da dimensão autorreflexiva, onde se tem a vida pelo dogmatismo e, portanto, pelo totalitarismo, trazendo à realidade do individualismo, opondo-se à liberdade conceituada por Kant.

Frente a essa realidade, vê-se que a prostituição, encontra no mesmo plano de qualquer sociedade atual, no entanto, o rechaço a esse tipo de trabalho traz conflitos do indivíduo. A própria prostituta ao mostrar o porquê de sua inserção neste campo de trabalho, cria um antagonismo entre vontade e necessidade, não esclarecendo se as condições socioeconômicas influíram verdadeiramente na escolha por esta área da atuação profissional.

Até então, percebe-se que o cotidiano das mulheres na prostituição se assemelha daquele das demais mulheres em diversos aspectos como mãe, trabalhadora, provedora, protetora, esposa, cuidadora do lar, dentre outros requisitos. A diferenciação dentre as diversas mulheres, neste aspecto, fica por conta apenas de um requisito básico, que seriam a situação do trabalho, onde o que é trocado em moeda de valor, em bens, ou seja, a mão de obra que é vendida é o sexo.

Assim, pode-se dizer que a prostituição, mesmo que permeando a realidade da humanidade quase que em sua totalidade, formando um sistema de inter-relação dentro desta sociedade e permitindo que todos nela convivam e enfrentem os aspectos cotidianos da mesma, ainda é, desde muito tempo até os dias atuais, alvo de preconceito e discriminação, devido ao tabu existente acerca das prostitutas, mesmo que esta ainda seja procurada e utilizada por expressiva parcela dos homens, casais e mulheres de nossa sociedade.

A busca deve ser feita por respeito e igualdade entre os seres humanos, não importando se são prostitutas ou “recatadas”, brancas ou pretas, pobres ou ricas, homossexuais ou heterossexuais, índias ou “civilizadas”, magras ou gordas, homens ou mulheres, ateias ou religiosas, idosas ou jovens, rurais ou urbanas, dentre outros.

Desta forma, questiona-se se o não-reconhecimento profissional das prostitutas, submetendo-as a formas precárias no mercado de trabalho, poderia inseri-las em um cenário de desigualdade e submissão. Acredita-se que sim, devido ao fato da relação direta entre direitos trabalhistas e qualidade de vida, já que as prostitutas não têm o direito, por exemplo, à maternidade, ao auxílio doença, à aposentadoria, dentre outros.

Este trabalho científico contemplou o objetivo geral da pesquisa que era o de averiguar como se dão as construções identitárias das prostitutas, frente às relações sociais de gênero. Para tanto, estudou-se alguns aspectos do ordenamento sociojurídico, examinando-se o contexto da não regulamentação da profissão de prostituta, a fim de corroborar ou refutar a regulação da profissão como direito, igualdade e como incremento na qualidade de vida destas profissionais.

Analisou-se se as relações sociais de gênero são uma categoria exclusiva do sistema capitalista vigente, a fim de refletir sobre as questões gênero, enquanto desafio ético para a sociedade hodierna, tendo como norte as profissionais do sexo. Refletiu-se se o perfil socioeconômico e cultural das profissionais do sexo e seus desdobramentos são condições para a formação de suas identidades. Ponderou-se se o processo de construções identitárias e de gênero são categorias condicionantes ou de escolha à profissionalização como prostituta.

Em nossa sociedade, é percebido que a sujeição é algo aprendido e apreendido, e na maioria das vezes, é reproduzido pelas mulheres para outras mulheres. Enquanto que aos homens é a autoridade, muitas vezes, austera, algo considerado natural, inato ao homem, do macho. Portanto, para quebra destes padrões tradicionais da sociedade atual, é necessário uma dinâmica dialógica e dialética, a fim de se vislumbrar outras possibilidades de convivência, produzindo efeitos de complementariedade entre homens e mulheres.

Mesmo porque, novos tempos geram espaços diferentes. Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, homens e mulheres passaram a integrar o mundo público, desta forma, indaga-se se as atribuições e conceitos acerca do

mundo privado e do público permanecem as mesmas concepções desde sempre, a fim de verificar a interação do trabalhador e de sua vida cotidiana, ratificando a divisão sexual do trabalho profissional e visualizando possibilidade de autorreflexão sobre os processos de formação da sociedade. O que permite refletir sobre as simples ações dentro do lar, ou seja, uma partilha igualitária das obrigações domésticas, até mesmo no mundo externo, quando aos homens são exigidos sua atenção à manutenção dos requisitos materiais de subsistência da família, ficando a mulher apenas como “complementar” nesse aspecto.

Acredita-se que esses simples processos refletem no cotidiano das prostitutas, já que essa atribuição profissional escolhida por elas é desvalorizada, e muitas vezes, traz prejuízo à própria pessoa da prostituta.

Corrobora-se, portanto, os pressupostos, onde crê-se que, mesmo frente aos sucessivos avanços da sociedade em diversos âmbitos, dentre eles socioeconômico, tecnológico, vê-se que a construção das identidades masculinas e femininas não se comportam com os mesmos avanços no aspecto cultural, permanecendo aquém da divisão igualitária entre acessos e direitos.

Há uma persistência da cultura machista e patriarcal, que delega ao homem o protagonismo na história humana, cria-se, assim, a condição fundante para que a construção das identidades e trabalho do gênero feminino não se revele com capacidades análogas ao homem. Afirma-se que a sociedade persiste em não reconhecer, tampouco dialogar com os desafios éticos inerentes à questão de gênero, que beneficiaria todo o coletivo, dentro da visão de liberdade.

Ao nomear esta pesquisa de “Porta Entreaberta”, houve a vontade de demonstrar que o desvelamento do objeto se fez parcial, talvez, pelos pesquisadores não conseguirem aprofundar nos relatos ou até mesmo devido às reticências das narradoras. Acredita-se que a porta entreaberta representa algo que ora está um pouco mais aberta, ora está mais fechada; ora de um lado há mais clareza, que pode ser excessiva a ponto de cegar, ora há o sombreamento, com a possibilidade da escuridão total.

Depreende-se a relevância deste conhecimento no sentido de buscar suscitar outras concepções acerca do valor e do reconhecimento das relações sociais de gênero na sociedade brasileira, onde a cultura do patriarcado e do machismo ainda predomina. Mesmo porque, como cita Beauvoir (s/d), o presente e o futuro só se constroem alicerçado no passado, cuja formação se deu pelos

homens e não pelas mulheres. Para tanto, almejou-se, com esta pesquisa, trazer olhares diferenciados acerca da mesma problemática da desigualdade, prismas de leituras das realidades estudadas à luz dos estudos das questões de gênero e análise do vivido das prostitutas.

REFERÊNCIAS

A GUERRA do fogo. Direção de Jean-Jacques Annaud. Roteiro de Gérard Brach e Joseph-Henri Rosny. Paris: EuroVideo, FoxHome, 1981.

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denise Cristina de (Org.). **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 1998.

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALVAREZ, Gabriel Omar; TEIXEIRA Rodrigues Marlene. Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de saúde (HIV/Aids). **Revista das Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 32, n. 1/2, p. 53-68, 2001. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9962>>. Acesso em: nov. 2013.

ALVES, Moreira Branca; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, n. 9, 2015. 153 p. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: maio 2016.

ARAGÃO, Valdenir Cardoso. Aspectos da responsabilidade civil objetiva. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 10, n. 47, nov. 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2352>. Acesso em: out. 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Hannah-Arendt-A-Condicao-Humana.pdf>>. Acesso em: jul. 2015.

ATAL, Juan Pablo; ÑOPO, Hugo; WINDER, Natalia. **New century, old disparities: gender and ethnic wage gaps in Latin America**. Washington, DC, 2009. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=2208929>>. Acesso em: dez. 2015.

BANDINTER, Elizabeth. **O amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevistas a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BBC. **Josephine Butler** (1828-1906). London, 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/butler_josephine.shtml>. Acesso em: jan. 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difel, 1955.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov In.: _____ **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1).

BERGOFFEN, Debra. Simone de Beauvoir. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford, 2015. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2015/entries/beauvoir/>>. Acesso em: dez. 2015.

BETONI, Camila Souza. **Feminismo**. [Blumenau, 2016]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/feminismo/>>. Acesso em: mar. 2016.

BID. **Sobre o Banco Interamericano de Desenvolvimento**: conheça o BID. Washington, DC, 2016. Disponível em: <<http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/sobre-o-banco-interamericano-de-desenvolvimento,5995.html>>. Acesso em: jan. 2016.

BOUDON, Raymond. **Dicionário de sociologia**. Lisboa, 1990. Disponível em: <<http://www.filoczar.com.br/Dicionarios/DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

_____.; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **La domination masculine**. Paris: Seuil, 1998.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Processo da Pesquisa e suas implicações Teórico-Metodológicas e Sociais. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 41-52, 2006.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dez. de 1940. Código Penal. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: mar. 2015.

_____. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mai. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm>. Acesso em: nov. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de jan. de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jan. 2002a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: jun. 2015.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, DF, 2002b. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em: mar. 2016.

_____. Ministério da Justiça. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília, DF, 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BROOKS, François. **Le féminisme comme mouvement d'asservissement de la femme**. Québec, 18 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.philo5.com/Feminisme-Masculisme/111118FeminismeAsservissement.htm>>. Acesso em: mar. 2016.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de O. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BUENO, Samira. A Índia é aqui. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, n. 9, p. 116, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: maio 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Orson. **Feminismo, o que é**. Goiânia, 2010. Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/feminismo-que-e.htm>>. Acesso em: mar. 2016.

CANO, Ignacio. Letalidade e vitimização policial. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, n. 9, p. 27-43, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: maio 2016.

CARLONI, André, Ramos. **Mentalidade empresarial**: das tachinhas das sapatarias à gestão das empresas que incorporaram as linhas de montagem. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Pensamento de Boaventura de Sousa Santos em foco**: a reinvenção da emancipação em tempos contemporâneos. Fortaleza, CE, 2009. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/PENSAMENTO%20DE%20BOAVENTURA%20DE%20SOUSA%20SANTOS%20EM%20FOCO1.pdf>>. Acesso em: nov. 2014.

CATHO. **Homens têm mais aumento salarial que mulheres, aponta pesquisa da Catho**. Barueri, 2015. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/institucional/2013/08/homens-tem-mais-aumento-salarial-que-mulheres-aponta-pesquisa-da-catho/>>. Acesso em: dez. 2015.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **La formation du sentiment d'identité sexuelle chez le transsexuel**. 1995. 426 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Unité de Formation et Recherche Science Humaine Clinique, Université Paris VII, Paris, 1995.

CFESS. **Código de Ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília, DF, 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHIRE, Louise (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

COIMBRA, Marcos. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, Sérgio (Org.). **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

COTRIM, Vera. **Trabalho produtivo em Karl Marx**: velhas e novas questões. São Paulo: Alameda, 2012.

COUTO, Mia. **Identidade**. Moçambique, 1955. Disponível em: <<http://www.citador.pt/poemas/identidade-mia-couto>>. Acesso em: abr. 2016.

CQC. **A prostituição**. Campinas, 30 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3MxoNo2ZiYQ>>. Acesso em: abr. 2016.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DELGADO, Didice Godinho; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. **Mulher e trabalho**: experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo, 2000.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Trabalhando com Relatos Oraís: reflexões a partir de trajetória de pesquisa. In: LANG, Alice Beatriz Da Silva Gordo (Org.). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1992. (Textos 3, 2ª série).

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 2006.

DIAS, Reinaldo. **O trabalho humano sob o domínio do capital**. [Belém], [20--]. Disponível em: <<http://vejasociologia.blogspot.com.br/p/o-trabalho-humano-sob-o-dominioao.html>>. Acesso em: out. 2015.

DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais? **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 15, n. 100, maio 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11750>. Acesso em: ago. 2014.

DUNEZAT, Xavier et al. (Coord.). **Travail et rapports sociaux de sexe**: rencontres autour de Danièle Kergoat. Paris: L'harmattan, 2010.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2000.

_____. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: Global, 1990.

ENGLER, Helen Barbosa Raiz Engler. **Pesquisa e ética**: visibilidades e sombras. 2011. 172f. Tese (Livre Docência em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

_____. Pesquisa quantitativa: um aporte para a apreensão da extensão da realidade investigada. In: BERTANI, Iris Fenner (Org.). **Retratos da saúde**: o relatório QUAVISSS. Franca: Ed. UNESP, 2006.

ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América latina**. 2003. 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 1997.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1997.

FERGUSON, Ann; HENNESSY, Rosemary. Feminist perspectives on class and work. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford, 2010. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2010/entries/feminism-class/>>. Acesso em: ago. 2015.

FERROUL, Yves. **Pour une histoire de la prostitution**. Paris, 2005. Disponível em: <<http://www.sexodoc.fr/pages/histprostitu.html>>. Acesso em: jan. 2016.

FONSECA, Guido. **História da prostituição em São Paulo**. São Paulo: Resenha Universitária, 1982.

FORTES, Ronaldo Vielmi. **Trabalho e gênese do ser social na “ontologia” de George Lukács**. 2001. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?sclient=psy-ab&hl=pt-BR&site=&source=hp&q=FORTES%2C+Ronaldo+Vielmi.+Trabalho+e+Gênese+do+Ser+Social+na+“Ontologia”+de+George+Lukács.+Belo+Horizonte%2C+2001.+&bt>>. Acesso em: out. 2012.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normatização de publicações técnico-científica**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FREITAS, Tais Pereira de. **Tintas pretas e papéis brancos: educadoras negras e emancipação**. 2015. 226 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

GAMBA, Suzana Beatriz (Coord.). **Diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

GÄRTNER, Mariléia. **Mulheres contando história de mulheres: o romance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina**. 2006. 218 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2006.

GERTZ, Rene E. **Max Weber e Karl Marx**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCH, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

GUIMARÃES, Áurea Maria. Imagens e memória na (re)construção do conhecimento. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambu. **Trabalhos e pôsteres**. Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/1603t.PDF>>. Acesso em: nov. 2014.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Desigualdade de gênero no mundo do trabalho: as trabalhadoras da confecção**. Jundiaí: Paco, 2016.

_____. **Mulheres que tecem a vida: trabalho e gênero em tempos precarizados**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/posservicosocial/REGINALDOGUIRALDELLI2011.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

_____. Trabalho e gênero: aportes para o debate da questão social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 244-54, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/9633/7330>>. Acesso em: fev. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pósmodernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HENRY, Natacha. **Marthe Richard: l'aventurière des maisons closes**. Paris, 2006. Disponível em: <http://www.martherichard.com/MARTHE_RICHARD,_aventuriere_des_maisons_closes_-_Par_Natacha_Henry.html>. Acesso em: jan. 2016.

HÉRITIER, Françoise. **Masculin, féminin: la pensée de la différence**. Paris: O. Jacob, 1996.

_____. **L'origine de la prostitution**. Paris: Antenne OLF 54, 2012.

HÉRITIER, Françoise et al. **La plus belle histoire des femmes**. Paris: Seuil, 2011.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 5-27, 1998

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p. 139-156, 2002a.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002b.

_____.; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

_____.; PRÉTECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das Ciências Sociais na França. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 47-80, jul./dez. 2002.

_____. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

HOMENS recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: jan. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

IBGE. **Canis**: cidades@: São Paulo: Campinas. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=3509502>>. Acesso em: abr. 2016.

IPEA. **Estudo analisa casos notificados de estupro**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21849>. Acesso em: jun. 2016.

IURCONVITE, Adriano dos Santos. Os direitos fundamentais: suas dimensões e sua incidência na Constituição. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano 10, n. 48, dez. 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&%20artigo_id=4528>. Acesso em: ago. 2014.

JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2001.

JOSÉ FILHO, Mario; DALBÉRIO, Osvaldo (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. Unesp-FHDSS, 2006.

JOSEPHINE BUTLER. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Josephine_Butler>. Acesso em: ago. 2016.

KANITZ, Stephen. **O que é o terceiro setor?** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.filantropia.org/OqueeTerceiroSetor.htm>>. Acesso em: fev. 2016.

KANT, Immanuel. **O pensamento de Kant**. São Paulo: Iris, 1959.

KERGOAT, Daniele. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**: mulheres judias e prostituição, as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**: técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE MONDE. Il y a 60 ans, la fermeture des maisons closes. **Le Monde**, Paris, 13 abr. 2006 atual. 24 nov. 2009. Société. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/societe/article/2006/04/13/il-y-a-soixante-ans-la-france-fermait-ses-maisons-closes_761129_3224.html#svwX7yPVQU65loiT.99>. Acesso em: jan. 2016.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. New York: Oxford University, 1990. Disponível em: <http://www.antimilitaristas.org/IMG/pdf/la_creacion_del_patriarcado_-_gerda_lerner-2.pdf>. Acesso em: out. 2015.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 1999.

_____. Serviço Social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 35-58, jul./dez. 2000.

LUGAR DE MULHER. [S.l., 20--]. Disponível em: <<http://lugardemulher.com.br>>. Acesso em: 2015/2016.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social**: a potencialidade da prática profissional. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas da atividade e do pensamento do homem**. Curitiba, fev. 2009. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/bases_ontologicas_pensamento_atividade_homem_lukacs.pdf>. Acesso em: jan.2016.

MARTHE RICHARD. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Marthe_Richard>. Acesso em: ago. 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1989. L. 1. v. 1.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. v. 3.

_____. _____. [S.l.:s.n.], 1989. (Processo de trabalho e processo de valorização, L. 1, Seção 3, Cap. 5). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap05/02.htm>>. Acesso em: fev. 2016.

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEMORIAL TRUST. **Josephine Butler**. Liverpool, 2011. Disponível em: <<http://www.josephinebutler.org.uk/>>. Acesso em: jan. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC : ABRASCO, 1996.

_____. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUNDO INVISIVEL. [S.l., 20--]. Disponível em: <<http://mundoinvisivel.org>>. Acesso em: 2015/2016.

OIT. **Igualdade de gênero e raça**: erradicação da pobreza e geração de emprego. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/genero-e-raca>>. Acesso em: fev. 2016.

_____. **Igualdade de gênero e raça no trabalho**: avanços e desafios. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; SCAVONE, Lucila. **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB, 1997.

ORTNER, Sherry Beth. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle; LAMPHREY, Loise. (Org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAPO DE HOMEM. [S.l., 20--]. Disponível em: <<https://papodehomem.com.br/>>. Acesso em: 2015/2016.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATRIOTA, Lucia Maria. Teoria das Representações Sociais: Contribuições para a apreensão da realidade. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 10, n. 1, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm>. Acesso em: maio 2014.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____.; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. Paris: publicações Europa-América, 1981.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Flávio Maria Leite. A teoria dos direitos humanos. **Revista Atualidades Jurídicas**, Rio de Janeiro, n. 5, [p. 1-11], mar./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1242739498174218181901.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADA, Monique. **Blog da cortesã**: o mundo através dos olhos de uma cortesã do século XXI. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://acortesamoderna.com.br/>>. Acesso em: abr. 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.redeprostitutas.org.br/index.swf>>. Acesso em: jan. 2016.

REICH, Wilhelm. **A revolução sexual**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **La lucha de los jovenes**. México: Roca, 1974.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: 34, 2000.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Org.). **A mulher, a cultura, e a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

SÁ, Celso Pereira. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane Paris. (Org.). **O conhecimento do cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAFFIOTI, Helleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Helleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 157-163, 1999.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr. 2008.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. Beijing muito mais que palavras: a IV Conferência Mundial sobre a mulher, das Nações Unidas e as políticas públicas no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais....** João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.603.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Welldford. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SHRAGE, Laurie. Feminist perspectives on sex markets. In: ZALTA, Edward N. (Ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford, 2015. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2015/entries/feminist-sex-markets/>>. Acesso em: ago. 2015.

SILVA, Sheila Aparecida Santos. **Cultura: criação ou apropriação?** Curitiba: SEED-PR, 2006.

SOARES, Ana Cristina Nassif. **Mulheres chefes de família: narrativa e percurso ideológico**. Franca: Ed. Unesp, 2003.

SOUSA, Rainer. **A prostituição na Idade Média**. São Paulo, [20--]. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-media/a-prostituicao-na-idade-media.htm>>. Acesso em: abr. 2016.

SOUZA, Hyanara Torres Tavares de. Pena mínima do estupro: inconstitucionalidade. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3426, 17 nov. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23038>>. Acesso em: out. 2015.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

TEIXIDO, Sandrine; LHÉRÉTÉ, Héloïse; FOURNIER, Martine. **Les gender studies pour les nul(-le)s**. Paris, 2014. Disponível em: <http://www.scienceshumaines.com/les-gender-studies-pour-les-nul-le-s_fr_27748.html>. Acesso em: dez. 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. História oral e contemporaneidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n. 5, p. 9-28, 2002.

TOBAR, Federico; YALOUR, Margot Romano. **Como fazer teses em saúde pública**: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Maceió: Edufal, 2013. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: out. 2015.

TVCARTA. **Monique Prada**: prostituta e ativista. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vSRTWPYs5g>>. Acesso em: abr. 2016.

UOL. **Apenas uma mulher é eleita como prefeita no primeiro turno em 26 capitais**. São Paulo, 2 out. 2016. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/10/02/apenas-uma-mulher-e-eleita-como-prefeita-no-primeiro-turno-em-26-capitais.htm>>. Acesso em: out. 2016.

VIANELLO, Mino; CARAMAZZA, Elena. **Gênero, papéis sociais, espaço e poder**: um novo paradigma para as Ciências Sociais. São Paulo: Roca, 2011.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Ed. UNB, 2004. v. 2.

WEIL, Pierre. **A mística do sexo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

O presente roteiro de entrevistas foi elaborado para conhecer a autoconscientização do conceito de gênero e suas implicações nas relações sociais com vários desdobramentos definidos abaixo. É parte de pesquisa realizada por **André Ramos Carloni** e **Helen Barbosa Raiz Engler**, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Desde já agradecemos sua contribuição.

A – CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO

1. Qual o seu nome?
2. Você possui algum nome profissional?
3. Como gostaria de ser chamada na apresentação desta pesquisa¹²?
4. Qual é sua Idade?
5. Qual sua raça/cor?
6. Qual é sua escolaridade/formação?
7. Você possui religião? Qual?
8. Atualmente, você está em um relacionamento amoroso? Há quanto tempo?
9. Para você, quem são os membros que compõem sua família?

B – TRABALHO E PROFISSÃO

10. Qual o nome que você dá para seu trabalho? (profissional do sexo, prostituta)

¹² Todos os nomes e dados pessoais serão reservados, sendo disponibilizados para a pesquisa somente dados já analisados.

11. Para você, o que é e como é ser prostituta¹³? (o que é prostituição / prostituir-se)
12. Como você analisa sua vida antes de ser prostituta² e agora? (mudanças positivas e negativas)
13. Como você vê o trabalho como prostituta²? O que você pensa sobre sua profissão?
14. Você considera seu trabalho como uma profissão? Por quê?
15. Você acredita que deveria ser considerada uma profissão regulamentada com carteira assinada?
16. O que a levou a se tornar uma prostituta²?
17. Você gostaria de ter outra profissão?
18. Há mulheres que trabalharam aqui e mudaram de profissão?
19. A maioria das profissionais trabalham só aqui ou tem dupla profissão? Porque? E você?
20. Você também teria vontade de ter outra profissão?
21. Você assume sua profissão de prostituta² perante a sociedade?
22. Você se realiza como prostituta²? Quais são as características que te fazem gostar ou não gostar desta profissão?
23. Quando recebe um cliente, como você o trata? É uma situação fácil de lidar?

¹³ O grifo representa a terminologia a ser utilizada conforme a entrevistada sugerir, a partir da resposta da pergunta 10.

24. Você já precisou fingir durante a realização do seu trabalho? O que pensa sobre isso?

C – PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

25. Para você, o que é preconceito e discriminação?
26. Como você vê as questões ligadas ao preconceito?
- a. Durante seu tempo de trabalho como prostituta², você acredita que muita coisa mudou em relação ao preconceito e outros aspectos?
 - i. houve mudanças? (lentas, rápidas?)
27. Você pensa que as mulheres prostituta² sofrem discriminação no mercado de trabalho? Por que?
- a. Você já enfrentou alguma dificuldade nesse trabalho em relação ao preconceito e a discriminação?
28. Você já presenciou alguma situação de preconceito/discriminação nesta profissão? qual foi o desfecho da situação?
29. O que você acha da forma com que são retratadas as personagens das prostitutas² em novelas e outras mídias?
30. Você acha que é importante a inserção dessas personagens nas mídias?

D – IDENTIDADE, COTIDIANO E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

31. Você sabe o que é gênero?
- a. Você acredita que em nossa sociedade há igualdade de gênero?
 - b. Você vê que a sociedade aceita as prostituta² como aceita profissionais de outras áreas?

- c. Em sua opinião, o que precisaria ser feito para que houvesse maior igualdade sexual?
32. Como é a integração com você e seus clientes, com você e os homens no cotidiano, com você e as mulheres no cotidiano (aceitação, ironias, desprezo, interação social no cotidiano...)?
33. Com quem você mora?
- a. Como é seu relacionamento em casa
 - b. Com quem mais você convive no dia a dia?
 - c. Como é seu relacionamento com essas pessoas de seu convívio cotidiano?
34. Você crê que nossa sociedade exige algum tipo de comportamento padrão?
- a. qual? (Cite um exemplo)
35. Você consegue superar esses modelos? Como?
36. Qual é o papel da mulher prostituta² na sociedade?
- a. Você concorda com esse papel? Por quê?
37. Como você vê seu trabalho na nossa sociedade? (contribuições, complicadores)
38. Qual foi sua experiência como mulher prostituta² que marcou a sua vida?
39. Você se sente respeitada como prostituta²?
- a. Você pensa que é mais respeitada ou menos respeitada sendo prostituta²?
 - b. Porque acredita que os homens a respeitam como prostituta²?
40. Sua família tem conhecimento de sua profissão? Como eles ficaram sabendo?

41. O que você acha dos movimentos em prol da causa das prostitutas² (passeatas, órgãos representativos, programas)? Você participa de algum? Qual?
42. Você se sente representada pela defesa dos movimentos em geral e daqueles que você participa?

E – ASSOCIAÇÃO, ONG, ...

43. Qual o trabalho da associação frente às prostitutas²?
- a. Como surgiu esta associação? Porque surgiu? Com qual propósito/finalidade?
 - b. Você considera este trabalho importante? Porque?
 - c. Quem fundou esta associação/ONG/...?
44. Esta associação recebe financiamento?
- a. De que tipo? De quem é recebido o financiamento?
45. Você acredita que a associação/ONG/... tem representado os interesses das prostitutas²? De que forma?
46. Você julga importante estar afiliada a esta associação/ONG/...? Porque?
47. Esta associação/ONG/... possui quantas filiadas?
48. Esta associação/ONG/... possui sede própria?
49. Qual a ligação que esta associação/ONG/... tem com a vizinhança?
50. Há algum representante político, sindical ou outros advindo desta associação?

APÊNDICE B – Formulário para a Pesquisa

O presente formulário foi elaborado para conhecer a autoconscientização do conceito de gênero e suas implicações nas relações sociais com vários desdobramentos definidos abaixo. É parte de pesquisa realizada por **André Ramos Carloni** e **Helen Barbosa Raiz Engler**, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Desde já agradecemos sua contribuição.

OBS.: Caso queira explicar melhor cada resposta é possível fazê-lo nas linhas abaixo de cada pergunta.

A – CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO

1. Qual o seu nome verdadeiro? _____
2. Você possui algum nome profissional? _____
3. Como gostaria de ser chamada na apresentação desta pesquisa¹⁴?

4. Qual é sua idade? _____
5. Qual sua raça/cor?
☐ Preta
☐ Branca
☐ Parda
☐ Amarela
☐ Indígena
☐ _____
6. Qual é sua escolaridade/formação?
☐ Ensino Fundamental incompleto
☐ Ensino Fundamental completo
☐ Ensino Médio incompleto

¹⁴ Todos os nomes e dados pessoais serão reservados, sendo disponibilizados para a pesquisa somente dados já analisados.

- () Ensino Médio completo
- () Magistério incompleto
- () Magistério completo
- () Curso Técnico Profissionalizante incompleto – qual? _____
- () Curso Técnico Profissionalizante completo – qual? _____
- () Ensino Superior Incompleto – qual curso? _____
- () Ensino Superior Completo – qual curso? _____
- () Pós Graduação – Curso de Especialização – qual área? _____
- () Pós Graduação – Mestrado – qual área? _____
- () Pós Graduação – Doutorado – qual área? _____
- () Pós Graduação – Pós-Doutorado – qual área? _____

7. Você possui religião? Qual? _____

8. Atualmente, você está em um relacionamento amoroso? Há quanto tempo?

9. Para você, quem são os membros que compõem sua família?

B – TRABALHO E PROFISSÃO

51. Qual o nome que você dá para seu trabalho?

- () profissional do sexo
- () garota de programa
- () prostituta
- () puta
- () _____

52. Você considera seu trabalho como uma profissão?

- () sim

() não

53. Você acredita que deveria ser considerada uma profissão regulamentada com carteira assinada?

() sim

() não

54. O que a levou a se tornar prostituta¹⁵?

() condição financeira desfavorável da época

() incentivo de amigas/os

() apitdão/vontade

() “tradição” familiar

() _____

55. Você gostaria de ter outra profissão?

() sim

() não

56. Há mulheres que trabalharam aqui e mudaram de profissão?

() sim

() não

¹⁵ o grifo representa a terminologia a ser utilizada conforme a entrevistada sugerir, a partir da resposta da pergunta 10.

57. A maioria das profissionais tem quantas profissões?

- ☐ trabalham só aqui
☐ trabalham aqui e em outro lugar

a. E você, trabalha só aqui?

- ☐ sim
☐ não

b. Caso não, você também teria vontade de ter outra profissão?

- ☐ sim
☐ não

58. Você assume sua profissão de prostituta² perante a sociedade?

- ☐ sim
☐ não

59. Você se realiza como prostituta²?

- ☐ sim
☐ não

60. Quais são as características que te fazem gostar desta profissão?

- () sexo
- () prazer
- () liberdade
- () interação social
- () _____

a. Quais são as características que não te fazem gostar desta profissão?

- () falta de amor
- () violência física
- () preconceito e discriminação
- () desrespeito
- () _____

61. Você já precisou fingir durante a realização do seu trabalho?

- () sim
- () não

C – PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

62. O que é preconceito e discriminação para você?

- () violência
- () desrespeito
- () _____

63. Você sofreu ou sofre preconceito e/ou discriminação pelo/no seu trabalho?

() sim

() não

64. Durante seu tempo de trabalho como prostituta², você acredita que muita coisa mudou em relação ao preconceito e/ou discriminação?

() sim

() não

65. Você pensa que as mulheres prostituta² sofrem discriminação no mercado de trabalho?

() sim

() não

66. Você já enfrentou alguma dificuldade nesse trabalho em relação ao preconceito e a discriminação?

() sim

() não

67. Você já presenciou alguma situação de preconceito/discriminação nesta profissão?

() sim

() não

68. Você vê que a sociedade aceita as prostitutas² como acolhe profissionais de outras áreas?

() sim

() não

69. O que você acha da forma com que são retratadas as personagens das prostitutas² em novelas e outras mídias?

() ótimo

() bom

() ruim

() péssimo

70. Você acha que é importante a inserção dessas personagens nas mídias?

() sim

() não

D – IDENTIDADE, COTIDIANO E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

71. Você sabe o que é gênero?

() sim

() não

72. Você acredita que em nossa sociedade há igualdade de gênero?

() sim

() não

73. Você acha que as políticas brasileiras para que haja igualdade de gênero são...

() ótimas

() boas

() ruins

() péssimas

74. Em sua opinião, o que precisaria ser feito para que haja maior igualdade sexual?

() inclusão da temática na educação

() políticas públicas de maior impacto

() autoconscientização das pessoas na sociedade

75. Como é a integração com você e seus clientes, com você e os homens no cotidiano, com você e as mulheres no cotidiano?

- () aceitação
 - () cumplicidade
 - () ironia
 - () desprezo
-
-
-

76. Com quem você mora?

- () pai/ mãe
- () companheiro/a
- () filho(s)/filha(s)
- () colegas de trabalho
- () _____

77. Como é seu relacionamento em casa por ser prostituta²?

- () ótimo
 - () bom
 - () ruim
 - () péssimo
-
-
-

78. Com quem mais você convive no dia a dia?

- () pai/ mãe
- () companheiro/a
- () filho(s)/filha(s)
- () colegas de trabalho
- () _____

79. Você crê que nossa sociedade exige algum tipo de comportamento padrão?

- () sim

() não

80. Você consegue superar esses modelos? Como?

() sim

() não

81. Você se realiza como prostituta²?

() sim

() não

82. Você se sente respeitada como prostituta²?

() sim

() não

83. Você pensa que a sociedade, em geral, a respeita sendo prostituta²?

() sim

() não

84. Você acredita que os homens (clientes) a respeitam como prostituta²?

() sim

() não

85. Sua família tem conhecimento de sua profissão?

() sim

() não

86. Você acha que os movimentos em prol da causa das prostitutas² (passeatas, órgãos representativos, programas) representam a categoria das prostitutas²?

() sim

() não

87. Você se sente representada pela defesa dos movimentos que você participa?

() sim

() não

E – ASSOCIAÇÃO, ONG, ...

88. Esta associação recebe financiamento?

() sim

() não

89. De quem é recebido o financiamento?

() próprias afiliadas

() telemarketing

() ONG

() governo

() particulares

() adepto à causa

() _____

90. Você acredita que esta associação/ONG/... tem representado os interesses das prostituta²?

() sim

() não

91. Você julga importante estar afiliada a esta associação/ONG/...?

() sim

() não

92. Esta associação/ONG/... possui quantas filiadas?

93. Qual foi sua experiência como mulher prostituta² que marcou a sua vida?

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **(título do projeto)**. O projeto de pesquisa será conduzido por **(nome do pesquisador)**, do Programa de Pós-Graduação em **(nome do Programa)**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **(nome)**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: (Monografia, Dissertação, Tese, Projeto (s), Relatório Trienal de Atividades/Docente, etc.) observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discricção. **[Descrição sumária do trabalho (+ou- três linhas)]**. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome

Endereço:

Tel:

E-mail:

(assinatura)

Orientador

Prof. (ª) Dr. (ª)

Endereço:

Tel:

E-mail: